



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA — UNB
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES — CEAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
INFÂNCIA E JUVENTUDE — PPGPIJ

CAIO HENRIQUE INÁCIO FERREIRA

TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS E EDUCACIONAIS: O ACESSO AO ENSINO
SUPERIOR DE JOVENS TRANS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

BRASÍLIA-DF
2026

CAIO HENRIQUE INÁCIO FERREIRA

**TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS E EDUCACIONAIS: O ACESSO AO ENSINO
SUPERIOR DE JOVENS TRANS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude PPGPIJ/CEAM da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Políticas Públicas, Redes de Proteção e Atendimento à Infância e Juventude.

Orientador: Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos

BRASÍLIA-

DF 2026

CAIO HENRIQUE INÁCIO FERREIRA

**TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS E EDUCACIONAIS: O ACESSO AO ENSINO
SUPERIOR DE JOVENS TRANS NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude PPGPIJ/CEAM da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Políticas Públicas, Redes de Proteção e Atendimento à Infância e Juventude.

Defendida e aprovada em: 11 de fevereiro de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Benedito Rodrigues dos Santos
Orientador – UnB

Dr. Noah Emanuel Brito Teles
Membro Externo – UFPR

Dra. Natália de Souza Duarte
Membro Interno – UnB

Dra. Maria Célia Orlato Selem
Suplente - UnB

Dedico esta dissertação às pessoas trans, travestis e não binárias, cujas trajetórias desafiam normas, produzem conhecimento e tensionam os limites do que a universidade reconhece como legítimo. Dedico, de modo especial, às interlocutoras e aos interlocutores desta pesquisa, que confiaram suas histórias e tornaram este trabalho possível.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à espiritualidade, pelo suporte nos momentos de dificuldade e pelo equilíbrio necessário para seguir em frente.

À minha família, especialmente à minha avó Ana e à minha mãe, pelo cuidado, presença e amor que sustentaram cada etapa deste percurso.

Ao meu amor, João Pedro, pela parceria cotidiana, pela paciência nos momentos difíceis e pelo afeto constante que me ajudou a seguir mesmo quando o cansaço e as incertezas se faziam presentes.

Aos amigos e amigas, de dentro e fora da Universidade de Brasília, pelo afeto cotidiano, pela escuta e pelas trocas que tornaram o caminho mais leve, em especial às queridas Beatriz Leal, Gabriela Vieira e Laura Bezerra.

À Claudia Renault, que, além de chefe, é amiga, agradeço pelo apoio, pela confiança e pela parceria diária.

À Malu, amiga de uma vida inteira, agradeço pela presença constante, pelo cuidado e pelo vínculo que atravessa o tempo e me sustenta nos momentos mais exigentes.

À Universidade de Brasília (UnB), que tem sido minha casa desde 2016, como estudante e, posteriormente, como servidor público, e aos colegas da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), pelo compromisso coletivo com a construção de uma universidade mais justa, diversa e acolhedora.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Benedito Rodrigues dos Santos, e às professoras e ao professor da banca de qualificação, pelas leituras cuidadosas e contribuições fundamentais ao amadurecimento deste trabalho.

RESUMO

Esta dissertação analisa as trajetórias biográficas e educacionais de jovens trans, travestis e não binários na Universidade de Brasília (UnB), com ênfase nos processos de acesso e permanência no ensino superior. A pesquisa articula uma abordagem qualitativa, fundamentada em entrevistas em profundidade com oito estudantes trans, a dados institucionais inéditos provenientes do mapeamento da população trans da UnB, realizado em 2025. Os resultados evidenciam que a universidade é atravessada por dinâmicas contraditórias. Embora seja reconhecida por parcela significativa das pessoas participantes como um espaço relativamente acolhedor, a UnB ainda opera por meio de tecnologias de gênero que reafirmam a cisnormatividade e produzem barreiras materiais, simbólicas e administrativas. Tais barreiras manifestam-se, sobretudo, nos limites do uso do nome social, no acesso a banheiros, nas condições de permanência estudantil e nos fluxos institucionais de garantia de direitos. As narrativas analisadas revelam trajetórias marcadas por desigualdades estruturais e experiências de violência, mas também por estratégias de resistência, redes de apoio e disputas por reconhecimento. Esses achados indicam que o acesso ao ensino superior não pode ser compreendido de forma dissociada das condições de permanência e da possibilidade de existir de maneira legitimada no espaço universitário. Ao situar essas trajetórias no campo dos estudos de gênero, sexualidades e direitos humanos, o estudo contribui para o debate acadêmico e para o aprimoramento de políticas institucionais voltadas à inclusão da população trans no ensino superior público.

Palavras-chave: Pessoas trans. Trajetórias biográficas. Cisheteronormatividade. Educação Superior. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the biographical and educational trajectories of young trans, travesti, and non-binary individuals at the University of Brasília (UnB), with an emphasis on processes of access to and retention in higher education. The study combines a qualitative approach, grounded in in-depth interviews with eight trans students, with unprecedented institutional data drawn from the mapping of the trans population at UnB conducted in 2025. The findings reveal that the university is shaped by contradictory dynamics. Although it is recognized by a significant portion of participants as a relatively welcoming space, UnB still operates through gender technologies that reaffirm cisnormativity and produce material, symbolic, and administrative barriers. These barriers are expressed particularly in the limitations surrounding the use of social names, access to restrooms, conditions of student retention, and institutional procedures for the guarantee of rights. The narratives analyzed reveal trajectories marked by structural inequalities and experiences of violence, but also by strategies of resistance, support networks, and struggles for recognition. These findings indicate that access to higher education cannot be understood independently from conditions of retention and from the possibility of existing in a legitimized manner within the university space. By situating these trajectories within the fields of gender studies, sexuality studies, and human rights, this research contributes both to academic debate and to the improvement of institutional policies aimed at the inclusion of the trans population in public higher education.

Keywords: Trans people. Biographical trajectories. Cisheteronormativity. Higher education. Public policies.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	10
1.1. Contextualização e problema de pesquisa	10
1.2. Lugar do pesquisador e compromissos éticos da pesquisa.....	12
1.3. A universidade pública como campo empírico e espaço de contradições	13
1.4. Exclusão educacional de pessoas trans no contexto brasileiro	15
1.5. Delineamento analítico e articulação metodológica	16
1.6. Questões norteadoras, justificativa e relevância.....	17
1.7. Objetivo geral e específicos	19
CAPÍTULO 2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA	21
2.1. Juventude(s), gênero e educação: fundamentos para o estado da arte	21
2.2. Estado da arte: produção acadêmica sobre trajetórias trans e educação.....	22
2.3. Panorama dos estudos sobre pessoas trans e categorias emergentes	23
2.4. Gênero, identidades e sexualidades: fundamentos teóricos.....	24
2.5. Pessoas trans e o direito à educação: um panorama das pesquisas e desafios contemporâneos	28
2.6. Políticas afirmativas e desafios institucionais	33
2.7. Contexto político e disputas contemporâneas	35
CAPÍTULO 3 - PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	39
3.1. Natureza e objetivos da pesquisa.....	39
3.2. Abordagem qualitativa	40
3.3. Delineamento da pesquisa	41
3.4. As entrevistas em profundidade.....	41
3.5. Análise dos dados.....	42
3.6. Triangulação dos dados	44
3.7. Considerações éticas e perfis ficcionais	44
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS	46
4.1. O Mapeamento Institucional de pessoas trans, travestis e não binárias da Universidade de Brasília.....	46
4.2. Entre números e narrativas: sentidos de pertencimento e exclusão na experiência universitária	52
4.3. Entrevistas em profundidade	54
4.4. Composição dos interlocutores da pesquisa	55
4.5. Trajetórias familiares, escolares e pré-universitárias	57
4.6. Reconhecimento e pertencimento na universidade	62
4.6.1. Pertencimento entre pares e coletividades	62

4.6.2. Reconhecimento institucional e racialização.....	64
4.6.3. Projetos de futuro e síntese	66
4.7. Barreiras e estratégias de permanência	67
4.7.1. Violência simbólica e reconhecimento institucional.....	67
4.7.2. Condições materiais, território e saúde.....	68
4.7.3. Estratégias de permanência e síntese.....	70
4.8. Políticas institucionais e tecnologias de gênero.....	72
4.8.1. Introdução: instituições como tecnologias de gênero	72
4.8.2. Nome social e reconhecimento institucional	73
4.8.3. O nome social como dispositivo de cidadania precária.....	74
4.8.4. Evidências empíricas na UnB	74
4.8.5. Banheiros, circulação e espaços que produzem (in)segurança	75
4.8.6. A trajetória interrompida dos banheiros agêneros na UnB: decisões, retrocessos e disputas.....	79
4.8.7. A aprovação das cotas trans e suas repercussões.....	81
4.8.8. Interseccionalidade, marcadores sociais e desigualdades territoriais	82
4.8.9. Heteroterrorismo, normatividade e potencialidades institucionais.....	82
4.9. Entre a militância e o cansaço político.....	84
4.9.1. Violência estrutural e sentidos da militância.....	84
4.9.2. Cansaço político e trabalho emocional	85
4.9.3. Autocuidado, afastamento e redistribuição do trabalho político	86
4.10. Juventudes trans e projetos de futuro.....	87
4.10.1. A universidade como ampliação de horizontes.....	87
4.11. Síntese dos temas e considerações analíticas	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXO I — PARECER CONSUBSTANCIADO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	104
ANEXO II — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) .	106
ANEXO III — FORMULÁRIO DA PESQUISA DO MAPEAMENTO INSTITUCIONAL	108
ANEXO IV – INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE DADOS.....	112

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e problema de pesquisa

Esta pesquisa buscou compreender como se constituem as trajetórias biográficas e educacionais de jovens¹ trans, travestis e não binários² da Universidade de Brasília (UnB) e de que maneira esses percursos se articulam com o acesso e a permanência no ensino superior. Tal investigação insere-se no contexto mais amplo das desigualdades educacionais vivenciadas por pessoas trans no Brasil, especialmente no que se refere à distância entre o acesso formal ao ensino superior e as condições efetivas de permanência e reconhecimento institucional.

A observação dessas desigualdades no cotidiano institucional motivou o interesse pelo tema. Esse interesse emerge da vivência profissional do pesquisador como assistente social na Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da UnB, especificamente na Coordenação LGBTQIA+³, espaço institucional voltado ao acolhimento e à promoção de políticas de diversidade e direitos humanos.

Para compreender essas dinâmicas institucionais, ao longo desta dissertação o termo acolhimento é mobilizado em dois níveis: como prática institucional concreta, relacionada à existência de serviços, fluxos e políticas, e como percepção subjetiva dos estudantes sobre reconhecimento⁴, segurança e

¹Falar de juventude é tratar de uma categoria histórica e social, portanto, sociológica. Debruçar-se sobre “juventude” exige considerá-la como um conceito plural, com determinantes históricos, sociais e culturais, o que nos permite observar diferentes juventudes, permeadas por diferentes marcadores sociais, como classe social, gênero, raça/etnia, orientação sexual, religião, região, territorialidade, etc. (MARINHO, 2017).

²Nomear-se como pessoa não-binária significa negar as categorias disponíveis e transitar por um lugar ainda em construção, muitas vezes considerado ininteligível. Trata-se de uma identidade trans que não se fixa de forma plena, estável e consistente em nenhuma categoria de gênero ou nas expectativas sociais a elas ligadas. O termo é amplo, de caráter guarda-chuva, e abrange uma grande diversidade de sensibilidades (LÓPEZ; GOMÉZ; LUCAS PLATERO, 2018).

³ LGBTQIA+ é a sigla que representa um movimento social e político que luta por direitos, igualdade e respeito à diversidade de gênero e orientação sexual: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans (que representa tanto transgêneros como travestis, no Brasil), Queer, Intersexuais, Assexuais, e demais orientações sexuais e identidades de gênero. O sinal de "+" no final da sigla indica outros grupos e promove a inclusão de todas as identidades e orientações que fazem parte da comunidade.

⁴ Entende-se por reconhecimento identitário o processo institucional, simbólico e político por meio do qual determinadas identidades de gênero tornam-se inteligíveis, legitimadas e passíveis de existência social nos marcos normativos da universidade. Trata-se de um reconhecimento que ultrapassa o plano individual ou interpessoal, envolvendo dispositivos administrativos, normativos e espaciais que produzem efeitos concretos sobre a possibilidade de pertencimento, circulação e permanência de pessoas trans no ensino superior (LAURETIS, 1994; BENTO, 2014; BUTLER, 2019a).

permanência no espaço universitário, entendido aqui como um processo marcado por contradições institucionais.

No decorrer dessa atuação profissional, foi possível identificar diferentes manifestações de LGBTQIA+fobia e transfobia⁵ no espaço universitário. Esses episódios revelaram, entre outros aspectos, o despreparo institucional para responder de forma sistemática às demandas de reconhecimento, bem como a reprodução de preconceitos por parte de segmentos da comunidade acadêmica, incluindo discentes, docentes e técnicos-administrativos. A recorrência dessas situações evidenciou que tais episódios não se configuram como eventos isolados, mas como expressões de problemas estruturais no interior da instituição, estruturantes das relações institucionais vivenciadas por estudantes trans.

Essa realidade expõe o desrespeito a direitos básicos, como o uso do nome social, e também os limites de uma universidade que, ao mesmo tempo em que se apresenta como promotora da diversidade⁶, falha em assegurar políticas robustas de inclusão, como a implementação de banheiros agênero⁷ para pessoas trans⁸ e ações específicas de permanência estudantil.

Considerando essa realidade, a Universidade de Brasília configura-se como um espaço profundamente contraditório, no qual dinâmicas de exclusão e possibilidades de reconhecimento coexistem de forma tensionada.

Se, por um lado, a instituição ainda opera por meio de tecnologias de gênero

⁵ A transfobia é compreendida, nos termos de Jesus (2012), como um sistema de opressão e discriminação direcionado às pessoas trans, por não se conformarem às expectativas normativas de gênero, configurando-se como parte de um regime social de coerção sustentado por práticas institucionais, culturais e discursivas.

⁶ Ao longo desta dissertação, essa coexistência entre iniciativas institucionais de acolhimento e a permanência de práticas excludentes não é compreendida como incoerência, mas como expressão de uma contradição estrutural que atravessa a universidade. Tal contradição permite que experiências de reconhecimento convivam com tecnologias institucionais que produzem exclusões e violências no cotidiano acadêmico.

⁷ Os espaços destinados ao uso de sanitários por pessoas trans, travestis e não binárias recebem diferentes denominações, como banheiros neutros, agêneros, sem demarcação de gênero ou unissex, mas têm em comum o objetivo de garantir o uso conforme a identidade de gênero, sem constrangimentos ou violações. A restrição ou negação desse acesso configura, de forma recorrente, um fator impeditivo da permanência de estudantes trans em contextos educacionais, conforme apontam pesquisas nacionais sobre evasão, violências cotidianas e barreiras institucionais enfrentadas por essa população (TORRES; VIEIRA, 2015; SILVA, 2023; ANTRA, 2024).

⁸ Neste trabalho adotaremos a expressão 'pessoas trans' para nos referirmos ao conjunto de identidades de mulheres e homens trans, travestis, pessoas transmasculinas e não binárias.

que reafirmam a cisnormatividade e produzem barreiras materiais, simbólicas e administrativas para pessoas trans, travestis e não binárias, por outro, a universidade pública pode constituir uma via de acesso ao ensino superior e de reconstrução de trajetórias educacionais frequentemente atravessadas por processos de expulsão escolar, familiar e social. É a partir dessa compreensão da universidade como espaço contraditório que se estrutura o problema central desta pesquisa.

Sabe-se que a precarização das condições de vida decorrente das violências transfóbicas repercute de forma direta e profunda na vida acadêmica e pessoal das pessoas trans, comprometendo tanto o acesso quanto a permanência no ensino superior. Essa condição restringe possibilidades educacionais e afeta dimensões fundamentais do bem-estar físico, psíquico e emocional, configurando-se como um obstáculo estrutural à efetivação do direito à educação (XAVIER, 2020; ANTRA, 2024).

1.2 Lugar do pesquisador e compromissos éticos da pesquisa

Diante desse cenário institucional marcado por contradições entre reconhecimento e exclusão, torna-se necessário explicitar o lugar de quem pesquisa e os compromissos éticos que orientam esta investigação. A forma como as trajetórias de estudantes trans são analisadas não é neutra, sendo atravessada pelas posições sociais, institucionais e políticas a partir das quais o conhecimento é produzido.

No contexto desta pesquisa, que tem como interlocutoras pessoas trans, travestis e não binárias, reconheço minha posição enquanto homem cisgênero, branco e gay. Tenho clareza dos privilégios que me atravessam na sociedade, o que me permite compreender que estou menos exposto às violências direcionadas às pessoas trans, condição que incide tanto sobre o acesso a direitos quanto sobre a experiência cotidiana no espaço universitário.

Assim, assumo meu papel de interlocutor não com a pretensão de falar *por* elas, mas com o compromisso de somar esforços na produção de conhecimento e na formulação de políticas que ampliem o reconhecimento e a inclusão dessas pessoas na Universidade de Brasília.

Como destaca Viana (2024), o papel do pesquisador não é falar *pelas* pessoas trans, mas criar espaços para que suas vozes sejam ouvidas e reconhecidas. Nessa

mesma direção, Letícia Carolina Pereira Nascimento⁹ (2023) ressalta que as pessoas trans não são “objetos” de estudo, mas produtoras legítimas de saberes. Reconhecer isso constitui um ato político, pois rompe com a ideia de que apenas o pesquisador detém o conhecimento.

Inspiradas por autoras como Haraway (1988) e Spivak (1988), essas reflexões evidenciam que toda pesquisa envolve relações de poder e exige responsabilidade ética de quem investiga (NASCIMENTO, 2023).

Essas reflexões éticas não se colocam apenas no plano teórico, mas atravessam diretamente a prática profissional desenvolvida na Coordenação LGBTQIA+ da SDH, espaço em que são acolhidos estudantes que, em decorrência de violências LGBTQIA+fóbicas (morais, psicológicas, físicas, entre outras), muitas vezes acabam sendo expulsos de suas casas por suas famílias.

Essa ruptura os coloca em situação de elevada vulnerabilidade social, comprometendo as condições materiais de sobrevivência e a continuidade dos estudos, colocando em risco o direito à educação e a própria diplomação. Essas experiências evidenciam que as desigualdades vividas no espaço universitário não podem ser compreendidas de forma isolada, mas articuladas a contextos mais amplos de precarização da vida.

É a partir dessa realidade concreta que esta dissertação se propôs a investigar as dinâmicas de exclusão e resistência que atravessam as trajetórias de estudantes trans, travestis e não binários na UnB, buscando apontar caminhos que contribuam para a construção de um ambiente acadêmico mais acolhedor e respeitoso.

1.3 A universidade pública como campo empírico e espaço de contradições

Partindo dos compromissos éticos e analíticos explicitados anteriormente, esta pesquisa adota a compreensão de que as instituições de ensino ¹⁰superior são

⁹ Optou-se, nesta dissertação, por mencionar o nome completo de autoras e autores trans na primeira referência, de modo a garantir visibilidade e reconhecimento de sua produção intelectual. Nas referências subsequentes, adota-se o uso do sobrenome, conforme as normas acadêmicas.

¹⁰ Ao adotar uma leitura crítica das instituições educacionais, esta pesquisa evita uma visão absolutizante da escola e da universidade como espaços apenas de exclusão. Parte-se do entendimento de que essas instituições funcionam de forma contraditória, produzindo ao mesmo tempo normas e possibilidades de resistência, permanência e acesso a direitos. Em um contexto de deslegitimação das políticas sociais, sustenta-se uma crítica situada, que reconhece essas

espaços contraditórios, capazes tanto de reproduzir desigualdades quanto de promover transformações. Como aponta Noah Emanuel Teles (2025), embora historicamente as Instituições de Ensino Superior (IES) tenham reproduzido hierarquias de gênero e sexualidade, elas também dispõem de autonomia intelectual e política para criar regras, valores e práticas próprias. Essa ambivalência constitui uma chave analítica central para compreender o papel da universidade pública na garantia de direitos.

É justamente a partir dessa ambivalência que emergem os Espaços Institucionais de Ações Afirmativas (EIAAs), resultantes da interação entre mobilização social, pressões externas e a atuação de atores institucionais comprometidos com a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e igualitário (TELES, 2025). Esses espaços não eliminam as contradições institucionais, mas expressam disputas internas em torno do reconhecimento de direitos e da ampliação de políticas de diversidade.

No caso da Universidade de Brasília, essa perspectiva se materializa na criação da Diretoria da Diversidade (DIV), em 2013, posteriormente transformada em Secretaria de Direitos Humanos (SDH), em 2022. A institucionalização dessas estruturas resulta de processos de mobilização social, pressões internas e externas e da atuação de sujeitos comprometidos com a pauta dos direitos humanos, evidenciando avanços institucionais importantes no enfrentamento das desigualdades.

Entretanto, pesquisas anteriores à criação desses espaços, como a realizada por Mendes (2012), já evidenciavam a presença de múltiplas formas de discriminação no campus Darcy Ribeiro. Entre os casos relatados, destacam-se a recusa de acesso à moradia estudantil a um aluno homossexual expulso de casa, o constrangimento vivido por um estudante trans em razão do uso do nome social, bem como situações de violência física e verbal, inclusive praticadas por agentes de segurança do próprio campus.

Esses episódios ocorreram em um contexto no qual a universidade ainda não dispunha de uma estrutura institucional consolidada voltada à promoção e à proteção dos direitos humanos, o que contribuiu para a naturalização de práticas discriminatórias e para a ausência de respostas institucionais sistemáticas às

contradições institucionais sem ignorar as violências estruturais que atravessam as trajetórias de pessoas trans.

violações relatadas.

Mais de uma década depois, torna-se imprescindível atualizar esse diagnóstico, à luz do processo de institucionalização das políticas de diversidade e dos desafios persistentes enfrentados por estudantes trans no contexto universitário, tanto no âmbito institucional quanto no cenário nacional.

Nesse sentido, as tensões observadas no interior da Universidade de Brasília não constituem uma exceção institucional, mas expressam, em escala localizada, dinâmicas mais amplas de exclusão educacional que atravessam a experiência de pessoas trans no contexto brasileiro, conectando o caso empírico analisado a um quadro estrutural mais abrangente.

1.4 Exclusão educacional de pessoas trans no contexto brasileiro

Esse debate insere-se, ainda, no contexto mais amplo, que extrapola o recorte institucional da Universidade de Brasília. As tensões observadas no interior da UnB precisam ser compreendidas à luz de dinâmicas estruturais que atravessam a sociedade brasileira, historicamente marcada por valores morais que normatizam corpos, gêneros e sexualidades a partir de padrões binários e heteronormativos (LOURO, 2000; BUTLER, 2019b).

Tais dinâmicas produzem efeitos que se iniciam já na educação básica, etapa em que muitas pessoas trans, especialmente travestis, vivenciam processos reiterados de violência, discriminação e deslegitimação, o que frequentemente resulta na interrupção da escolarização ou não conclusão do ensino fundamental (LIMA, 2020).

Pesquisas nacionais demonstram que a exclusão educacional de pessoas trans não se configura como abandono individual, mas como resultado de processos sistemáticos de violência simbólica e institucional, frequentemente descritos como expulsão involuntária (ANDRADE, 2012).

Luma Nogueira de Andrade (2012) denomina esse processo de “expulsão involuntária”, evidenciando que a saída da escola não se dá por escolha, mas por coerção social e institucional. Essa exclusão precoce limita o acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde, trabalho e segurança (JUNQUEIRA, 2007), e faz com que o ensino superior permaneça um espaço de acesso restrito à população

trans, travesti e não binária, reproduzindo desigualdades ao longo das trajetórias de vida.

Os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2024) evidenciam a dimensão dessa exclusão e reforçam, ao mesmo tempo, a ausência histórica de informações sistematizadas sobre a presença de pessoas trans no ensino superior brasileiro. É diante dessa lacuna que se insere o mapeamento institucional da população trans da Universidade de Brasília, realizado em 2025, que cumpre dupla função nesta pesquisa: produzir dados inéditos sobre esse público e subsidiar a análise das entrevistas em profundidade.

No que se refere às trajetórias escolares de pessoas transmasculinas e não binárias, Lima (2021) demonstra que esses estudantes enfrentam múltiplas barreiras relacionadas ao machismo e à transfobia, como a recusa familiar e escolar em reconhecer suas identidades, a proibição do uso do banheiro e práticas de violência extrema, como “estupros corretivos” e espancamentos.

Esses achados evidenciam a persistência de mecanismos de exclusão que operam tanto no ambiente escolar quanto na sociedade, reiterando a urgência de políticas institucionais que garantam respeito, integridade física e permanência às pessoas trans e não binárias.

Esse cenário de exclusão estrutural é corroborado por levantamentos nacionais recentes. Dados da ANTRA (2024) indicam que 72% das travestis e mulheres transexuais não possuem o ensino médio completo e que 56% não concluíram o ensino fundamental.

No ensino superior, sua presença é quase inexistente: apenas 0,02% da população universitária é composta por travestis e transexuais e, em 2024, o número de pessoas trans e travestis com título de doutorado no Brasil não chegava a 30. Esses indicadores evidenciam que o acesso ao ensino superior permanece profundamente desigual e atravessado por barreiras estruturais que antecedem e ultrapassam o espaço universitário (ANTRA, 2020, 2022, 2024).

1.5 Delineamento analítico e articulação metodológica

Diante desse cenário de exclusão estrutural e das contradições observadas no interior da universidade pública, torna-se necessário um desenho analítico capaz de articular dados institucionais e trajetórias concretas. Nessa perspectiva metodológica,

o mapeamento institucional permite a construção de um diagnóstico inicial, enquanto as entrevistas em profundidade possibilitam compreender de que maneira esses processos incidem nas experiências singulares de acesso, permanência e reconhecimento.

Para a análise dos dados, e em consonância com esse percurso analítico, mobiliza-se a noção de tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994), compreendendo a universidade como um conjunto de dispositivos administrativos, normativos e espaciais que produzem efeitos de reconhecimento ou de deslegitimação das identidades de gênero.

Nesse sentido, parte-se do entendimento de que a universidade pode ser compreendida como uma tecnologia de gênero, visto que seus dispositivos administrativos, normativos e espaciais não apenas organizam a vida acadêmica, mas também operam classificações, hierarquias e expectativas normativas sobre os sujeitos. Essa chave analítica orienta a leitura dos dados empíricos desenvolvida ao longo da dissertação e permite compreender como normas institucionais, práticas administrativas e arranjos espaciais impactam diretamente as trajetórias biográficas e educacionais de pessoas trans, travestis e não binárias no ensino superior.

Nessa direção, discutir as trajetórias biográficas e educacionais de pessoas trans na Universidade de Brasília implica refletir sobre o papel da universidade pública como agente de reparação social e de produção de novos direitos. Ao articular narrativas de vida, dados institucionais e um referencial teórico crítico, esta pesquisa busca contribuir para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo, seguro e acolhedor, em consonância com o direito à educação previsto no art. 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que assegura o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

1.6 Questões norteadoras, justificativa e relevância

Esta pesquisa orienta-se pelas seguintes questões: como se constituem e se desenvolvem as trajetórias educacionais e biográficas de jovens trans na UnB? De que maneira o direito à educação superior tem sido efetivado para esses estudantes? Quais obstáculos persistem no reconhecimento e na garantia de seus direitos educacionais?

A partir dessas questões, formula-se o seguinte **problema de pesquisa**: **Como se constituem as trajetórias biográficas e educacionais de jovens trans,**

travestis e não binários da Universidade de Brasília (UnB) e de que maneira esses percursos se articulam com o acesso e a permanência no ensino superior?

Essas perguntas ganham relevância diante da ausência histórica de dados sistematizados sobre a população trans no Brasil, agravada pela omissão de órgãos oficiais, como o IBGE. Nesse contexto, organizações da sociedade civil, como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e o Grupo Gay da Bahia (GGB), têm assumido a tarefa de produzir levantamentos sobre violência, discriminação e exclusão social, ainda que enfrentem limitações em termos de recursos humanos, metodológicos e institucionais.

Dessa forma, esta pesquisa se justifica por três razões centrais e complementares. Em primeiro lugar, pela lacuna de dados institucionais sobre a presença e as condições de permanência de pessoas trans nas universidades, o que compromete a formulação de políticas públicas de inclusão.

Em segundo lugar, pela urgência em enfrentar os impactos da transfobia sobre a trajetória educacional e o êxito acadêmico desses estudantes, reconhecendo que as violências de gênero produzem efeitos concretos sobre o direito à educação. Por fim, pelo potencial de subsidiar a Universidade de Brasília na construção de políticas mais inclusivas e equitativas, capazes de fortalecer o acolhimento e a permanência de pessoas trans no ensino superior.

A relevância da pesquisa se manifesta em múltiplos níveis. No plano acadêmico, contribui para o avanço do campo de estudos sobre gênero, diversidade sexual e trajetórias educacionais de pessoas trans, ampliando o debate sobre as intersecções entre identidade, educação e políticas públicas. No plano institucional, oferece subsídios para o aprimoramento das políticas de assistência estudantil, diversidade e direitos humanos da UnB. E, no plano social, reafirma o papel da universidade pública como espaço de transformação, reparação e garantia de direitos, sobretudo para populações historicamente marginalizadas.

Observa-se, ainda, uma lacuna significativa na produção acadêmica nacional sobre o tema. Os estudos sobre pessoas trans no campo da educação começaram a se consolidar apenas a partir da década de 1990 e, ainda assim, de forma incipiente e fragmentada (AMARAL *et al.*, 2014; LIMA, 2020). O número de pesquisas que articulam envelhecimento, adolescência, juventude e processos educacionais envolvendo identidades trans permanece reduzido, revelando a necessidade de

investigações mais consistentes e sistemáticas (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020).

Soma-se a isso a ausência de mapeamentos detalhados sobre acesso e permanência no ensino superior e a escassez de coleta sistemática de dados por parte das próprias instituições de ensino. Essa lacuna dificulta a compreensão do real alcance das políticas de inclusão e evidencia a urgência de ações mais eficazes voltadas à população trans.

Nesse contexto, o mapeamento inédito realizado nesta pesquisa sobre a presença de pessoas trans na UnB responde a uma demanda histórica, ainda que não exaustiva, frequentemente demandada por coletivos estudantis e movimentos sociais. Trata-se de um esforço não apenas de diagnóstico, mas também de construção coletiva, cujo propósito é subsidiar a formulação de políticas de permanência que assegurem condições de inclusão, dignidade e bem-estar a estudantes trans, travestis e não binários.

1.7 Objetivo geral e específicos

O **objetivo geral** desta pesquisa é compreender como se constituem as trajetórias biográficas e educacionais de jovens trans, travestis e não binários da Universidade de Brasília (UnB) e de que maneira esses percursos se articulam com o acesso e a permanência no ensino superior. Os **objetivos específicos** são:

- 1) Compreender os principais desafios vivenciados por estudantes trans no ambiente acadêmico, considerando questões de inclusão, discriminação e adequação do espaço universitário às suas identidades de gênero;
- 2) Examinar as estratégias de resistência adotadas por esses estudantes para superar as barreiras impostas pelo contexto educacional;
- 3) Analisar as experiências acadêmicas desses jovens e como elas contribuem para a construção de seus projetos de vida, abordando o impacto do ensino superior em suas trajetórias pessoais, sociais e profissionais;

Por fim, esta dissertação está organizada em cinco capítulos. O Capítulo 1 apresenta a temática, a questão de pesquisa, a justificativa, a relevância e os

objetivos. O Capítulo 2 discute juventudes, gênero e educação, articulando o estado da arte sobre trajetórias trans e o direito à educação. O Capítulo 3 descreve os pressupostos metodológicos, com foco na abordagem qualitativa, no mapeamento e nas entrevistas em profundidade. O Capítulo 4 reúne a análise dos dados, articulando o mapeamento institucional das pessoas trans e não binárias da UnB às narrativas das pessoas interlocutoras. Por fim, o Capítulo 5 apresenta as considerações finais e as principais contribuições acadêmicas e institucionais da pesquisa.

CAPÍTULO 2 – PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA PESQUISA

2.1 Juventude(s), gênero e educação: fundamentos para o estado da arte

A categoria juventude é central nesta pesquisa por possibilitar a compreensão das trajetórias biográficas e educacionais de jovens trans, travestis e não binários na Universidade de Brasília (UnB). Ao utilizar o termo jovens, parte-se de uma compreensão que não reduz juventude à dimensão etária, entendendo-a como uma condição social e relacional, marcada por transições, disputas simbólicas e diferentes formas de inserção social. Trata-se de uma categoria histórica e heterogênea, cujo significado varia conforme classe, raça, gênero, sexualidade, cultura e território (MARINHO, 2017).

Dialogando com a literatura brasileira e com estudos internacionais, esta pesquisa compreende juventude(s) no plural, de modo a valorizar a diversidade de experiências e trajetórias possíveis. Dayrell (2003) destaca que as juventudes expressam formas distintas de estar no mundo, atravessadas por desigualdades estruturais e pela busca de reconhecimento. Abramo (2005) e Sposito (2010) evidenciam que as juventudes se constituem na negociação entre autonomia e dependência, desejo e limitação, liberdade e controle social.

Em perspectiva comparada, Feixa (1998), Reguillo (2000) e Pais (2001) apontam que a juventude é uma categoria estratégica para compreender transformações contemporâneas da cultura, da política e da subjetividade, condensando tensões entre individualização e pertencimento coletivo.

No contexto brasileiro, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) estabelece a faixa etária de 15 a 29 anos como referência para políticas públicas. Embora este recorte funcione como parâmetro administrativo, ele não define a compreensão de juventudes adotada nesta pesquisa.

Aqui, a idade é mobilizada como dado contextual, especialmente porque, de forma coincidente, todos os interlocutores das entrevistas em profundidade possuem entre 18 e 29 anos. No entanto, esse recorte etário não opera como critério analítico que delimite ou esgote o sentido da categoria juventude. Opta-se por uma abordagem ampliada, que reconhece que as trajetórias de pessoas trans frequentemente se afastam das cronologias consideradas “esperadas”, dadas as experiências de expulsão escolar, ruptura familiar, precarização do trabalho, violência institucional e outras formas de vulnerabilidade que reconfiguram ritmos e percursos de vida.

Ao articular juventude(s), gênero e educação, evidencia-se que as experiências de estudantes trans e não binários desafiam modelos tradicionais de socialização e de sucesso escolar, produzindo outras temporalidades e novos significados para o “ser jovem” (LOURO, 2004; BENTO, 2006). A universidade aparece, assim, como um espaço marcado simultaneamente por reconhecimento e assimetria, oportunidades e limites.

Nessa perspectiva, a juventude trans não pode ser compreendida como uma etapa linear do ciclo de vida, mas como uma condição atravessada por descontinuidades, interrupções e deslocamentos temporais, produzidos pela violência de gênero, pela exclusão escolar e pela precarização das condições de vida.

É nesse entrecruzamento que se situam as trajetórias analisadas nesta dissertação. Essa compreensão ampliada de juventudes orienta também a leitura dos dados do mapeamento apresentado no Capítulo 4 nos quais emergem percursos acadêmicos não lineares e vivências que tensionam a imagem hegemônica da juventude universitária.

2.2 Estado da arte: produção acadêmica sobre trajetórias trans e educação

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi realizado um estado da arte com foco na produção acadêmica sobre trajetórias biográficas e educacionais de pessoas trans e o acesso/permanência no ensino superior. Em vez de um inventário exaustivo, adotou-se uma leitura analítico-interpretativa capaz de evidenciar resultados consolidados, abordagens dominantes e lacunas do campo (HADDAD, 2002; MONTOYA, 2005; TEIXEIRA, 2023).

As buscas contemplaram o Banco de Teses e Dissertações da CAPES, a SciELO e repositórios institucionais de universidades públicas e privadas. Optou-se por não apresentar os resultados em formato tabelado, pois o propósito não foi um levantamento exaustivo, mas uma leitura analítica e interpretativa das principais produções. Como salientam Haddad (2002), Montóya (2005) e Teixeira (2023), o estado da arte, em uma perspectiva qualitativa, privilegia a compreensão das tendências e lacunas teóricas em detrimento da sistematização numérica das publicações.

Desse modo, o capítulo interpreta tendências e lacunas do debate que relaciona identidades de gênero e o direito à educação, com ênfase nas trajetórias no ensino

superior. Retomo apenas os conceitos operacionais indispensáveis, gênero, identidade de gênero, não binariedade e cisheteronormatividade, visto que ajudam a explicar experiências de acesso, permanência e acolhimento na universidade.

2.3 Panorama dos estudos sobre pessoas trans e categorias emergentes

Os estudos acadêmicos sobre pessoas trans ganharam força na segunda metade do século XX, sobretudo nas áreas da Medicina, Psicologia e Sociologia. Entre as décadas de 1950 e 1960, predominava uma perspectiva patologizante, que tratava as identidades trans sob o olhar da anormalidade (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 14; AMARAL et al., 2014, p. 29).

A partir das décadas de 1970 e 1980, impulsionados pelos estudos de gênero e pelos movimentos feministas, surgem produções que passam a compreender as experiências trans de maneira mais crítica e plural. Como destacam York, Oliveira e Benevides (2020, p. 18), as pessoas trans sempre existiram, mas foi apenas a partir dos anos 1990 que suas vivências começaram a ganhar notoriedade no campo acadêmico brasileiro.

Segundo Amaral *et al.* (2014, p. 35), as experiências travestis e transexuais tornaram-se objeto de pesquisa de forma mais sistemática a partir dessa década, especialmente nas Ciências Sociais e na Antropologia. Trabalhos etnográficos como os de Silva (1993), Kulick (1998) e Benedetti (2005) registraram trajetórias em bairros periféricos, boates, praças, pensões e territórios de prostituição de grandes capitais.

No Brasil, pesquisadoras como Berenice Bento (2008, 2017), Jaqueline Gomes de Jesus (2012), Luma Nogueira de Andrade (2012), Amara Moira (2017), Letícia Carolina Pereira Nascimento (2023), Viviane Vergueiro (2015), bem como o pesquisador Guilherme Almeida (2012), consolidaram uma produção crítica e comprometida com a visibilidade das experiências trans. Suas obras ampliam o debate sobre corpo, trabalho, saúde, políticas públicas, docência e educação, ao mesmo tempo em que questionam os limites epistemológicos da ciência e as formas de produção de conhecimento sobre pessoas trans no Brasil.

Essas produções, ancorada em perspectivas feministas, decoloniais e transfeministas, têm contribuído para reposicionar o campo dos estudos de gênero, deslocando-o das leituras patologizantes para abordagens que reconhecem a legitimidade e a pluralidade das existências trans. A partir dos anos 2000, observa-se

um crescimento expressivo das pesquisas sobre a população trans nos campos da Educação, Saúde Coletiva e Direitos Humanos (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 27).

Um exemplo é o artigo de Amaral *et al.* (2014) “Do travestismo às travestilidades: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001 e 2010”, que analisou 92 trabalhos e destacou a centralidade dos temas “aids”, “transformações corporais” e “prostituição”, indicando a escassez de estudos sobre envelhecimento, adolescência e educação.

Embora a Antropologia e a Sociologia tenham sido áreas pioneiras nesse debate, a presente dissertação adota um enfoque distinto: o direito à educação de pessoas trans. Essa escolha não desqualifica as abordagens anteriores, fundamentais para compreender a complexidade das vivências trans, mas propõe um olhar direcionado à relação entre identidade de gênero, acesso e permanência no ensino superior.

A consolidação dessas pesquisas e o deslocamento do olhar da patologização para a legitimidade das identidades de gênero possibilitaram o surgimento de novas frentes investigativas. Entre elas, destacam-se os estudos sobre educação e políticas públicas, que buscam compreender as condições de acesso e permanência de pessoas trans nos espaços escolares e universitários, campo em que se insere a presente pesquisa.

2.4 Gênero, identidades e sexualidades: fundamentos teóricos

Este tópico apresenta as ideias que orientam a compreensão de gênero, identidade e sexualidade nesta pesquisa. O objetivo é evidenciar como diferentes autoras e autores ajudam a refletir sobre os modos pelos quais a sociedade define o que é ser homem, mulher ou estar fora dessas categorias. Embora o foco central do trabalho seja o direito à educação, parte-se do entendimento de que os processos educativos são atravessados por concepções sociais de gênero e sexualidade, que estruturam práticas, discursos e instituições (FOUCAULT, 1998; LOURO, 2000).

Nessa perspectiva, o gênero é concebido como uma construção social e histórica, e não como um dado natural. Ele se constitui nas relações, nas falas, nas instituições e nos costumes. Louro (2008) destaca que o aprendizado sobre o que significa “ser homem” ou “ser mulher” acontece em múltiplos espaços, como família, escola, mídia, religião, e que tal aprendizado é contínuo e inacabado. Assim, não é o

corpo que define o gênero, mas o conjunto de práticas e significados que atribuímos a ele (SCOTT, 1990; LAURETIS, 1994; BUTLER, 1990, 2003, 2019b; LOURO, 2000, 2008; BEAUVOIR, 2009).

A partir dessa base, Butler (2003) aprofunda o argumento ao afirmar que o gênero não é uma identidade fixa, mas uma construção que se estabiliza pela repetição de atos, gestos e comportamentos socialmente aprendidos. A naturalização dessas repetições faz parecer que “homem” e “mulher” são categorias estáveis, quando, na verdade, resultam de práticas culturais reiteradas ao longo do tempo.

É nesse ponto que as vivências trans ganham centralidade analítica, pois tornam visíveis as normas que sustentam a coerência socialmente esperada entre seu gênero e reconhecimento. No campo da transexualidade, Bento (2008, 2017) evidencia que essas experiências trans não são patologias, mas modos legítimos de produzir identidade. A autora critica a tradição médica e psiquiátrica que historicamente classificou essas experiências como anomalias e ressalta que viver o gênero em desacordo com as normas sociais também pode assumir a forma de resistência e afirmação política.

Nessa mesma direção, Arán (2006) ressalta que o gênero não pode ser reduzido à anatomia ou à intervenção cirúrgica. O corpo é apenas um dos elementos da construção identitária, que também envolve dimensões simbólicas, afetivas e culturais. Diante disso, ser uma pessoa trans não depende de procedimentos médicos, mas da relação entre como cada sujeito se reconhece e os modos pelos quais deseja ser reconhecido e lido socialmente.

Em continuidade, Guilherme Almeida (2012) observa que pessoas trans vivenciam seus processos de maneira diversa, conforme o contexto social e cultural em que estão inseridas. O ponto de convergência é o enfrentamento às barreiras impostas pelo binarismo de gênero, pela crença de que só existem dois gêneros possíveis e pela predominância da heterossexualidade como norma. Essa constatação contribui para compreender que as experiências trans não são uniformes, mas plurais e situadas.

Retomando esse argumento por outra via, Butler (2003, p. 24-25) propõe que o gênero seja compreendido como um “artefato flutuante”, isto é, algo que não está preso ao corpo biológico. Desse modo, “homem” e “masculino” ou “mulher” e “feminino” não necessariamente correspondem à anatomia, mas às práticas e significados que se constituem ao longo da vida. As vivências trans tornam-se

exemplos concretos dessa instabilidade das normas de gênero, revelando que não existe uma única forma de ser homem ou mulher e expondo os limites das estruturas que regulam o gênero na sociedade.

Nesse cenário, as experiências trans rompem com a lógica cisheteronormativa, que presume uma correspondência natural entre o sexo atribuído ao nascer e o gênero vivido. Ao afirmar sua identidade, pessoas trans desestabilizam essa coerência compulsória e evidenciam que o gênero é múltiplo, móvel e aberto à transformação (BENEDETTI, 2005; BENTO, 2006; BUTLER, 2019b).

O universo trans é diverso e abrange homens trans, mulheres trans, travestis, pessoas transmasculinas e não binárias, estas últimas, por não se reconhecerem exclusivamente como homem ou mulher. Para Caetano (2024), a não binariedade nasce da recusa às categorias rígidas de macho-homem e fêmea-mulher, funcionando como um guarda-chuva que engloba identidades como agênero, gênero fluido, travesti não binária ou sapatão não binária, entre outras.

O autor lembra que existem debates sobre incluir ou não pessoas não binárias sob o termo “trans”. Essas discussões, longe de serem um problema, fazem parte dos próprios movimentos identitários, mostrando como as categorias se constroem, se transformam e ganham sentido social. Nesta pesquisa, inspirada em Caetano (2024) e Butler (2019b), assume-se que se reivindicar não binário também é uma forma de “estar trans no mundo”, já que ambas as posições desafiam a ordem binária de gênero.

Para avançar nessa discussão, e evitar confusões recorrentes no senso comum e em espaços institucionais, é necessário distinguir identidade de gênero e orientação sexual como dimensões analíticas distintas. A identidade de gênero diz respeito à forma como a pessoa se reconhece e se posiciona em relação ao gênero, orientando demandas por reconhecimento social e institucional. Já a orientação sexual refere-se às formas de atração afetivo-sexual e à construção de vínculos, sendo historicamente moldada por disputas sociais, políticas e culturais que legitimam determinados desejos e marginalizam outros (BAILEY *et al.*, 2016).

Essa distinção é fundamental para evitar leituras simplificadoras das experiências trans. Mulheres trans podem se identificar como lésbicas, bissexuais ou heterossexuais; homens trans podem ser gays, bissexuais ou heterossexuais; e pessoas não binárias expressam orientações afetivo-sexuais igualmente diversas. Essas combinações desafiam expectativas cisheteronormativas que tendem a alinhar,

de forma automática, identidade de gênero e desejo, produzindo incompreensões e estigmas tanto no senso comum quanto em espaços institucionais, como a escola e a universidade. Ao evidenciar essa diversidade, reforça-se que gênero e sexualidade operam como dimensões distintas, ainda que atravessadas por relações de poder e normas sociais que buscam regulá-las.

No campo científico, há um consenso de que a orientação sexual não decorre de escolha ou vontade individual. Ainda assim, discursos religiosos e moralistas seguem operando como matrizes normativas, produzindo estigmas e reafirmando a heterossexualidade como padrão legítimo (BAILEY *et al.*, 2016). Essa tensão entre saberes científicos e valores morais evidencia como as sexualidades são atravessadas por relações de poder, com efeitos concretos sobre a produção de normas, julgamentos e práticas institucionais (FOUCAULT, 1998).

Além disso, a literatura apresenta diferentes definições sobre orientação sexual. Valentova e Varella (2016) a entendem como um mecanismo psicológico que direciona o desejo; Savin-Williams (2014) e Bailey (2009) a compreendem como um processo interno que orienta os vínculos afetivo-sexuais. Medrado (2024), em linguagem mais acessível e integradora, define a orientação sexual como a atração afetivo-sexual relativamente duradoura por um ou mais gêneros, incluindo a possibilidade da assexualidade. Ao enfatizar a diversidade, o autor reforça que compreender a sexualidade humana contribui para o fortalecimento de reivindicações por direitos sociopolíticos.

Apesar desses avanços, parte da literatura ainda opera com categorias binárias que reduzem a sexualidade a poucas possibilidades, invisibilizando vivências bissexuais, pansexuais, assexuais, não binárias e transexuais (VEENSTRA, 2011; GALUPO *et al.*, 2014; MATSUNO; BUDGE, 2015). Reconhecer a pluralidade das sexualidades é essencial para superar essa visão restritiva e compreender a amplitude das experiências humanas.

Desse modo, identidade de gênero e orientação sexual são dimensões distintas. A primeira refere-se ao modo como a pessoa se reconhece (homem, mulher, ambos, nenhum ou outro gênero); a segunda diz respeito à direção do desejo afetivo-sexual (BUTLER, 2003; BENTO, 2006; JESUS, 2012). Como lembra Jaqueline Gomes de Jesus (2012, p. 12), identidade de gênero e orientação sexual não dependem necessariamente uma da outra. Nesses termos, uma pessoa trans pode ser heterossexual, homossexual, bissexual ou assexual (JESUS, 2012).

Com isso, torna-se possível nomear o regime que sustenta a ideia de “normalidade” de gênero no cotidiano social e institucional. Essa distinção é fundamental para compreender a cisnormatividade, isto é, a regra social que considera “normal” apenas quem se identifica com o gênero atribuído ao nascer. Pessoas cisgêneras, como define Jesus (2012), têm sua identidade de gênero alinhada ao sexo designado. Nesse sentido, a cisgeneridade não se apresenta como uma condição neutra, mas como um lugar social de poder e privilégio, historicamente legitimado pelo Estado e sustentado por normas institucionais e culturais (BENTO, 2006; BUTLER, 2003).

Como assinala Amara Moira (2017), esse regime de normalização produz hierarquias de humanidade, nas quais corpos cisgêneros ocupam posições de inteligibilidade e legitimidade social, enquanto experiências trans são frequentemente colocadas sob suspeição ou marginalizadas.

Nessa direção, reconhecer o gênero como uma construção social, histórica e relacional permite reafirmar que as experiências trans não são desvios, mas expressões legítimas da diversidade humana. Valorizar essa pluralidade, portanto, é fundamental para a formulação de políticas públicas e institucionais que promovam acolhimento, garantam direitos e reconheçam a legitimidade de todas as formas de existir.

Por fim, essa compreensão permite analisar a universidade para além de uma leitura simplista entre inclusão e exclusão, reconhecendo-a como uma instituição atravessada por contradições históricas e normativas. Embora possa formular políticas de reconhecimento e acolhimento voltadas à diversidade de gênero e sexualidade, a universidade também reproduz, por meio de seus dispositivos administrativos, espaciais e simbólicos, normas cisgêneras que regulam quais identidades são consideradas legítimas.

Desse modo, práticas institucionais aparentemente neutras podem operar como mecanismos de desigualdade e violência, tensionando o acesso, a permanência e o pertencimento de pessoas trans no ensino superior.

2.5 Pessoas trans e o direito à educação: um panorama das pesquisas e desafios contemporâneos

Nos últimos vinte anos, o campo da Educação passou a incorporar de forma mais sistemática as discussões sobre gênero e sexualidade, deslocando o foco das

abordagens biomédicas, que historicamente patologizaram a transexualidade e operaram a partir de uma lógica cisnormativa, para as dimensões pedagógicas, institucionais e políticas da inclusão (LOURO, 2001; BENTO, 2006; CIDADE, 2016; CASTRO, 2017; LIONÇO, 2019; MELLO; MAGALHÃES, 2021; LACERDA; ALMEIDA, 2021).

Esse movimento é indissociável do avanço dos estudos de gênero de orientação pós-estruturalista, que têm em Michel Foucault e Judith Butler referências centrais, bem como da atuação sociopolítica de movimentos sociais e coletivos trans.

Ao tensionarem a escola e a universidade, instituições historicamente organizadas sob o binarismo de gênero e produtoras de cisnormatividade, esses movimentos as afirmam como arenas de luta por cidadania formal e por reconhecimento de subjetividades dissidentes, ao mesmo tempo em que reposicionam a universidade como um potencial espaço de transformação e acolhimento (LOURO, 2001; BENTO, 2006; CIDADE, 2016; CASTRO, 2017; LIONÇO, 2019)

A literatura que inaugura esse campo evidencia que as instituições escolares não apenas transmitem conteúdos, mas participam ativamente da produção e da manutenção das normas de gênero. Contribuições fundantes, como as de Guacira Louro (2000), Dagmar Meyer (2001, 2004) e Jane Felipe (2003, 2004), demonstram que as instituições educacionais funcionam como dispositivos que regulam corpos, delimitam comportamentos e naturalizam expectativas de gênero e sexualidade. Esse percurso teórico abriu caminho para que outras pesquisadoras aprofundassem a compreensão sobre como tais mecanismos operam de forma diferenciada sobre corpos dissidentes.¹¹

É nesse contexto que Berenice Bento (2006, 2011, 2017) desloca o foco ao analisar de modo sistemático as experiências de pessoas trans na educação, evidenciando que os processos de vigilância, controle e disputa por reconhecimento assumem contornos específicos quando se trata de identidades de gênero que desafiam a lógica binária e cisnormativa.

Na mesma direção, Luma Nogueira de Andrade (2012), em sua tese de

¹¹ Corpos dissidentes são aqueles que não se enquadram nas inteligibilidades hegemônicas de gênero e sexualidade, sendo lançados à abjeção e à desumanização, como se “não houvesse lugar para eles” (BENTO, 2011, p. 558). Esse processo institui um terrorismo cotidiano que atravessa o ambiente escolar e tem sido cada vez mais reconhecido e enfrentado.

doutorado, analisa as trajetórias de travestis e transexuais na escola e revela que a exclusão não se dá apenas por atos explícitos, mas também por práticas sutis de controle e vigilância. Dessa forma, ambas as autoras abrem caminho para compreendermos que o direito à educação, para pessoas trans, é tensionado por mecanismos institucionais de invisibilização e expulsão.

Para interpretar essas dinâmicas, a contribuição de Pierre Bourdieu (1998, 2002) oferece uma chave importante. Ao definir violência simbólica como uma forma de dominação “suave, insensível e invisível”, exercida por meio de classificações, esquemas de percepção e de reconhecimento, o autor mostra como hierarquias sociais podem ser naturalizadas exatamente nos espaços que se apresentam como neutros, como a escola e da universidade.

O poder simbólico, entendido como capacidade de “fazer ver e fazer crer”, permite compreender que práticas como o uso insistente do nome civil, a recusa em reconhecer identidades de gênero dissidentes ou a deslegitimação de determinados corpos em sala de aula não são episódios isolados, mas efeitos de estruturas de dominação que se atualizam cotidianamente. Ao mobilizar essa perspectiva, o direito à educação de pessoas trans aparece atravessado não apenas por barreiras formais, mas por dispositivos simbólicos que produzem desautorização, cansaço e vigilância permanentes (BORDIEU, 2002; BENTO, 2017).

A partir desse marco inicial, novas autoras aprofundaram a crítica às formas pelas quais a cisgeneridade opera como norma. Viviane Vergueiro (2015) propõe compreender a cisnormatividade como um regime colonial que incide sobre as diversidades corporais e de identidades de gênero, produzindo hierarquias de humanidade, exclusões sociais e violências sistemáticas.

Sua análise desloca o debate para uma crítica epistemológica e política, ao evidenciar que tais processos se reproduzem também na produção do conhecimento e nas instituições, como a universidade, exigindo inflexões decoloniais que reconheçam os limites das abordagens hegemônicas e valorizem saberes situados produzidos a partir das próprias dissidências (VERGUEIRO, 2015).

Amara Moira (2017), ao narrar sua própria trajetória, explicita a dimensão política de “ocupar” a universidade sendo uma mulher trans, mostrando como presença e permanência são atravessadas por expectativas, tensões e desgastes. Essa ampliação do debate marca a consolidação de uma agenda que passa a olhar não apenas para o acesso, mas para as condições concretas de permanência.

Nos últimos anos, estudos voltados às políticas afirmativas, ao uso do nome social, à permanência estudantil e às práticas institucionais de acolhimento têm aprofundado esse campo (JESUS, 2012; LIMA, 2020; NASCIMENTO, 2023; CAETANO, 2024). Essas pesquisas indicam que, embora haja avanços normativos, a efetivação do direito à educação ainda esbarra em barreiras materiais, burocráticas e simbólicas. Em outras palavras, a incorporação de políticas não garante automaticamente sua operacionalização nos contextos cotidianos, o que reforça a necessidade de análises que conectem a produção normativa às experiências concretas de estudantes trans.

Esse movimento recente, contudo, não surge do nada. Ele dialoga com uma trajetória que se inicia ainda nos anos 1990, quando autoras como Guacira Louro passaram a aproximar o campo educacional das teorias feministas e pós-estruturalistas, problematizando a escola como um dispositivo de produção de gênero e sexualidade. Ao longo do anos 2000, essa agenda se adensa com contribuições de autoras como Jane Felipe (2003, 2004) e Dagmar Meyer (2001, 2004) incorporando de forma mais explícita os estudos queer e aprofundando as articulações entre corpo, identidade e educação.

Nesse cenário, Bento (2006, 2008) aprofunda o debate sobre transexualidade, Estado e políticas públicas. Ainda que não atue diretamente na interface com a educação, a obra de Regina Facchini (2002) contribui para compreender a constituição de identidades coletivas e disputas políticas no movimento LGBT, elementos que incidem sobre as dinâmicas escolares e universitárias. Esse acúmulo teórico-metodológico permite compreender, hoje, os desafios estruturais enfrentados por pessoas trans ao longo de sua trajetória escolar.

No plano empírico, pesquisas recentes da ANTRA (2023; 2024) e de Benevides (2024) mostram que a evasão escolar é recorrente. Cerca de 72% das pessoas trans e travestis não concluem o Ensino Médio, e apenas 0,02% acessam o Ensino Superior. Andrade (2012) define parte desse processo como “expulsão involuntária”, mostrando que muitas travestis e mulheres transexuais, sobretudo negras, são empurradas para fora da escola e para a informalidade.

Benevides (2022) acrescenta que apenas 4% das mulheres trans e travestis estão inseridas no mercado formal, indicando que a barreira educacional reverbera em outras dimensões da vida social.

No Ensino Superior, o cenário não é menos tensionado. Pesquisas como as de Santos (2017), Scote (2017), Marinho (2017) e Silva (2022), apontam limites na implementação de políticas institucionais, como o uso do nome social e o acesso a banheiros conforme a identidade de gênero, mostrando que direitos formalmente assegurados nem sempre se concretizam na vida universitária.

Outros estudos evidenciam a persistência de tentativas de docilização e normalização dos corpos trans, reforçando a subalternização de suas identidades (SILVA, 2022; JESUS, 2012). A partir dessa compreensão, mesmo quando a universidade assume compromissos públicos com a diversidade, é comum que práticas cotidianas continuem produzindo exclusões e constrangimentos.

A vulnerabilidade educacional se agrava com a ausência de apoio familiar, frequentemente marcada por rejeições motivadas por convicções religiosas ou morais. Dados do Grupo Dignidade (2021) indicam que muitas pessoas trans são expulsas de casa ainda na adolescência, em média aos 13 anos, o que interrompe a escolarização e empurra esses jovens para a informalidade.

O estudo de Lima (2021), ao analisar coletivos como TransENEM e Transpassando, evidencia que estudantes transmasculinos enfrentam transfobia, machismo e práticas restritivas nos ambientes escolares, como a proibição do uso de banheiros ou do nome social. Casos extremos de violência, como agressões físicas e estupros corretivos, evidenciam que as violações permanecem como elemento estruturante da experiência educacional trans no Brasil.

Em conjunto, essas pesquisas demonstram que o acesso e a permanência de pessoas trans na educação não podem ser analisados isoladamente. Trata-se de um fenômeno estruturado pela articulação entre transfobia, racismo, machismo, pobreza e desigualdades territoriais (CRENSHAW, 2002; VERGUEIRO, 2015; ANTRA, 2025).

Nesse ponto, as contribuições de Boffi e Santos (2023) ajudam a explicitar que a transição de gênero não produz efeitos homogêneos sobre todos os corpos. Ao analisarem as experiências de homens trans negros, as autoras mostram que, mesmo após a transição, a masculinidade negra segue sendo lida sob o imaginário da ameaça, da agressividade e da suspeição.

Em contraste com relatos de homens trans brancos, que frequentemente indicam aumento da sensação de segurança, homens trans negros permanecem submetidos a olhares de controle e desconfiança em espaços públicos e institucionais.

Essa leitura permite compreender que, no contexto educacional, as barreiras vividas por estudantes trans não podem ser explicadas apenas pelo gênero. Elas são reorganizadas pela racialização, que condiciona a circulação, o atendimento e a própria percepção de quem é visto como “perigoso” ou “adequado” à escola e à universidade (CRENSHAW, 2002). Assim, discutir o direito à educação implica reconhecer que esses marcadores se entrelaçam nas trajetórias de exclusão e também nas possibilidades de produzir outros futuros.

2.6 Políticas afirmativas e desafios institucionais

A ampliação do direito à educação para pessoas trans tem levado as universidades brasileiras a revisitar suas práticas institucionais, especialmente por meio das políticas afirmativas. Embora ainda recentes, essas políticas resultam de reivindicações históricas dos movimentos sociais e de coletivos LGBTQIA+, que denunciam a desigualdade de acesso e a precariedade das condições de permanência desse grupo no ensino superior (JESUS, 2012, p. 21; BENTO, 2017, p. 33; NASCIMENTO, 2023, p. 42).

Apesar dos avanços conquistados, sua implementação continua marcada por desafios como a escassez de dados, a ausência de recursos institucionais e a presença de resistências conservadoras nas próprias universidades (SARTORI, 2022, p. 266; PEREIRA, 2020, p. 17).

Como analisa Pereira (2020, p. 17), políticas orientadas por uma noção abstrata de igualdade desconsideram desigualdades históricas e estruturais, produzindo, na prática, a manutenção de privilégios cisnormativos. No caso das pessoas trans, a ausência de ações específicas tende a reproduzir exclusões já consolidadas, evidenciando que a igualdade formal não se converte, automaticamente, em igualdade de condições de acesso e permanência.

As universidades, enquanto espaços de produção de conhecimento e de sociabilidade, refletem essas contradições. Em diversas instituições, o reconhecimento do nome social, o uso de banheiros conforme a identidade de gênero e o acesso às cotas trans ainda se configuram como arenas de disputa política, dependendo da sensibilidade das gestões e da pressão da comunidade acadêmica. Mesmo quando há regulamentações internas, sua efetividade cotidiana nem sempre

é garantida, gerando descompassos entre a norma e a experiência estudantil (BENTO, 2014).

É nesse terreno que se insere a discussão sobre o nome social como política institucional. Entende-se por nome social a designação pela qual pessoas trans, travestis e não binárias se reconhecem e desejam ser socialmente identificadas, em contraste com o nome civil atribuído no registro de nascimento. No âmbito das instituições públicas, seu reconhecimento ocorre por meio de normativas administrativas que autorizam o uso desse nome em documentos internos, sistemas e interações oficiais.

Bento (2014) caracteriza o nome social como um dispositivo ambíguo: ao mesmo tempo em que representa uma conquista histórica dos movimentos sociais, permanece como um mecanismo jurídico-administrativo situado à margem do direito civil. Por essa razão, tende a operar como forma de cidadania precária, frequentemente dependente de negociações cotidianas e da boa vontade de agentes institucionais.

Corrêa (2017) aprofunda esse argumento ao mostrar que a prevalência do nome civil, ainda que episódica, não produz apenas constrangimento individual, mas reinscreve a cisnormatividade como verdade documental, colocando pessoas trans em uma zona de quase não existência nos registros oficiais.

Na mesma direção, Cidade (2016) analisa o nome civil como tecnologia disciplinar que, ao reaparecer em listas, crachás, sistemas ou cadastros, reafirma continuamente uma ordem cisgênera e obriga estudantes trans a exercerem um trabalho permanente de correção e reafirmação de si. Esses estudos evidenciam que o reconhecimento institucional não se esgota no texto das resoluções, mas depende da forma como tais tecnologias são acionadas, tensionadas ou naturalizadas no cotidiano universitário.

Na Universidade de Brasília (UnB), a aprovação da política de cotas para pessoas trans na graduação representou um avanço significativo, tanto do ponto de vista simbólico quanto material, ao ampliar o direito ao acesso e reafirmar o compromisso institucional com a diversidade.

Contudo, a inexistência de uma política específica de permanência para pessoas trans revela a distância que ainda separa o ingresso da continuidade acadêmica. Essa lacuna repercute diretamente nas condições de vivência universitária, sobretudo no acesso à moradia, alimentação, assistência estudantil e serviços de saúde mental.

Dessa forma, torna-se evidente que políticas afirmativas não podem se restringir aos mecanismos de ingresso. Garantir o acesso é condição necessária, mas insuficiente, quando estudantes trans continuam expostos a ambientes hostis, ausência de apoio institucional e reiteradas práticas de invisibilização. Acesso e permanência, portanto, precisam ser tratados de forma articulada, orientados por uma perspectiva de equidade e reconhecimento das diferenças.

A omissão ou o desmonte de iniciativas nesse campo produz lacunas administrativas e formas de violência institucional e simbólica. A não atuação diante das desigualdades não é neutra, mas constitui uma escolha política que contribui para a manutenção e a reprodução de exclusões estruturais historicamente produzidas no interior das universidades.

Nesse cenário, ainda que algumas instituições tenham adotado medidas inovadoras, como resoluções sobre o nome social, instalação de banheiros neutros, criação de comissões de diversidade e implementação de cotas específicas, tais experiências permanecem circunscritas e desiguais, além de vulneráveis à descontinuidade quando dependem da vontade política das gestões e de arranjos institucionais frágeis.

O desafio que se coloca, portanto, é consolidar políticas afirmativas como compromissos institucionais duradouros, capazes de transformar o acesso formal em condições reais de permanência e pertencimento, assegurando que pessoas trans possam ocupar plenamente a universidade como sujeitos de direito, de saber e de futuro.

2.7 Contexto político e disputas contemporâneas

O cenário político brasileiro das últimas décadas tem exercido influência direta sobre os debates de gênero e sexualidade, com impactos perceptíveis tanto na formulação de políticas públicas quanto no cotidiano das universidades. Discussões sobre diversidade, inclusão e direitos humanos passaram a ser atravessadas por disputas ideológicas, religiosas e morais, o que redesenhou o espaço público e acadêmico.

Com o avanço eleitoral da extrema-direita, sobretudo a partir de 2018, intensificaram-se discursos de ódio, moralismo conservador e ataques a direitos já consolidados. Durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, políticas voltadas à igualdade de gênero e à promoção da diversidade foram sistematicamente

desarticuladas ou desacreditadas sob o argumento de combater uma suposta “ideologia de gênero” (BOITO, 2020, p. 42; BARROCO, 2022, p. 56).

Em paralelo, bancadas conservadoras, como a evangélica, a ruralista e a da segurança pública, ampliaram sua atuação no Congresso Nacional, impulsionando projetos que pretendiam restringir direitos sexuais e reprodutivos e controlar currículos escolares (SEVERO, 2020, p. 119). Essas ofensivas afetaram diretamente pessoas trans, travestis e não binárias, produzindo um ambiente de maior hostilidade institucional.

Esse processo não ocorreu de forma isolada. Ele resultou da articulação entre atores religiosos, parlamentares conservadores e setores da mídia que mobilizam valores heteronormativos e cristãos como justificativa para a exclusão. Barroco (2022, p. 59) analisa que o discurso moralista se consolidou como estratégia de mobilização política, sustentado em narrativas que legitimam a retirada de direitos em nome da moralidade.

Nesse contexto, autores como Boito (2020, p. 43) e Sahd (2021, p. 92) identificam o surgimento de um neofascismo à brasileira, caracterizado pela combinação entre autoritarismo político, neoliberalismo econômico e conservadorismo moral. Ainda que o uso do termo exija cautela analítica, há consenso de que esse movimento produziu retrocessos significativos para populações historicamente marginalizadas.

As práticas de violência política de gênero também passaram a ganhar maior visibilidade. Um episódio emblemático ocorreu em março de 2023, quando, durante sessão solene do Dia Internacional da Mulher, o deputado Nikolas Ferreira utilizou uma peruca loira para ridicularizar identidades trans e deslegitimar a presença de mulheres trans no Parlamento, dirigindo ataques à deputada Erika Hilton, primeira travesti eleita para a Câmara dos Deputados.

Amplamente denunciado por organizações da sociedade civil, o episódio evidenciou como performances transfóbicas produzem efeitos simbólicos que extrapolam a arena parlamentar, legitimando discursos de ódio que reverberam no cotidiano das universidades e fragilizam iniciativas de inclusão.

As universidades públicas foram afetadas de múltiplas maneiras por esse cenário. Cortes orçamentários, tentativas de censura, perseguição a pesquisadores e deslegitimação das ciências humanas reforçaram a invisibilidade de trajetórias minoritárias e precarizaram estruturas institucionais de acolhimento.

A retórica anti-intelectualista ampliou ambientes de insegurança e autocensura entre docentes e estudantes que trabalham com temas ligados à diversidade (BARROCO, 2022, p. 62). No mesmo período, a tramitação de propostas legislativas, em diferentes níveis do poder público, que buscavam restringir o uso de banheiros conforme a identidade de gênero, limitar o reconhecimento do nome social ou regular expressões de gênero em espaços institucionais contribuiu para tornar esse contexto ainda mais hostil.

Essa ambivalência pode ser observada também na trajetória institucional da Universidade de Brasília. Antes da criação de setores específicos, como a Diretoria da Diversidade (DIV) em 2013, episódios de violência simbólica e material eram frequentes, conforme aponta pesquisa de Mendes (2012), que registrou agressões físicas, piadas discriminatórias proferidas por docentes e dificuldades de acesso a benefícios sociais por estudantes LGBTQIA+. A retirada e o vandalismo dos cartazes de divulgação da própria pesquisa ilustram a hostilidade do período.

A transformação da DIV em Secretaria de Direitos Humanos (SDH), em 2022, representou avanço institucional relevante. No entanto, sua consolidação permanece condicionada à continuidade política e à disponibilidade de recursos, elementos frequentemente instáveis em um contexto nacional marcado por disputas ideológicas.

A LGBTQIA+fobia segue como questão estrutural no Brasil, atravessando todas as etapas do sistema educacional. Mesmo no Ensino Superior, estudantes trans e travestis enfrentam violências cotidianas, exclusões e precarização de suas trajetórias. Junqueira (2007, p. 39) observa que a persistência dessas violações revela a dificuldade das instituições educacionais em se reconhecerem como parte do problema.

Para Louro (2013, p. 58), escolas e universidades seguem operando sob lógicas heteronormativas, exigindo a criação de espaços de sociabilidade e acolhimento capazes de deslocar práticas de silenciamento.

É nesse contexto que se reforça a relevância desta pesquisa, voltada à análise das trajetórias biográficas e educacionais de estudantes trans, travestis e não binários da UnB. Ao identificar barreiras institucionais, estratégias de resistência e possibilidades de permanência, o estudo busca contribuir para o preenchimento de lacunas ainda existentes sobre como as universidades públicas moldam essas trajetórias de forma cotidiana e concreta.

Ao adotar um olhar simultaneamente biográfico e institucional, a dissertação procura compreender processos de acesso, permanência e acolhimento, examinando tanto os percursos individuais quanto os efeitos das políticas institucionais e das tecnologias de gênero na experiência universitária. Nesse movimento, as contribuições de Baéré e Zanello (2024) e de Lins e Mesquita (2020) permitem antecipar discussões que emergem nos dados, especialmente aquelas relacionadas à militância, ao trabalho emocional e ao cansaço político.

Esses autores demonstram que o engajamento em contextos marcados por violências estruturais produz sentido e pertencimento, mas também pode gerar desgaste. A sobrecarga de expectativas de representatividade, a necessidade de explicar reiteradamente a transfobia e a não binariedade e a dificuldade de se afastar sem culpa fazem com que a militância se constitua como um campo de intensos investimentos afetivos.

Assim, práticas de autocuidado, afastamento temporário e redistribuição do trabalho político passam a ser compreendidas como estratégias legítimas de sobrevivência, e não como sinais de desengajamento. Esse enquadramento teórico ilumina, mais adiante, as narrativas de ambivalência e cansaço em relação à militância que atravessam as trajetórias das pessoas entrevistadas (BAERÉ E ZANELLO, 2024).

CAPÍTULO 3 - PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa e explicita sua articulação com o debate teórico desenvolvido anteriormente. Descrevem-se a abordagem adotada, os instrumentos de coleta de dados, os critérios de seleção dos interlocutores, os cuidados éticos envolvidos e as etapas da Análise Temática Reflexiva (ATR). As escolhas metodológicas foram orientadas pela necessidade de assegurar coerência entre o problema investigado, os objetivos propostos e o percurso analítico desenvolvido ao longo do trabalho.

3.1 Natureza e objetivos da pesquisa

Esta pesquisa tem natureza qualitativa (DEMO, 2000; MINAYO, 2019), com caráter exploratório e descritivo. **O objetivo geral** foi compreender como se constituem as trajetórias biográficas e educacionais de jovens trans, travestis e não binários da Universidade de Brasília (UnB) e de que maneira esses percursos se articulam com o acesso e a permanência no ensino superior.

Este estudo emerge da necessidade de compreender com maior clareza a presença e as condições de permanência de pessoas trans na UnB, diante da escassez de dados sobre essa realidade. A instituição tem sido reiteradamente questionada, inclusive por meio da Ouvidoria (*Plataforma Fala.Br*) e de pedidos formulados com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), acerca do número de pessoas trans na comunidade universitária, de seus vínculos acadêmicos e administrativos, da distribuição por cursos e setores, e da existência de políticas específicas voltadas a esse público.

A ausência dessas informações dificultava não apenas o planejamento institucional, mas também a formulação de políticas de inclusão, como a implementação de banheiros sem demarcação de gênero, a ampliação de programas de assistência estudantil e a revisão das normativas sobre o uso do nome social. Diante dessa lacuna, esta pesquisa foi concebida para contribuir com dados inéditos e empíricos, combinando o mapeamento institucional e as entrevistas em profundidade, a fim de gerar um conhecimento situado e útil à transformação da UnB.

Como argumenta Donna Haraway (1995), todo conhecimento é produzido a partir de localizações históricas, sociais e políticas específicas, o que desafia a noção

de uma neutralidade científica universal. Inspirado na perspectiva de “saberes localizados” da autora, compreendo que os dados deste estudo são construídos a partir de posições situadas, tanto dos interlocutores quanto da própria pesquisa, e que essa parcialidade é constitutiva do conhecimento, não um limite a ser superado.

A análise dos dados foi conduzida com base na Análise Temática Reflexiva (ATR), conforme proposta por Virginia Braun e Victoria Clarke (2006; 2015; 2019), que reconhece o papel ativo do pesquisador na construção de sentidos e compreende os temas como resultado de um processo interpretativo e criativo. A abordagem qualitativa foi, portanto, a mais adequada, por permitir compreender as experiências e subjetividades das pessoas interlocutoras.

3.2 Abordagem qualitativa

A opção pela abordagem qualitativa possibilita explorar dimensões da realidade que não se reduzem a números ou indicadores. Trata-se de um caminho interpretativo, voltado à compreensão dos sentidos, motivações, símbolos e significados que orientam as ações humanas. Conforme Minayo (2019, p. 14), essa abordagem permite investigar o “conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nas representações sociais, nas expressões da subjetividade, nos símbolos e significados”.

Ao lidar com experiências de vida, identidades e trajetórias, a pesquisa qualitativa oferece meios para captar nuances afetivas, políticas e institucionais que escapam aos métodos quantitativos. No contexto desta dissertação, essa opção metodológica é especialmente relevante, pois permite compreender como jovens trans, travestis e não binários constroem suas trajetórias educacionais na UnB, revelando tanto os mecanismos de exclusão quanto as estratégias de resistência e pertencimento que marcam suas vivências no ensino superior (MINAYO, 2019).

3.3 Delineamento da pesquisa

O percurso metodológico foi estruturado em **duas** etapas complementares e articuladas. A primeira consistiu no mapeamento institucional, realizado por meio de um formulário de autodeclaração destinado à comunidade universitária trans, travesti e não binária, mantido disponível para participação ao longo de um ano, a fim de ampliar o alcance e possibilitar maior adesão do público-alvo.

O instrumento (ANEXO III) reuniu questões sobre identidade de gênero, vínculo com a UnB, curso ou setor, preferência de uso do banheiro e percepção de acolhimento institucional. O formulário esteve disponível apenas para e-mails institucionais, o que contribuiu para assegurar legitimidade e fidedignidade das respostas.

Ao todo, participaram 334 pessoas vinculadas à Universidade que se autodeclararam trans, o que possibilitou traçar um panorama inédito e oferecer subsídios para a segunda etapa da pesquisa.

A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas em profundidade com oito participantes selecionados a partir do universo de respondentes do mapeamento, orientadas por um roteiro semiestruturado e flexível. As entrevistas foram realizadas em ambiente reservado na Secretaria de Direitos Humanos (SDH), entre os meses de agosto e outubro de 2025, sempre mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O número final de oito entrevistas foi definido com base no critério de saturação teórica (MINAYO, 2010), momento em que as falas passaram a apresentar regularidades suficientes para responder aos objetivos do estudo, sem que novos dados acrescentassem elementos substantivamente distintos.

3.4 As entrevistas em profundidade

As entrevistas em profundidade foram utilizadas como principal instrumento de coleta de dados desta pesquisa, por possibilitarem a apreensão de sentidos, memórias e significados atribuídos pelas pessoas interlocutoras às suas próprias trajetórias.

Diferentemente das entrevistas estruturadas, esse tipo de abordagem busca promover uma escuta sensível e dialógica, na qual pesquisador e participante constroem conjuntamente o conhecimento, em um processo marcado pela reflexividade e pela coautoria (KVALE, 1996; SEIDMAN, 2013).

Para Minayo (2019), a entrevista em profundidade constitui uma das técnicas centrais da pesquisa qualitativa, pois permite o acesso a dimensões simbólicas e subjetivas da experiência humana que não podem ser quantificadas.

Na mesma direção, Flick (2009) enfatiza que esse instrumento possibilita explorar as perspectivas individuais em seus contextos sociais, favorecendo uma compreensão densa dos fenômenos investigados. Assim, ao adotar entrevistas em profundidade, esta pesquisa buscou compreender as trajetórias biográficas e educacionais de pessoas trans, travestis e não binárias na Universidade de Brasília a partir de suas próprias narrativas e interpretações.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas com o auxílio do software *Transkriptor*, ferramenta que otimizou a etapa inicial de transcrição. No entanto, considerando as limitações de fidedignidade do programa, todo o material foi relido e revisado manualmente pelo pesquisador, garantindo maior precisão e cuidado na reconstrução das falas.

Durante todo o percurso da pesquisa, foi mantido um diário de campo que acompanhou desde as primeiras decisões metodológicas até a fase de análise dos dados. Nesse diário, foram registradas impressões, escolhas interpretativas, dúvidas e reflexões que contribuíram para aprofundar a compreensão dos dados e orientar o desenvolvimento das seis etapas da ATR, conforme delineado por Braun e Clarke (2006; 2009).

3.5 Análise dos dados

A análise dos dados seguiu a Análise Temática Reflexiva (ATR), uma abordagem que busca equilibrar rigor e flexibilidade na interpretação. Essa metodologia admite diferentes caminhos de trabalho, indutivo, dedutivo ou híbrido (PROUDFOOT, 2023). Na abordagem indutiva, os temas surgem diretamente do material empírico, construídos “de baixo para cima”. Já na abordagem dedutiva, a organização dos temas parte de conceitos e categorias previamente definidos com base na literatura (BYRNE, 2021). Considerando a natureza desta pesquisa, adotou-se uma abordagem híbrida, articulando movimentos indutivos e dedutivos (BRAUN; CLARKE, 2006; 2015; 2021).

O processo analítico foi desenvolvido em seis etapas interligadas, seguindo a proposta das autoras, em um percurso flexível, iterativo e reflexivo. As etapas são: **(1)**

familiarização profunda com os dados; **(2)** geração inicial de códigos; **(3)** busca por temas; **(4)** revisão e refinamento dos temas; **(5)** definição e nomeação dos temas; e **(6)** produção do relatório analítico. Longe de constituírem fases rígidas, essas etapas funcionam como eixos orientadores que permitiram avançar e retornar ao material sempre que necessário, garantindo uma análise sensível às vozes das pessoas interlocutoras e às complexidades do campo investigado.

Na primeira etapa, dedicada à familiarização com os dados, foi realizada a leitura integral das transcrições das entrevistas no Word, o que possibilitou uma aproximação inicial com o conteúdo e o tom das falas. Em seguida, o material foi impresso e relido minuciosamente, com o uso de marca-textos e anotações à margem, destacando passagens que expressavam emoções, tensões e sentidos recorrente (SOUZA, 2019). Esse contato direto com o texto impresso favoreceu uma leitura mais sensível e reflexiva sobre as experiências narradas.

Na segunda etapa, procedeu-se à codificação inicial, em que trechos significativos foram destacados e transformados em códigos provisórios, com base em sentidos semânticos e latentes (BRAUN; CLARKE, 2015). A terceira etapa envolveu o agrupamento dos códigos em eixos de sentido, identificando convergências e contrastes entre as narrativas. Na quarta, os códigos foram refinados em diálogo com o referencial teórico da pesquisa, especialmente com a noção de *tecnologias de gênero* (LAURETIS, 1994), que permitiu compreender a universidade como um espaço produtor e regulador de identidades.

O processo também se apoiou nas discussões sobre juventudes e trajetórias educacionais (DAYRELL, 2003; SPOSITO, 2010; ABRAMO, 2005) bem como nas contribuições de autoras que problematizam o direito à educação de pessoas trans e os mecanismos de exclusão e reconhecimento presentes nas instituições de ensino superior. Entre elas, destacam-se Bento (2008; 2017), Jesus (2012), Andrade (2012), Nascimento (2023), Vergueiro (2015), e Moira (2017) cujas reflexões contribuíram para interpretar as narrativas como expressões de resistência e reinvenção diante das normas de gênero que atravessam a universidade.

Na quinta etapa, os eixos de sentido foram reorganizados e nomeados como temas e subtemas analíticos, em um processo iterativo¹² de constante retorno às

¹² O "processo iterativo" na análise temática de Braun e Clarke (2016) refere-se à natureza cíclica e não linear de suas seis fases, no qual o pesquisador revisita e refina constantemente os dados, códigos e temas, em vez de seguir um procedimento estritamente sequencial.

transcrições. Esse movimento buscou assegurar coerência interna, fidelidade às narrativas e aderência aos objetivos da pesquisa, consolidando agrupamentos de significados que expressam dimensões centrais das trajetórias educacionais e biográficas das pessoas trans interlocutoras.

Por fim, a sexta etapa correspondeu à construção narrativa dos temas, momento em que as experiências das pessoas interlocutoras foram articuladas em torno de sentidos como **reconhecimento**, **pertencimento**, **militância**, **cansaço político** e **projetos de futuro**. O diário de campo voltou a ser utilizado como instrumento reflexivo, auxiliando no registro de percepções e decisões analíticas. Por fim, a discussão dos resultados ocorreu integradamente à própria análise, o que permitiu que as falas dialogassem diretamente com o referencial teórico e com o contexto institucional da UnB.

3.6 Triangulação dos dados

A consistência dos achados foi reforçada pela triangulação de dados (DENZIN, 1978; MINAYO, 2010; FLICK, 2009), estratégia que integra múltiplas fontes e perspectivas em uma mesma investigação. Neste estudo, a triangulação ocorreu em duas dimensões complementares: (i) de fontes, pela combinação das informações do mapeamento institucional e das entrevistas em profundidade; e (ii) de métodos, ao articular procedimentos quantitativo-descritivos e qualitativos-interpretativos. Essa integração ampliou a validade interna e a densidade interpretativa, favorecendo uma compreensão mais contextualizada das trajetórias das pessoas trans na UnB.

3.7 Considerações éticas e perfis ficcionais

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Brasília (ANEXO I) (CAAE 88213425.9.0000.5540), sob o número de parecer n.º 7.674.518. Todas as pessoas participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO II), no qual foram informadas sobre os objetivos do estudo, os procedimentos de coleta, os possíveis riscos e benefícios, o compromisso com o sigilo e o direito de desistir a qualquer momento. Os áudios e as transcrições das entrevistas foram armazenados em pasta de uso restrito do pesquisador, e os nomes foram substituídos por pseudônimos, garantindo a preservação da identidade.

A fim de preservar as identidades e, ao mesmo tempo, destacar padrões estruturais das experiências relatadas, foram construídos perfis fictícios inspirados nas entrevistas. Os nomes fictícios foram escolhidos pelos próprios interlocutores ou definidos pelo pesquisador mediante autorização, respeitando o direito à autodeterminação e à representação simbólica das pessoas interlocutoras.

A condução da dissertação seguiu as diretrizes éticas das Resoluções n.º 466/2012 e n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. A primeira estabelece princípios gerais para pesquisas com seres humanos, e a segunda orienta estudos das Ciências Humanas e Sociais, especialmente aqueles que envolvem entrevistas e dados sensíveis. Ambas reforçam a importância do respeito à autonomia, da proteção à privacidade e do cuidado no manejo das informações. Assim, todo o percurso da pesquisa foi pensado para assegurar condições éticas de participação e valorização das experiências compartilhadas.

Em suma, encerradas as etapas de construção metodológica, o capítulo seguinte apresenta os resultados da pesquisa, articulando os dados do mapeamento institucional às narrativas das entrevistas em profundidade. A análise, desenvolvida à luz da ATR, busca evidenciar os sentidos atribuídos pelas pessoas trans, travestis e não binárias às suas trajetórias biográficas e educacionais na Universidade de Brasília, revelando tensões, deslocamentos e possibilidades de transformação nas políticas e práticas institucionais.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE DOS DADOS

Concluída a etapa metodológica da pesquisa, passo agora à apresentação e análise dos dados. Neste capítulo, reúno os resultados do mapeamento institucional e das entrevistas em profundidade para compreender como jovens trans, travestis e não binários vivenciam o acesso, a permanência e o pertencimento na UnB.

A aproximação entre esses dois conjuntos de dados permite visualizar, de um lado, o panorama da presença trans na universidade e, de outro, os sentidos produzidos pelas pessoas interlocutoras ao narrar suas próprias trajetórias. É nesse diálogo, entre o mapeamento institucional e as experiências aprofundadas das entrevistas, que se estrutura a análise apresentada a seguir.

4.1 O Mapeamento Institucional de pessoas trans, travestis e não binárias da Universidade de Brasília

O mapeamento institucional realizado pela Coordenação LGBTQIA+ da Secretaria de Direitos Humanos (SDH/UnB), em 2025, constituiu uma das primeiras iniciativas sistematizadas voltadas à identificação e à caracterização da população trans e não binária da Universidade de Brasília.

O levantamento foi conduzido por meio da plataforma *Microsoft Forms 365*, acessível apenas as pessoas com e-mail institucional (*@unb.br*), o que assegurou o recorte interno à comunidade universitária. Desse modo, ao exigir acesso via e-mail institucional (*@unb.br*) para o preenchimento, o mapeamento abrangeu apenas pessoas com vínculo ativo com a UnB, podendo subestimar a participação de egressos/as ou de pessoas afastadas da universidade.

Ao todo, foram identificadas 334 pessoas que participaram do mapeamento, revelando um panorama inédito sobre a presença e a diversidade de identidades de gênero na universidade. Os dados indicam que 198 respondentes (59,3%) se identificam como pessoas não binárias, 57 como homens trans, 47 como mulheres trans, 12 como travestis e 20 como pessoas com outras expressões de gênero.

A expressiva presença de pessoas não binárias constitui um dado relevante, cuja interpretação demanda cautela, pois pode refletir tanto características específicas da comunidade universitária quanto dinâmicas sociais mais amplas. Ao mesmo tempo, esse resultado pode sinalizar um movimento geracional e cultural em curso na

universidade, no qual as fronteiras do binarismo de gênero são tensionadas por novas formas de reconhecimento e existência.

Esse cenário se diferencia do padrão identificado em estudos e levantamentos nacionais, que costumam conferir maior visibilidade a mulheres trans e travestis, em razão do protagonismo histórico desses grupos na organização política e de sua presença mais consolidada nas políticas públicas e na produção acadêmica (ANTRA, 2020; BENEVIDES, 2022; BENTO, 2017; VERGUEIRO, 2015).

No contexto da UnB, a maior proporção de pessoas não binárias pode estar relacionada a fatores institucionais e culturais específicos, vinculados à abertura política da universidade e ao reconhecimento crescente dessas identidades em espaços acadêmicos. Essa configuração indica que o ambiente universitário, ainda que permeado por tensões e contradições, tem se mostrado fértil para o surgimento e para a afirmação de existências plurais.

Silva (2023) destaca que as experiências de pessoas não binárias no ensino superior são atravessadas por desafios específicos, como a falta de reconhecimento institucional, o desconhecimento de pronomes e a ausência de políticas de permanência adequadas. Essa discussão ilumina por que a “emergência” não binária na UnB se apresenta como um ato político complexo. Em sua pesquisa, a autora registra o relato de uma pessoa não binária que expressa o cansaço de precisar “explicar coisas que não queria mais estar explicando”, evidenciando a sobrecarga pedagógica que frequentemente recai sobre esses sujeitos (SILVA, 2023).

A predominância de pessoas não binárias na UnB, portanto, reforça a urgência da implementação de ações formativas continuadas para a comunidade acadêmica (discentes, docentes e técnicos-administrativos) bem como de políticas de permanência que contemplem as demandas psicossociais e de reconhecimento apontadas por Silva (2023).

Tabela 1 – Identidade de gênero das pessoas participantes do mapeamento (UnB, 2025).

Identidade de Gênero	Número de Pessoas	Percentual (%)
Não binário (a/e)	198	59,3%
Homem trans/transmasculino	57	17,1%
Mulher trans	47	14,1%
Travesti	12	3,6%

Outro(s)	20	6,0%
Total	334	100%

Fonte: Coordenação LGBTQIA+ / Secretaria de Direitos Humanos (SDH-UnB). Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília, 2025

No que se refere à preferência de uso de banheiros, observou-se que 241 pessoas (72,2%) indicaram preferência por banheiros neutros, unissex ou agêneros, enquanto 58 optaram por banheiros masculinos e 35 por femininos. Esse dado evidencia uma demanda concreta por infraestrutura inclusiva e, ao mesmo tempo, tensiona a materialidade dos espaços universitários, compreendidos, nesta pesquisa, como dispositivos reguladores do gênero.

À luz do conceito de tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994), o banheiro, assim como outros espaços e registros institucionais, podem ser compreendidos como uma tecnologia que produz e naturaliza fronteiras entre corpos inteligíveis e não inteligíveis no interior do binarismo de gênero. Essa perspectiva reforça a urgência da implementação de normas e estruturas compatíveis com a diversidade identitária da comunidade universitária, abrangendo sinalização, rotas seguras e manutenção dos espaços.

O alto percentual de pessoas que preferem espaços neutros expressa, portanto, não apenas uma escolha prática, mas também uma forma de resistência cotidiana às normas cisheteronormativas que delimitam pertencimento e visibilidade. Como observa Silva (2023), o uso autorreferido dos banheiros constitui uma das principais políticas de permanência para pessoas trans* nas universidades. A interdição ou a ausência de adequação desses espaços atua como barreira simbólica e material à continuidade dos estudos, fazendo do banheiro uma das “zonas conflituosas” (TORRES; VIEIRA, 2015, p. 55), cuja arquitetura binária nega a possibilidade de permanência plena de pessoas não cisgêneras.

Nessa direção, a demanda por banheiros neutros ou agênero, conforme argumentam Rios e Resadori (2015), materializa a busca por ambientes que assegurem privacidade e acessibilidade universal, sem distinção de sexo ou identidade de gênero. Essa reivindicação se contrapõe à arquitetura segregadora que, como aponta Félix-Silva (2015), impõe o “deslugar” às identidades que escapam à norma binária. O desejo manifestado por 72,2% dos respondentes pela neutralidade no uso dos banheiros reforça, assim, a necessidade de a universidade romper com o

regime histórico de silenciamento e inferiorização, adotando medidas estruturais e formativas que ultrapassem soluções paliativas ou meramente legais, garantindo efetivamente o respeito, a segurança e o pertencimento desses sujeitos (BENTO, 2014).

Tabela 2 – Preferência de uso de banheiro

Tipo de banheiro preferido	Número de pessoas	Percentual (%)
Neutro / unissex / agênero	241	72,2%
Masculino	58	17,4%
Feminino	35	10,5%
Total	334	100%

Fonte: Coordenação LGBTQIA+ / Secretaria de Direitos Humanos (SDH-UnB). *Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília*, 2025.

Quanto ao vínculo institucional com a UnB, a maioria das pessoas mapeadas é composta por estudantes de graduação (282, ou 84,4%), seguidos por 20 estudantes da pós-graduação, 22 docentes e 10 técnicos(as) administrativos(as). A expressiva presença de discentes de graduação indica uma geração que acessa o ensino superior já em meio à ampliação das políticas de diversidade e direitos humanos. Por outro lado, a baixa proporção na pós-graduação (6%) evidencia que a continuidade acadêmica ainda enfrenta entraves significativos, que podem decorrer de processos de exclusão, de trajetórias marcadas por desigualdades acumuladas ou da ausência de políticas de permanência específicas para essas pessoas.

Tabela 3 – Vínculo com a Universidade de Brasília

Vínculo institucional	Número de pessoas	Percentual (%)
Estudantes de graduação	282	84,4%
Estudantes de pós-graduação	20	6,0%
Docentes	22	6,6%
Técnicos(as) administrativos(as)	10	3,0%
Total	334	100%

Fonte: Coordenação LGBTQIA+ / Secretaria de Direitos Humanos (SDH-UnB). *Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília*, 2025.

Em termos de acolhimento institucional, 297 (88,9%) respondentes avaliaram a UnB como uma universidade acolhedora, 27 como pouco acolhedora e 10 como nada acolhedora. A percepção de que 88,9% das pessoas respondentes consideram a instituição uma universidade acolhedora sugere uma avaliação institucional predominantemente positiva.

Contudo, esse dado precisa ser compreendido de forma contextualizada. Trata-se de uma percepção relativa, que pode refletir a comparação com outros espaços de socialização, como famílias marcadas por preconceito, escolas anteriores ou a sociedade de maneira geral.

Nesse sentido, a universidade pode ser vista como relativamente mais acolhedora, ainda que essa percepção não signifique ausência de tensões, discriminações ou barreiras no cotidiano acadêmico. Desse modo, a avaliação positiva do acolhimento não contradiz as experiências de violência institucional relatadas ao longo da pesquisa, mas revela a coexistência de práticas de reconhecimento e de exclusão que estruturam o cotidiano universitário.

O indicador aponta, portanto, para um ambiente que, para a maioria das pessoas trans e não binárias, apresenta condições de convivência melhores do que outros contextos sociais, mas que não garante necessariamente acolhimento pleno ou homogêneo em todos os cursos, unidades ou situações vivenciadas na instituição.

Tabela 4 – Avaliação do acolhimento na UnB

Percepção sobre acolhimento	Número de pessoas	Percentual (%)
Acolhedor	297	88,9%
Pouco acolhedor	27	8,1%
Nada acolhedor	10	3,0%
Total	334	100%

Fonte: Coordenação LGBTQIA+ / Secretaria de Direitos Humanos (SDH-UnB). Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília, 2025.

O dado de que 140 (41,9%) das pessoas respondentes utilizam o nome social, enquanto 194 (58,1%) não o fazem, revela que o reconhecimento administrativo das identidades de gênero na UnB ainda é um processo desigual. Essa diferença pode refletir situações distintas: há pessoas que já realizaram a retificação civil e, portanto,

não precisam recorrer ao nome social; outras podem enfrentar barreiras burocráticas ou dificuldades em atualizar o nome nos sistemas institucionais.

Além disso, o não uso do nome social pode indicar receios ou constrangimentos no cotidiano acadêmico, já que, para muitas pessoas trans e não binárias, acionar o nome social significa expor-se a correções constantes, explicações recorrentes e possíveis situações de desrespeito. Desta forma, o dado sugere que, embora haja uma política formal disponível na UnB, sua efetividade depende de condições práticas, como a atualização dos sistemas, a formação de servidores e docentes e o clima institucional, que nem sempre garantem um uso confortável e livre de tensões.

Tabela 5 – Uso de nome social

Uso de nome social	Número de pessoas	Percentual (%)
Sim	140	41,9%
Não	194	58,1%
Total	334	100%

Fonte: Coordenação LGBTQIA+ / Secretaria de Direitos Humanos (SDH-UnB). Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília, 2025.

Tabela 6 – Principais cursos e setores com respondentes do mapeamento (UnB, 2025).

Curso / Setores da UnB	
Engenharias	Ciências Sociais e Humanas
Física	Administração e Contabilidade
Matemática	Instituto de Letras (IL)
Química	Ciências da Saúde (FS)
Artes (Cênicas, Visuais e Música)	Outros setores administrativos e acadêmicos

Fonte: Coordenação LGBTQIA+ / Secretaria de Direitos Humanos (SDH-UnB). Mapeamento Institucional da População Trans e Não Binária da Universidade de Brasília, 2025

Por fim, visando ampliar a adesão ao mapeamento e garantir o sigilo das pessoas participantes, optou-se por não solicitar identificação nominal. Para evitar que o receio de exposição, constrangimentos ou possíveis represálias desestimulasse o preenchimento do formulário, foi solicitado apenas o curso ou setor de vínculo na Universidade de Brasília. A intenção foi equilibrar o rigor da coleta de dados com o cuidado ético e o respeito à privacidade das pessoas trans e não binárias, reconhecendo a vulnerabilidade social e institucional que ainda marca a experiência desse grupo no contexto universitário.

Os dados do mapeamento revelam que pessoas trans e não binárias atuam e circulam por diferentes cursos e setores da UnB, contrariando o imaginário social de que estariam concentradas exclusivamente nas áreas de ciências sociais e humanas. Há respondentes vinculadas às Engenharias, à Física, à Matemática, à Química, às Artes (Cênicas, Visuais e Música), às Ciências Sociais e Humanas, à Administração, à Contabilidade, ao Instituto de Letras (IL) e Ciências da Saúde.

Além disso, registra-se a presença de pessoas trans em diversos setores administrativos e acadêmicos da universidade. Essa distribuição evidencia que a presença de pessoas trans permeia toda a estrutura universitária, ensino, pesquisa, extensão e gestão, e reforça que essas pessoas ocupam múltiplos espaços da UnB, dentro e fora das salas de aula.

4.2 Entre números e narrativas: sentidos de pertencimento e exclusão na experiência universitária

Os dados do mapeamento institucional oferecem um retrato quantitativo da diversidade de identidades de gênero na Universidade de Brasília. No entanto, é nas narrativas das pessoas interlocutoras que esses números adquirem densidade analítica, pois permitem compreender como se materializam, na prática, os processos de acesso, permanência e reconhecimento. As entrevistas evidenciam que a experiência universitária é marcada por uma ambivalência constante entre iniciativas de acolhimento e barreiras simbólicas e estruturais que atravessam o cotidiano institucional.

Embora 88,9% das pessoas respondentes avaliem a UnB como uma instituição acolhedora, as falas das pessoas entrevistadas revelam que acolhimento e pertencimento não constituem experiências lineares nem homogêneas. Esse contraste reforça a leitura, desenvolvida nos pressupostos teóricos, de que a universidade pode

simultaneamente produzir reconhecimento e reproduzir assimetrias, de modo que a inclusão formal não elimina práticas cotidianas de regulação.

Muitos relatos apontam microviolências, constrangimentos e disputas permanentes por legitimidade. Como expressou Ícaro, graduando em Ciência da Computação, *“cada vez que um professor me chamava pelo nome morto, era como se dissesse: ‘você não pertence aqui’”*. O sentimento de exclusão deriva, portanto, não de um episódio isolado, mas da repetição de práticas que, ao se naturalizarem, reafirmam a cisnormatividade como norma implícita e produzem efeitos de desautorização simbólica.

A partir do conceito de tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994), torna-se possível compreender que tais experiências não resultam apenas de condutas individuais, mas são produzidas por estruturas administrativas, pedagógicas e espaciais que regulam quem é reconhecido como sujeito legítimo e quem não é na universidade. O uso, ou a ausência, do nome social, a inexistência de banheiros neutros e as dificuldades de atualização nos sistemas institucionais funcionam como dispositivos que moldam a experiência cotidiana e delimitam diferentes graus de pertencimento no espaço universitário.

A demanda expressiva por banheiros sem demarcação de gênero (72,2%) aparece, nas entrevistas, como uma das questões mais sensíveis de desconforto e invisibilização. Gabriel, estudante transmasculino, sintetiza essa experiência ao afirmar que *“o simples ato de ir ao banheiro é uma escolha política de sobrevivência”*. Sua fala evidencia como a infraestrutura universitária opera como tecnologia reguladora do corpo e do espaço, atribuindo implicações emocionais e de segurança a decisões aparentemente corriqueiras.

Por outro lado, as narrativas também revelam formas de agência¹³ e resistência. Estudantes trans e não binários constroem redes de apoio, estratégias de autocuidado e alianças entre pares para sustentar suas trajetórias acadêmicas. Marcela, mulher trans e mestranda em Letras, relatou que conseguiu concluir a

¹³A noção de agência adotada neste trabalho deriva de Judith Butler (2017; 2019a; 2019b), para quem a ação do sujeito ocorre no interior das normas que o constituem, e não fora delas. A agência é compreendida, aqui, como a capacidade de produzir deslocamentos performativos, reiterações que abrem brechas para a resignificação das normas de gênero. Conforme argumenta Furlin (2014), essa agência é socialmente regulada, pois emerge dos desejos do sujeito, mas operando dentro das práticas reiterativas de poder que também limitam esses desejos. Trata-se, portanto, de uma potência situada, que permite ao sujeito resistir, tensionar e reinventar-se mesmo nas condições de sujeição que o moldam.

graduação porque encontrou acolhimento em um grupo de colegas, bem como em ações promovidas pela antiga DIV (atual SDH) e por coletivos externos à UnB.

Esse relato dialoga diretamente com os dados do mapeamento, que apontam a presença expressiva de pessoas trans na graduação, em contraste com uma queda acentuada na pós-graduação. Tal discrepância sugere que, embora existam experiências pontuais de acolhimento e suporte institucional, elas ainda não são suficientes para assegurar a continuidade das trajetórias acadêmicas em níveis mais avançados de formação.

Nesse sentido, a integração entre os dados quantitativos e as narrativas qualitativas evidencia que o mapeamento não se limita a quantificação de uma população, mas opera também como um dispositivo de reconhecimento e legitimação institucional da presença trans e não binária na UnB.

As entrevistas aprofundam essa compreensão ao revelar como sentimentos de exclusão, resistência e pertencimento são vividos em múltiplas dimensões do cotidiano universitário, tanto nos espaços físicos, como salas de aula, banheiros, restaurante universitário, biblioteca e laboratórios, quanto nos circuitos administrativos e digitais, a exemplo dos sistemas acadêmicos e institucionais.

Essas experiências apontam para a necessidade de políticas que ultrapassem o reconhecimento formal e avancem em direção a práticas efetivas de inclusão. Como indicam as pessoas interlocutoras, o acolhimento depende menos de ações pontuais e mais da transformação das tecnologias institucionais de gênero, de modo que a universidade não apenas “tolere” a diversidade, mas produza condições concretas de habitabilidade para todas as identidades e expressões de gênero.

4.3. Entrevistas em profundidade

A partir do universo de 334 pessoas respondentes do mapeamento institucional, foram selecionadas oito¹⁴ interlocutoras para a realização de entrevistas em profundidade. A seleção buscou contemplar a diversidade presente na comunidade trans e não binária da UnB, considerando identidades de gênero, cursos, níveis de ensino, condições socioeconômicas e regiões administrativas de moradia. O critério decisivo foi a disponibilidade para participação, desde que as trajetórias das

¹⁴ Apesar das 334 respostas do mapeamento, a etapa qualitativa envolveu oito interlocutores(as), pois entrevistas em profundidade demandam tempo analítico e visam à densidade das narrativas, e não à representatividade numérica.

interlocutoras dialogassem com os objetivos do estudo.

4.4. Composição dos interlocutores da pesquisa

Os oito interlocutores apresentam trajetórias marcadas por diferentes combinações de gênero, sexualidade, raça/cor, origem territorial e experiências com assistência estudantil. O grupo inclui estudantes da graduação e da pós-graduação, vinculados a cursos como Ciências Sociais, Física, Artes Cênicas, Saúde Coletiva, Letras, Engenharia de Computação e Psicologia. Essa heterogeneidade ampliou o escopo interpretativo da pesquisa ao permitir a aproximação entre realidades distintas de acesso e permanência na universidade.

A seguir, são apresentados brevemente os perfis das pessoas interlocutoras:

- **Taylor Valle**, 29 anos, pessoa não binária agênero, bissexual e parda. Residente da Asa Norte-DF, cursa atualmente o mestrado em Psicologia Social. Durante a graduação contou com apoio da assistência estudantil, política que não alcança seu percurso atual na pós-graduação.
- **Gabriel Fagundes**, 26 anos, homem trans, gay e pardo. Morador de Samambaia-DF e estudante de Ciências Sociais. A assistência estudantil tem sido fundamental para sua permanência acadêmica.
- **Marcela Bitencourt**, 27 anos, mulher trans, heterossexual e branca. Reside em Taguatinga-DF e cursa o mestrado em Letras. Diferentemente de alguns interlocutores, atualmente não acessa políticas de assistência estudantil.
- **Riley Santana**, 29 anos, pessoa não binária, pansexual e preta. Graduanda em Artes Cênicas e moradora do Recanto das Emas-DF, também não acessa, no momento, políticas de assistência estudantil.
- **Charlie Mendes**, 18 anos, homem trans, bissexual e branco. Estudante de Engenharia de Computação e residente em Sobradinho-DF, não utiliza políticas de assistência estudantil. Estudou em escola particular, contou sempre com apoio da família e apresenta altas habilidades, elemento que marcou seu percurso escolar e sua chegada à UnB.
- **Ramon Rocha**, 21 anos, pessoa não binária, assexual e parda. Graduando em Física — Licenciatura e morador de Ceilândia-DF, encontra-se igualmente sem acesso atual às políticas de assistência estudantil.
- **Gabe Mateo**, 25 anos, homem trans, gay e preto. Estudante de Saúde Coletiva, reside na Casa do Estudante Universitário (CEU) da UnB e acessa a assistência estudantil durante a graduação. Proveniente de

outro estado, o deslocamento para estudar na UnB tornou esse acesso ainda mais central para sua permanência acadêmica.

- **Ícaro Monteiro**, 28 anos, pessoa não binária, demissexual e branca. Mora no Guará–DF e é graduando em Ciência da Computação. Embora tenha buscado acessar a assistência estudantil, não conseguiu ingressar durante a graduação.

Em conjunto, esses perfis mostram idades entre 18 e 29 anos e origens territoriais diversas, como Samambaia, Taguatinga, Guará, Sobradinho, Recanto das Emas e Asa Norte, expressando diferentes condições de deslocamento, renda e acesso. A síntese dessas informações encontra-se apresentada na tabela ao final da seção.

Convém destacar que esses perfis não são tratados como casos isolados, mas como expressões singulares de trajetórias interligadas, em diálogo com os achados do mapeamento institucional. Antes de avançar para a análise temática, a seção seguinte apresenta aspectos familiares e escolares que antecedem o ingresso na universidade e contextualizam as possibilidades de acesso, permanência e reconhecimento vividas pelos interlocutores.

Tabela 7 - Interlocutores da pesquisa

Nome	Idade	Identidade de gênero	Orientação sexual	Raça/ Cor	Curso/Nível	Região de moradia (DF)	Acesso à Assistência estudantil
Taylor Valle	29	Pessoa não binária agênero	Bissexual	Parda	Mestrando em Psicologia Social	Asa Norte	Graduação: sim Pós: não
Gabriel Fagundes	26	Homem trans	Gay	Pardo	Graduando em Ciências Sociais	Samambaia	Sim
Marcela Bitencourt	27	Mulher trans	Heterossexual	Branca	Mestranda em Letras	Taguatinga	Não
Riley Santana	29	Pessoa não binária	Pansexual	Preta	Graduanda em Artes Cênicas	Recanto das Emas	Não
Charlie Mendes	18	Homem trans	Bissexual	Branco	Graduando em Engenharia de Computação	Sobradinho	Não
Ramon Rocha	21	Pessoa não binária	Assexual	Pardo	Graduando em Física Licenciatura	Ceilândia	Não
Gabe Mateo	25	Homem trans	Gay	Preto	Graduando em Saúde Coletiva	Casa do Estudante (CEU)	Sim
Ícaro Monteiro	28	Pessoa não binária	Demissexual	Branco	Graduando em Ciência da Computação	Guará	Tentou acessar, mas não conseguiu

4.5. Trajetórias familiares, escolares e pré-universitárias

As narrativas dos oito interlocutores indicam que o acesso à universidade é resultado de trajetórias construídas antes do ingresso formal no ensino superior. Vivências no âmbito familiar e nos diferentes níveis da educação básica, atravessadas por apoios, violências, rupturas e estratégias de sobrevivência, ajudam a explicar por que alguns percursos puderam ser sustentados, enquanto outros foram interrompidos ou adiados.

Embora os interlocutores sejam provenientes de territórios distintos e marcados por diferentes posições sociais, raciais e de gênero, as trajetórias analisadas apresentam elementos comuns nesses percursos: administrar expectativas, negociar comportamentos e aprender a se mover em ambientes que, em maior ou menor grau, exigiam ajustes para que pudessem permanecer estudando. Essa diversidade confirma a perspectiva de Dayrell (2003) e Marinho (2017), para quem as juventudes são múltiplas, situadas e atravessadas por condições sociais e simbólicas que moldam a relação com a escola.

A família surge como primeira referência desse percurso. Em alguns casos, havia apoio explícito, ainda que limitado pelo desconhecimento sobre gênero, como relatam Gabriel e Charlie. Em outros, a convivência era mediada por silêncios, acordos implícitos ou aceitação parcial, como descrevem Taylor, Marcela e Gabe.

A trajetória de Marcela revela o peso desse silêncio ao adiar sua transição social de gênero como estratégia de continuidade escolar. Há ainda relatos de ausência de reconhecimento, como os de Ramon e Ícaro, que narram a sensação persistente de inadequação e o esforço para responder a expectativas que não correspondiam às suas identidades. Esses elementos dialogam com Louro (2000), ao evidenciar como a família opera como espaço central de socialização, reforçando normas de gênero e delimitando o que pode ser dito, nomeado ou vivido.

A escola, por sua vez, aparece como espaço ambivalente. Para alguns dos interlocutores, constituiu um ambiente de incentivo intelectual, descobertas e vínculos afetivos significativos, como nos relatos de Charlie e Ramon. Para outros, tornou-se cenário de tensões cotidianas, marcado por episódios de bullying, comentários depreciativos e formas sutis de vigilância corporal.

Taylor menciona situações de violência simbólica; Riley recorda comentários maldosos por parte de colegas de turma; Gabe e Ícaro apontam para olhares e

insinuações que reforçavam o sentimento de inadequação; e Gabriel relata o constante questionamento sobre sua expressão de gênero. Muitos afirmam que, naquele período, não dispunham de linguagem para compreender o que sentiam, aspecto que se aproxima da análise de Meyer (2004) sobre as limitações simbólicas que dificultam processos de nomeação e afirmação identitária. Ainda assim, mesmo diante das tensões, esses discentes desenvolveram estratégias de permanência, cultivaram interesses acadêmicos e, em alguns casos, constituíram espaços possíveis de pertencimento.

As decisões que marcaram a transição para o ensino superior emergem diretamente dessas experiências. Marcela adiou sua transição para garantir a continuidade escolar; Gabe e Charlie decidiram se afirmar apenas quando se sentiram minimamente seguros; Ramon e Ícaro perceberam a possibilidade de existir de outro modo já na universidade, ao entrarem em contato com repertórios e referências inexistentes na educação básica. Essas escolhas não se produzem isoladamente: respondem a condições concretas vividas na família e na escola, como discutem Bento (2006; 2011) e Louro (2000), evidenciando que normas de gênero atravessam trajetórias sem, contudo, determiná-las por completo.

A chegada à Universidade de Brasília acrescentou novas camadas a essas vivências. O uso obrigatório do nome civil em provas, matrículas e listas de chamada aparece como um dos episódios mais marcantes. Para Taylor, esse momento produziu a sensação de interpretar outra pessoa. Riley descreve o impacto de se deparar com o nome de registro no cartão de prova; e Marcela reconhece que só conseguiu ingressar porque ainda não havia afirmado sua identidade de gênero. Esses relatos evidenciam como práticas administrativas aparentemente neutras podem reiterar sentimentos de inadequação que acompanham muitos estudantes desde a educação básica, reafirmando os efeitos institucionais cisheteronormativos e das tecnologias de gênero.

Tomadas em conjunto, essas trajetórias demonstram que o acesso ao ensino superior não se explica apenas por esforço individual. Cada percurso combina apoios, tensões, oportunidades e renúncias, compondo histórias que antecedem a chegada à UnB e moldam a relação dos interlocutores com a universidade. Reconhecer essas camadas permite compreender os desafios que se colocam para a permanência e para a construção de projetos de futuro.

A análise dos dados desta pesquisa foi conduzida segundo a Análise Temática

Reflexiva (ATR), conforme descrito na metodologia, em abordagem híbrida (BRAUN; CLARKE, 2006, 2015, 2021; PROUDFOOT, 2023). O percurso analítico combinou movimentos indutivos e dedutivos, articulando a leitura atenta das narrativas com os pressupostos teóricos. A partir da codificação, do agrupamento e do refinamento dos sentidos produzidos nas entrevistas, emergiram cinco temas centrais, que expressam dimensões distintas das experiências trans e não binárias na Universidade de Brasília:

- (1) **Reconhecimento e pertencimento;**
- (2) **Barreiras e estratégias de permanência;**
- (3) **Políticas institucionais e tecnologias de gênero;**
- (4) **Relações entre militância e cansaço político;**
- (5) **Juventudes trans e projetos de futuro.**

Por fim, estes temas resultam de um processo interpretativo construído pelo pesquisador em diálogo com o referencial teórico adotado, orientando a análise desenvolvida nas seções seguintes.

Tabela 8 – Etapas do processo de análise temática reflexiva

Etapa da ATR	Procedimentos realizados	Resultados ou produtos parciais	Exemplo prático / foco
1. Familiarização com os dados	Leitura integral das transcrições no Word e releitura em versão impressa, com uso de marca-textos e anotações à margem. Identificação de expressões recorrentes, emoções e tensões.	Imersão inicial no material empírico e primeiras impressões sobre reconhecimento, exclusão e pertencimento.	“Eu me sentia um erro na sala de aula.”
2. Codificação inicial	Transformação dos trechos destacados em códigos provisórios com base em significados semânticos e latentes.	Lista preliminar de códigos, como <i>nome social</i> , <i>acolhimento</i> , <i>trancar o curso</i> , <i>apoio coletivo</i> , <i>militância</i> .	Códigos curtos e descritivos em planilha.
3. Agrupamento de códigos	Organização dos códigos em eixos de sentido (usando planilha Excel) e observação de convergências e contrastes entre interlocutores.	Formação de conjuntos temáticos iniciais: <i>pertencimento</i> , <i>barreiras institucionais</i> , <i>engajamento político</i> .	Códigos agrupados por semelhança temática.
4. Refinamento dos eixos e diálogo teórico	Revisão dos agrupamentos à luz de categorias como <i>tecnologias de gênero</i> (Lauretis) e <i>trajetórias</i>	Consolidação dos eixos interpretativos e exclusão de sobreposições entre códigos.	Exemplo: “ <i>nome social</i> ” → integrado ao eixo <i>reconhecimento</i> .

Etapa da ATR	Procedimentos realizados	Resultados ou produtos parciais	Exemplo prático / foco
	<i>educacionais e juventudes.</i>		
5. Definição dos temas e subtemas	Renomeação e reorganização dos eixos em temas analíticos coerentes com os objetivos da pesquisa.	Definição dos cinco temas centrais: 1) Reconhecimento e pertencimento; 2) Barreiras e estratégias de permanência; 3) Políticas institucionais e tecnologias de gênero; 4) Entre a militância e o cansaço político; 5) Juventudes trans e projetos de futuro.	Tabelas e notas comparativas entre interlocutores.
6. Construção narrativa dos temas	Redação da análise articulando falas, interpretações e referenciais teóricos. Discussão integrada entre dados e literatura.	Produção da narrativa analítica e apresentação dos resultados.	Trechos das entrevistas incorporados à análise final.

Fonte: Elaboração própria (2025), com base em Braun e Clarke (2006, 2015, 2021)

Tabela 9 – Caminho de codificação e construção dos temas analíticos

Códigos iniciais (extratos das falas)	Eixos de sentido / agrupamentos intermediários	Tema analítico final
“Me chamavam pelo nome morto.” / “Eu me sentia invisível na turma.” / “O nome social foi o primeiro passo pra existir na UnB.”	Reconhecimento, visibilidade, nome social, pertencimento.	1. Reconhecimento e pertencimento na universidade
“Tranquei o curso por cansaço.” / “A bolsa foi o que me segurou.” / “Não tinha apoio psicológico.” Várias coisas ficaram com o nome antigo... cheguei a trancar uma matéria porque o professor não me aceitava entrar com outro e-mail numa aula pelo Teams”	Desafios institucionais, apoio financeiro e emocional, estratégias de resistência.	2. Barreiras e estratégias de permanência
“O sistema da UnB não entende a gente.” / “O formulário [do nome social] me fez existir no sistema.” / “As regras são binárias.” / “É sempre muito desafiador ir ao banheiro”	Formulários, regulamentos, políticas institucionais, banheiro, nome social e cotas trans.	3. Políticas institucionais e tecnologias de gênero
“Parei de militar pra sobreviver.” / “Os coletivos não dialogam com a gestão.” / “Cansa lutar o tempo todo.” / “ <i>Pelo bem da saúde mental tem horas que o melhor é se afastar da militância</i> ”	Ativismo, engajamento político, desgaste emocional, autocuidado.	4. Entre a militância e o cansaço político
“Quero ser professor pra mudar isso.” / “Não sei se a UnB vai me aguentar até o fim.” / “Sonho em ocupar outros espaços.”	Projetos de futuro, juventudes trans,	5. Juventudes trans e projetos de futuro

Códigos iniciais (extratos das falas)	Eixos de sentido / agrupamentos intermediários	Tema analítico final
Eu quero terminar o curso, trabalhar na área e mostrar que a gente pode chegar lá.”	trajetórias educacionais, sonhos e expectativas.	

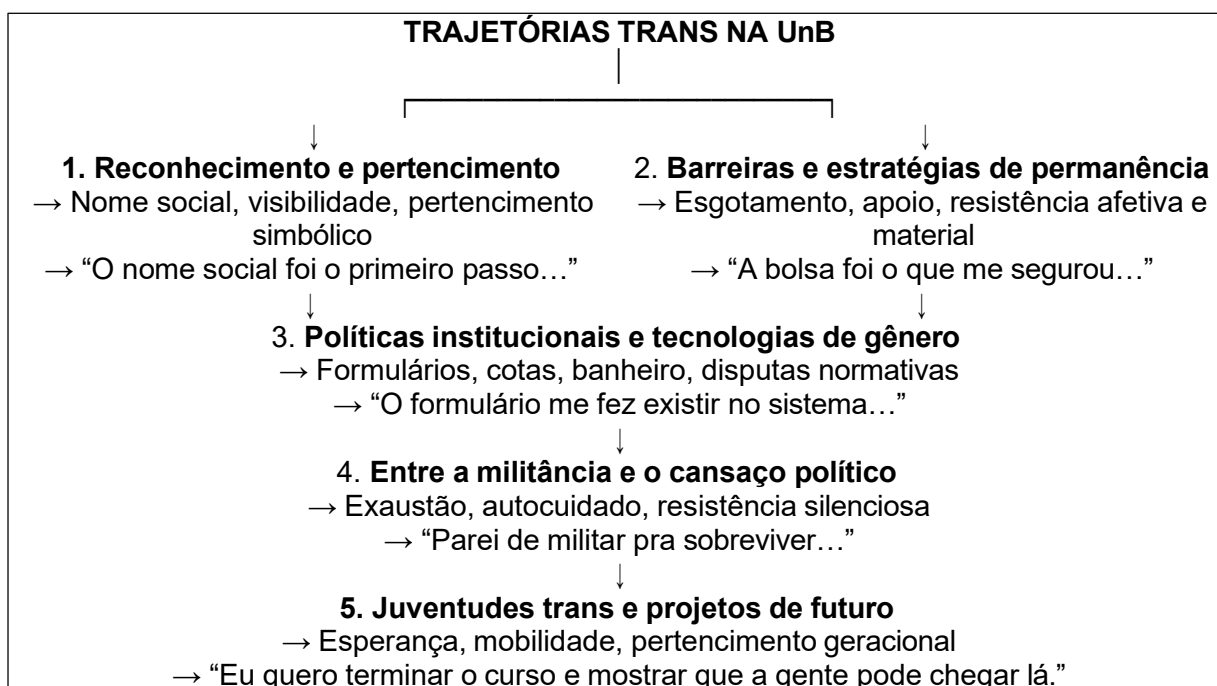
Fonte: Elaboração própria (2025), com base nos dados da pesquisa e em Braun e Clarke (2006, 2015, 2021). A tabela sintetiza o processo de codificação e construção dos cinco temas analíticos emergentes da análise temática reflexiva (BRAUN; CLARKE, 2006; 2021). Cada extrato representa um núcleo de sentido identificado nas falas, articulando dimensões simbólicas, institucionais e afetivas das trajetórias biográficas e educacionais das pessoas trans interlocutoras.

A Tabela 9 torna visível o caráter interpretativo e reflexivo da Análise Temática Reflexiva (ATR), destacando que os temas não emergem automaticamente dos dados, mas são fruto de um processo analítico construído pelo pesquisador em diálogo com os interlocutores e com o referencial teórico adotado.

A tabela a seguir (Mapa temático) sintetiza o percurso de transformação dos dados brutos em categorias interpretativas, evidenciando o movimento da codificação inicial até à definição dos temas analíticos finais. A partir da leitura detalhada das transcrições, foram identificados trechos representativos das experiências vividas pelas pessoas participantes, que deram origem aos primeiros códigos (BRAUN; CLARKE, 2006; 2021).

Esses códigos foram, então, agrupados em eixos de sentido mais amplos, a partir das recorrências, contrastes e articulações entre as falas. O processo de refinamento e reorganização desses eixos resultou na formulação dos cinco temas apresentados, que expressam dimensões centrais das trajetórias de estudantes trans e não binários na Universidade de Brasília.

Tabela 10 - Mapa temático da ATR



4.6. Reconhecimento e pertencimento na universidade

4.6.1. Pertencimento entre pares e coletividades

As narrativas dos interlocutores revelam que reconhecimento e pertencimento na Universidade de Brasília são experiências construídas em meio a disputas simbólicas, normas cisheteronormativas e desigualdades estruturais, marcadas pela coexistência entre espaços de acolhimento interpessoal e práticas institucionais excludentes.

Esse contraste aparece de forma nítida na fala de Taylor, que descreve sua trajetória universitária como “ambígua”. Ao mesmo tempo em que encontra acolhimento em espaços como o Centro Acadêmico de Psicologia, rodas de conversa e o coletivo trans, percebe que a universidade, em sua dimensão burocrática, ainda funciona a partir de lógicas que não reconhecem plenamente pessoas trans e não binárias (LACERDA; ALMEIDA, 2021).

Nas palavras de Taylor, *“parece que existem duas UnBs: uma onde a gente encontra pessoas, apoio e conversa, e outra, feita de sistemas e documentos, em que eu tenho que me explicar o tempo todo”*. Essa percepção não expressa uma contradição individual, mas sintetiza a lógica estrutural que atravessa a universidade,

na qual experiências de acolhimento e pertencimento coexistem com uma institucionalidade burocrática que, cotidianamente, produz invisibilização e violência (LIMA, 2021).

Essa leitura aproxima-se da compreensão de juventude(s) como categoria relacional e heterogênea (DAYRELL, 2003; ABRAMO, 2005; SPOSITO, 2010), ao evidenciar que o pertencimento não se constrói de forma linear, mas por meio de tensões, negociações e deslocamentos contínuos. Quando articulada às dimensões de gênero, raça, classe e território, essa perspectiva ganha maior densidade analítica, uma vez que tais marcadores atravessam diretamente as formas pelas quais estudantes trans constroem vínculos e se reconhecem no espaço universitário (CRENSHAW, 2002).

A primeira dimensão identificada nas entrevistas indica que o pertencimento se constitui, inicialmente, entre pares, antes de se estruturar na institucionalidade. Taylor relata que foi nos “corredores do Instituto de Psicologia”, que encontrou linguagens, referências e pessoas que lhe permitiram, pela primeira vez, nomear sua identidade de gênero como pessoa não binária agênero: *“Nossa, existe um nome pra isso que eu sinto. E isso foi libertador, mas deu medo também”*, afirma.

Gabriel reforça essa dimensão ao afirmar que o coletivo trans foi decisivo para sua permanência na universidade: *“É onde eu me seguro. Foi ali que me mantive de pé.”* De modo semelhante, Riley destaca que os coletivos LGBTQIA+ são os únicos espaços onde consegue “respirar”, em contraste com a sala de aula, frequentemente marcada por erros de pronome e silenciamentos.

Esses relatos evidenciam que os grupos de acolhimento e convivência desempenham papel central na produção do sentimento de pertencimento, como apontam Bento (2006; 2017), Vergueiro (2015) e Moira (2017), ao analisarem a importância das redes de apoio para a construção de legitimidade e a continuidade dos estudos. Trata-se de espaços nos quais o reconhecimento não depende da autorização institucional, mas da partilha de experiências e do fortalecimento de vínculos, operando como contraponto às dinâmicas regulatórias que marcam o cotidiano universitário, nos termos analisados por Louro (2000).

4.6.2. Reconhecimento institucional e racialização

A segunda dimensão diz respeito a um reconhecimento institucional percebido como frágil, desigual e instável. Embora existam normas relativas ao uso do nome social e ao reconhecimento da identidade de gênero, os interlocutores relatam que sua efetivação depende, frequentemente, de vontades individuais e negociações cotidianas.

Gabe afirma que foi chamado pelo nome morto inúmeras vezes, mesmo após registrar o nome social: *“Usavam meu nome morto como se fosse normal (...). Eu desisti da UnB por dois anos”*. Gabriel, graduando em Ciências Sociais, relata ter ouvido de um professor que só poderia utilizar *“o nome da lista”*. Ícaro, estudante da Computação, descreve que, em sala de aula, se sentia *“um erro”*. Taylor complementa essa percepção ao afirmar que *“parece que é sempre eu que tenho que lembrar o sistema de quem eu sou”*.

Essas experiências materializam aquilo que Lauretis (1994) conceitua como tecnologias de gênero, isto é, mecanismos institucionais e sociais que produzem, regulam e legitimam identidades. Louro (2000; 2008) evidencia que tais tecnologias operam nas práticas pedagógicas, nos currículos e nas rotinas administrativas, o que se expressa nas falas dos interlocutores quando relatam que listas, formulários e sistemas digitais reiteram a lógica binária. A fala de Marcela, que chega à sala *“cansada, porque sei que alguma coisa vai dar errado com meu nome”*, expressa esse funcionamento cotidiano em que o reconhecimento depende de ajustamentos individuais, e não de práticas institucionais consolidadas (LACERDA; ALMEIDA, 2021).

A racialização atravessa essas experiências e produz efeitos específicos sobre a forma como determinados corpos são percebidos no cotidiano universitário. Gabriel, homem pardo, relata que, ao entrar em alguns espaços, percebe olhares insistentes que o fazem controlar seus gestos e sua postura. Ele diz que entra *“calculando tudo, o volume da voz, onde eu sento, como eu mexo na mochila”*. Gabe relata que evita circular à noite no campus Darcy Ribeiro porque teme ser confundido com alguém suspeito. Ele conta: *“Se eu estiver de capuz ou com mochila, eu já fico nervoso. Parece que tenho que mostrar o tempo todo que não sou uma ameaça”*.

Nesse ponto, torna-se evidente que o reconhecimento institucional não se restringe às questões de gênero, mas é profundamente atravessado pela raça. Boffi e Santos (2023) demonstram que, mesmo após a transição de gênero, homens trans negros continuam sendo lidos sob o imaginário da ameaça e da suspeição, o que converge com o que os interlocutores afirmam ao narrar controles corporais, vigilância e constrangimentos na circulação pelo campus.

A racialização também se manifesta na forma como suas competências são avaliadas. Gabriel afirma que *“sempre parece que tenho que provar duas vezes, primeiro porque sou trans, depois porque sou negro”*. Ícaro observa que, ao circular pelo Instituto de Ciências Exatas, percebe que pessoas apertam o passo ou desviam discretamente.

Essa percepção de que suas competências são constantemente colocadas em dúvida evidencia como a racialização atravessa os processos de reconhecimento no espaço universitário. À luz de Bourdieu (2002), trata-se de um mecanismo de desvalorização simbólica, no qual determinados corpos precisam reiteradamente comprovar sua legitimidade intelectual e institucional, enquanto outros têm sua competência presumida.

Esses microgestos, ainda que sutis, funcionam como marcadores de hierarquização racial que impactam diretamente o sentimento de pertencimento. Nas interações administrativas, a diferença de tratamento também aparece. Gabe relata que, em uma secretaria, recebeu respostas ríspidas enquanto colegas brancos foram atendidos com cordialidade. Ele afirma: *“Comigo a pessoa foi seca. Quando o menino branco chegou, ela abriu um sorriso”*.

Essas camadas de experiência dialogam com Boffi e Santos (2023), para quem a transição de gênero não produz efeitos homogêneos. Homens trans brancos relatam com mais frequência aumento da sensação de segurança, enquanto homens trans negros continuam sendo lidos sob o imaginário da ameaça, da agressividade e da suspeição. Para as autoras, a masculinidade negra, mesmo quando trans, permanece atravessada pela marca racial que orienta essas interpretações sociais, ativando expectativas historicamente construídas e continuamente reforçadas pelo racismo estrutural.

Alguns interlocutores também destacaram a importância do próprio mapeamento institucional como marco de visibilidade institucional. Para eles, a inexistência de dados sistematizados produzia uma sensação difusa de presença,

pois sabia-se que havia muitas pessoas trans na universidade, mas essa percepção não se convertia em evidência institucional. Como sintetizou Charlie, *“todo mundo sabia que tinha bastante gente trans aqui, mas não aparecia em lugar nenhum. Quando virou número, mudou”*. O levantamento passa, assim, a operar como elemento de reconhecimento coletivo, ao transformar experiências dispersas em evidência institucional da dimensão dessa presença.

Assim, o reconhecimento vivido por esses interlocutores é marcado por uma disputa ampliada. Ele não se restringe à legitimidade de gênero, mas articula-se a classificações raciais que reorganizam a circulação, o atendimento e a segurança no espaço universitário. A universidade, nesse processo, não apenas falha em reconhecer identidades trans, mas reproduz hierarquias raciais que atravessam o cotidiano e ampliam a distância entre política institucional e efetividade concreta.

4.6.3. Projetos de futuro e síntese

Por fim, a busca por reconhecimento articula-se aos projetos de futuro elaborados pelos interlocutores. Marcela projeta ser *“a professora universitária que não teve”*, inscrevendo seu desejo profissional como resposta às ausências e violências vivenciadas ao longo de sua trajetória. Ramon expressa o desejo de ensinar Física em uma escola que reconheça múltiplas formas de existir, enquanto Charlie sonha em criar uma empresa que contrate pessoas trans e negras. *“Eu sonho em abrir minha própria empresa de tecnologia. Contratar pessoas trans, travestis, pessoas negras... mostrar que a gente não só pode estar no mercado, a gente pode liderar o mercado”*.

Esses projetos evidenciam a centralidade da educação na construção de outros futuros possíveis e reforçam seu papel como eixo estratégico das lutas trans, conforme apontam pesquisas que situam o direito à educação como dimensão fundamental para a ampliação de reconhecimento, autonomia e cidadania (BENTO, 2006; JESUS, 2012; NASCIMENTO, 2023).

Em síntese, o Tema 1 demonstra que o pertencimento na UnB é marcado por tensões, disputas e contradições. Enquanto as coletividades de reconhecimento organizam experiências de legitimidade e apoio mútuo, a instituição ainda opera sob lógicas cisheteronormativas e racializadas que restringem quem é reconhecido e em quais condições. O pertencimento, portanto, configura-se como um processo

negociado, profundamente atravessado por gênero, raça, classe e território. Para esses jovens, pertencer é, simultaneamente, afirmar-se, proteger-se e resistir, em uma universidade que ainda precisa ampliar de forma substantiva suas condições de reconhecimento pleno.

4.7. Barreiras e estratégias de permanência

4.7.1. Violência simbólica e reconhecimento institucional

As narrativas dos interlocutores indicam que a permanência de estudantes trans e não binários na UnB é atravessada por obstáculos que articulam dimensões materiais, simbólicas e institucionais. Antes de examiná-los de modo mais detalhado, é importante reconhecer que parte dessas experiências pode ser compreendida à luz do que Pierre Bourdieu (1998; 2002) denomina violência simbólica. Trata-se de uma forma de violência que opera de maneira sutil e muitas vezes imperceptível, por meio da linguagem, das classificações e das práticas de reconhecimento, contribuindo para que hierarquias socialmente produzidas sejam percebidas como naturais.

Nas entrevistas, essa dinâmica aparece com nitidez nas situações relacionadas ao reconhecimento institucional das identidades de gênero. Gabriel Fagundes relata que, mesmo após a atualização de seus dados no sistema acadêmico, continuava sendo chamado pelo nome civil em sala de aula: *“Mesmo depois de atualizar no sistema, o professor continuava chamando pelo nome antigo. Eu tinha que corrigir na frente de todo mundo. Parecia que eu estava pedindo um favor.”*

O episódio revela que o uso reiterado do nome civil não se limita a um equívoco administrativo. Ao recolocar o estudante na posição de ter que se justificar publicamente, produz uma forma de deslegitimação que atua no plano simbólico. A classificação imposta se sobrepõe à identidade afirmada, reafirmando a centralidade da norma cisgênera como critério de inteligibilidade no espaço universitário.

Essas situações ilustram o que Bourdieu (2002) denomina poder simbólico, o poder de “fazer ver e fazer crer”, operando por meio de rotinas e interações aparentemente banais. Desta forma, práticas como a insistência no uso do nome morto, a exigência de que estudantes trans expliquem reiteradamente sua identidade ou o olhar de suspeição dirigido a homens trans negros operam como atos de classificação simbólica, nos quais a instituição reafirma quem é inteligível, legítimo ou desviante no espaço universitário.

Essa chave de leitura evidencia que a permanência vai além do percurso acadêmico, configurando-se como um processo simbólico disputado e profundamente atravessado por desigualdades de gênero, raça, classe e território (CRENSHAW, 2002).

Nesse contexto, as estratégias de permanência emergem como respostas situadas a essas formas de violência simbólica, envolvendo práticas de negociação, autoproteção e busca por reconhecimento institucional, que serão exploradas a seguir.

4.7.2. Condições materiais, território e saúde

Nesse cenário, permanecer na universidade implica negociar cotidianamente com estruturas que ainda operam sob lógicas cisheteronormativas, além de desigualdades sociais que antecedem o ingresso no ensino superior. Uma das barreiras mais recorrentes refere-se ao reconhecimento institucional incompleto, especialmente no que diz respeito ao uso do nome social e de pronomes. Charlie relata que, mesmo com o nome atualizado no SIGAA, continua sendo chamado pelo nome morto: *“Eu explico, mas parece que não adianta. Cansa.”*

Ramon, pessoa não binária, descreve ainda a sensação de recomeço constante: *“Todo semestre eu tenho que me apresentar de novo, explicar tudo de novo. É desgastante.”* Esses relatos dialogam com Louro (2000, 2008) e Bento (2006, 2017), que apontam como as instituições educativas tendem a reafirmar normas binárias, naturalizando práticas que dificultam o reconhecimento de identidades dissidentes. À luz de Bourdieu (2002), essas repetições podem ser compreendidas como formas recorrentes de violência simbólica, que se atualizam no cotidiano administrativo e produzem cansaço, vigilância e deslegitimação.

Outro conjunto significativo de dificuldades relaciona-se às condições materiais e territoriais. Para diversos interlocutores, a permanência na universidade implica enfrentar longos deslocamentos diários e jornadas que frequentemente se iniciam e se encerram fora dos horários regulares do transporte público.

Estudantes residentes em regiões mais distantes do campus Darcy Ribeiro, como Sobradinho, Recanto das Emas, Ceilândia e Samambaia, apontam o deslocamento como um dos principais fatores de desgaste no cotidiano acadêmico. Charlie, morador de Sobradinho, relata que leva quase duas horas para chegar à UnB e que, quando as aulas terminam mais tarde, a ansiedade aumenta diante da perspectiva de uma volta ainda mais difícil, a ponto de considerar faltar não por ausência de interesse, mas pelo cansaço acumulado.

Gabriel, que vive em Samambaia, descreve o impacto do trajeto em sua rotina e saúde mental: *“Tem dia que eu saio de casa antes do sol e volto quase meia-noite. A cabeça não acompanha. O corpo muito menos.”* Ramon, morador de Ceilândia, menciona que a distância influencia até a escolha de disciplinas e atividades extracurriculares: *“Eu queria fazer mais coisas na universidade, participar de grupos,*

projetos..., mas como que eu fico no campus até 19h e depois faço esse trajeto? Não rola.”.

Essas falas reforçam como desigualdades urbanas se articulam à experiência educacional, ampliando o que Andrade (2012) Lima (2021) e Benevides (2022) identificam como fatores de precarização que incidem sobre a permanência de pessoas trans.

A permanência, aqui, é também territorial, modulada pela estrutura desigual do Distrito Federal e pelas desigualdades raciais e de classe que atravessam o cotidiano dos estudantes. Isso faz com que a permanência se torne um desafio que demanda política de assistência estudantil interseccionais e específicas, capazes de ir além do mero reconhecimento identitário, como o uso do nome social.

A precarização material aparece igualmente nas dificuldades para arcar com alimentação, moradia e cuidados básicos. Gabe, morador da Casa do Estudante Universitário (CEU) da UnB, afirma: *“Sem a assistência, eu tinha desistido. Não tinha como continuar.”* Marcela, no mestrado, explica que a falta de auxílio estudantil produz um cotidiano instável: *“A gente vive sempre no limite.”* Esses depoimentos dialogam com pesquisas que apontam a precariedade material como central na evasão de pessoas trans de espaços formais de educação (ANDRADE, 2012; SCOTE, 2017; BENEVIDES, 2022) e reforçam como dimensões simbólicas e materiais da dominação se entrelaçam: a violência simbólica legítima, naturaliza e sustenta desigualdades econômicas e territoriais.

Além disso, o acesso à saúde mental e aos cuidados de transição surge como outra barreira estrutural. Ícaro sintetiza esse impacto: *“Tem dia que eu gasto tanta energia tentando sobreviver que não sobra nada pra estudar.”* A exaustão relatada aqui não é apenas emocional, mas produto direto da necessidade de resistir, diariamente, a classificações, olhares e interpretações que questionam sua legitimidade enquanto estudantes e sujeitos (BUTLER, 2019a).

Esse desgaste relaciona-se ao que Bourdieu (2002) descreve como incorporação das categorias de percepção dominantes: modos de ver e julgar que, ao se repetirem, passam a operar dentro dos próprios sujeitos, produzindo vigilância constante e sensação de inadequação.

Gabe aprofunda essa dimensão ao relatar a demora para iniciar a hormonoterapia: *“Eu fiquei quase um ano esperando pra conseguir começar a hormonização no ambulatório. Era fila, era documento que nunca dava certo, era*

retorno que demorava meses. Nesse tempo todo, parecia que meu corpo tava parado, mas minha cabeça não, né. Eu acordava pensando nisso e ia dormir pensando. É muito difícil focar na UnB quando você sente que sua vida tá travada.”

A demora no início da hormonoterapia e a sucessão de obstáculos administrativos revelam como a transição é continuamente adiada por procedimentos que produzem desgaste, incerteza e a sensação de suspensão da própria vida (LIONÇO, 2019). Além disso, a percepção de que a vida permanece “travada” enquanto os procedimentos se acumulam dialoga com Butler (2015), para quem a precariedade não se restringe à vulnerabilidade material, mas envolve a negação das condições simbólicas e institucionais que tornam uma vida reconhecível e habitável.

A dimensão racial também atravessa as barreiras de permanência. Como discutido no Tema 1, a masculinidade trans negra é frequentemente associada a imaginários de perigo e suspeição, o que produz formas específicas de vigilância e deslegitimação. Na experiência de Gabe, homem trans preto e estudante da UnB, esses mecanismos simbólicos se materializam no cotidiano do campus.

Ele relata sentir olhares de desconfiança em determinados espaços: *“Eu sei quando o olhar muda. Não é só por eu ser trans. É por eu ser negro também.”* Boffi e Santos (2023) ajudam a compreender esse movimento ao mostrarem que a masculinidade negra, inclusive quando trans, é frequentemente lida sob o imaginário da ameaça, o que intensifica a vigilância e o autocontrole no cotidiano.

Essa vigilância impacta diretamente a permanência, pois reorganiza formas de circulação, intensifica o estado de alerta e produz cansaço emocional, que se soma às demais barreiras vividas por pessoas trans na universidade. A racialização de seu corpo não apenas condiciona como ele é percebido, mas também molda o quanto se sente seguro para permanecer em certos ambientes, participar de atividades ou se expor em interações acadêmicas, impactando, portanto, seu acesso pleno à vida universitária (VERGUEIRO, 2015; LIMA, 2021; ANTRA, 2025).

4.7.3. Estratégias de permanência e síntese

Essas experiências evidenciam que a permanência é modulada por marcadores que se entrecruzam, gênero, raça, território, classe e circulação urbana e produzem efeitos concretos sobre as trajetórias acadêmicas. Diante dessas barreiras,

os interlocutores elaboram estratégias que tornam possível a continuidade dos estudos.

Uma delas é o apoio entre pares, como já sinalizado no Tema 1, que emerge como espaço de compartilhamento e proteção e sustentação subjetiva. Taylor reconhece: “*O grupo LGBT do Instituto de Psicologia foi onde eu consegui respirar.*” Riley, por sua vez, menciona que atividades ligadas às artes contribuíram para a constituição de um espaço de expressão e pertencimento. Esses movimentos dialogam com autoras que destacam a importância das redes de convivência como formas de produzir reconhecimento e reduzir os efeitos do isolamento imposto pelas normas cisheteronormativas (BENTO, 2006; 2017; VERGUEIRO, 2015; MOIRA, 2017; LIMA, 2021).

Outra estratégia identificada consiste em transformar a permanência em gesto político. Marcela afirma: “*Minha presença aqui já é uma forma de luta.*” Essa compreensão aproxima-se da leitura de Moira (2017), que enfatiza a dimensão pública da presença trans na universidade e sua potência em tensionar expectativas normativas sobre quem pode ocupar esses espaços. Permanecer, nesses termos, não se resume a acompanhar disciplinas ou cumprir exigências curriculares, mas implica marcar o corpo no espaço universitário como recusa às normas que tentam restringir sua circulação e legitimidade.

Por fim, alguns interlocutores destacam a necessidade de selecionar conflitos como forma de preservar o próprio bem-estar. Gabriel comenta: “*Se eu fosse responder tudo que acontece, eu não me formava. A gente escolhe as batalhas.*” Essa negociação diária se aproxima do que Butler (2004) discute ao tratar dos limites da inteligibilidade de gênero, isto é, das margens estreitas dentro das quais sujeitos dissidentes conseguem se mover sem que sua presença seja questionada. Ao mesmo tempo, essa dinâmica dialoga com a leitura de Bourdieu (2002) sobre a necessidade de manejar os efeitos simbólicos da dominação, que se infiltram nas interações cotidianas e exigem esforços constantes de autoproteção e autocontrole.

Em síntese, as entrevistas indicam que a permanência universitária é atravessada por desafios que articulam cisheteronormatividade, precarização material, racismo, dinâmicas territoriais e fragilidades das políticas institucionais.

À luz de Bourdieu, essas barreiras não se configuram como circunstanciais, mas como efeitos de formas históricas de dominação que operam simbolicamente (BORDIEU, 2002) e estruturam, no cotidiano, quem é legitimado, quem é vigiado e

quem precisa reorganizar continuamente sua vida para permanecer. As trajetórias analisadas indicam que permanecer não é resultado de mérito individual, mas de estratégias coletivas de sustentação frente a um contexto institucional que impõe obstáculos reiterados à experiência universitária de pessoas trans e não binárias.

4.8. Políticas institucionais e tecnologias de gênero

4.8.1. Introdução: instituições como tecnologias de gênero

As universidades públicas brasileiras são atravessadas por normas, rotinas administrativas e práticas cotidianas que, mais do que organizar a vida acadêmica, atuam como tecnologias de gênero (LAURETIS, 1994). Ao mobilizar esse conceito, Teresa de Lauretis (1994) descreve o sistema sexo-gênero como um conjunto de representações e dispositivos que atribuem significado, como identidade, valor, prestígio, status e posições sociais, aos sujeitos.

Nessa perspectiva, o gênero não é um dado natural, mas um efeito produzido e reiterado por múltiplas tecnologias sociais, práticas institucionalizadas e gestos do cotidiano, que modelam expectativas e engajam as pessoas em formas socialmente reconhecíveis de subjetividade (BUTLER, 2019b; LAURETIS, 1994).

Assim, os espaços universitários não apenas acolhem identidades, mas participam ativamente de sua produção, ao reforçar ou tensionar as fronteiras do que se torna inteligível como “homem”, “mulher” ou “não binária”. Esse funcionamento, já discutido por Louro (2000, 2008), mostra como instituições educativas produzem normas que se expressam tanto em ambiências físicas quanto em instrumentos administrativos.

No caso da UnB, isso aparece nos sistemas institucionais, como o SIGAA, nos espaços físicos, como banheiros e salas de aula, e nas políticas de acesso e permanência. Para pessoas trans e não binárias, esses elementos não são neutros: eles definem o que é possível viver, nomear e reivindicar (BUTLER, 2019a).

As narrativas dos interlocutores demonstram que, embora a universidade represente uma oportunidade de mobilidade social e afirmação identitária, ela também reproduz desigualdades estruturais. Desse modo, as políticas institucionais não operam apenas como ferramentas administrativas, mas como mecanismos que produzem inteligibilidade, definindo quem é reconhecido e quem precisa, reiteradamente, justificar sua existência no espaço acadêmico (NASCIMENTO, 2023; ANTRA, 2025).

4.8.2. Nome social e reconhecimento institucional

A Universidade de Brasília assegura o uso do nome social desde 2017, conforme a Resolução CAD n.º 54/2017, em consonância com o Decreto n.º 8.727/2016, que regulamenta o reconhecimento da identidade de gênero na administração pública federal. À época de sua aprovação, a norma representou um avanço institucional significativo. Entretanto, permanece sem atualização desde então, apesar das transformações normativas ocorridas em âmbito nacional e do crescimento das demandas apresentadas pela comunidade LGBTQIA+. Persistem, assim, lacunas relacionadas à inclusão explícita de identidades não binárias, à integração automática entre sistemas institucionais e à necessidade de fluxos administrativos mais ágeis, padronizados e uniformes.

A distância entre o reconhecimento formal e a vivência cotidiana aparece de maneira recorrente nas narrativas dos interlocutores. Riley sintetiza essa experiência ao afirmar: *“Eu já perdi a conta de quantas vezes tive que explicar por que meu nome no SIGAA não batia com a chamada.”* Marcela, na pós-graduação, acrescenta que, mesmo após solicitações formais, o retorno ao nome civil segue ocorrendo em documentos internos, e listas paralelas, evidenciando que a garantia normativa do nome social não se traduz plenamente nas rotinas institucionais: *“Na pós isso ainda acontece muito. Às vezes é documento interno, ata, lista paralela... e aí meu nome morto reaparece,* relata.

O reaparecimento do nome civil, como discutem Bento (2014) e Corrêa (2017), coloca estudantes trans em uma posição de cidadania precária, pois reafirma a cisnormatividade como parâmetro de verdade documental. Butler (2019b) reforça que ser nomeado corretamente é condição de existência social: o erro, nesse contexto, não é trivial, mas opera como forma de desautorização.

Charlie e Ramon descrevem situações semelhantes em atividades práticas, nas quais lista de presença, planilhas de laboratório ou plataformas externas exibem o nome civil, expondo-os diante de colegas e docentes: *“Na lista do laboratório apareceu meu nome civil. A professora disse que ‘não tinha como mudar agora’,* relata Charlie. Ramon acrescenta: *“Em plataformas externas, o nome social não aparece, e aí todo mundo vê meu nome morto, é um constrangimento só”.*

Essas situações não podem ser compreendidas como meros imprevistos administrativos. Elas operam como mecanismos de desautorização e reafirmação do nome civil como suposta “verdade”, produzindo constrangimento público, desgaste

emocional e uma sensação persistente de precariedade no pertencimento institucional (BENTO, 2017).

4.8.3. O nome social como dispositivo de cidadania precária

A análise desses relatos dialoga diretamente com a perspectiva de Bento (2014), que caracteriza o nome social como um dispositivo ambíguo: conquista histórica dos movimentos sociais, mas também mecanismo jurídico-administrativo situado à margem do direito civil. Por ocupar esse lugar intermediário, opera como forma de cidadania precária, marcada por reconhecimento parcial, condicionado e constantemente negociado.

Corrêa (2017) aprofunda esse argumento ao mostrar que o uso compulsório do nome civil, mesmo que esporádico, não produz apenas constrangimento individual, mas gera invisibilidade institucional, reitera a cisnormatividade e pode lançar o sujeito na zona da não existência pública. Quando o nome civil prevalece sobre o nome social, reafirma-se uma lógica disciplinar que identifica o documento como verdade e a identidade de gênero como exceção.

Essa interpretação aproxima-se das reflexões de Butler (2019a), segundo as quais o reconhecimento não é apenas ato linguístico, mas condição de existência social. Ser nomeado corretamente é condição para ser reconhecido como sujeito; ser nomeado incorretamente, especialmente em contextos institucionais, é uma forma de desautorização e de apagamento simbólico.

Na mesma direção, Cidade (2016) argumenta que o nome civil funciona como tecnologia disciplinar: ao ressurgir em listas, crachás, sistemas ou cadastros, reinscreve normas cisgêneras e obriga a pessoa trans a exercer uma reafirmação contínua de sua legitimidade identitária. Trata-se de um processo permanente de “ajuste” e “correção” que recai sobre quem já vive posições socialmente vulnerabilizadas.

4.8.4. Evidências empíricas na UnB

A partir dessa base teórica, permite-se compreender a densidade política das narrativas dos interlocutores da pesquisa. Os relatos de Riley, Marcela, Charlie e Ramon revelam que a política de nome social opera irregularmente; o reconhecimento depende da sensibilização individual de docentes e servidores; a inconsistência dos sistemas institucionais gera constrangimentos recorrentes; recrudesce um sentimento

de “inautorização” e não pertencimento; a responsabilização pela “correção” recai sobre o próprio estudante trans.

Dinâmicas semelhantes são analisadas por Scote (2017), Xavier (2020), Lima (2021) e Viana (2024), ao evidenciarem como políticas de reconhecimento formal, quando desacompanhadas de práticas institucionais consistentes, tendem a produzir responsabilização individual, desgaste cotidiano e formas sutis de exclusão de pessoas trans nos espaços educacionais.

As falas também revelam que a experiência do nome social não é homogênea: na pós-graduação, como narra Marcela, a fragmentação de sistemas e fluxos administrativos expõe ainda mais a fragilidade normativa; em disciplinas práticas, como nos laboratórios, como relatam Charlie e Ramon, o contato mais frequente com listas, crachás e plataformas externas torna o risco de exposição ainda maior.

Em síntese, embora a política institucional do nome social esteja formalmente estabelecida, seu funcionamento permanece atravessado por limites estruturais, como a desatualização normativa, a ausência de integração entre sistemas, a falta de padronização dos procedimentos e a dependência da sensibilidade individual de docentes e técnicos-administrativos, além da fragilidade nos processos de acompanhamento e fiscalização.

A articulação desses fatores produz experiências marcadas por instabilidade, desgaste político e pela necessidade constante de reafirmação identitária, incidindo diretamente sobre a permanência e o bem-estar estudantil.

O que emerge das narrativas é que o nome social, apesar de reconhecido como direito, ainda não se consolida como garantia plena no cotidiano universitário.

Sua implementação incompleta o posiciona simultaneamente como instrumento de reconhecimento formal e como foco de disputas recorrentes, evidenciando a persistência da cisnormatividade que estrutura práticas administrativas e pedagógicas. A manutenção do nome civil em sistemas, diários de classe e documentos institucionais segue produzindo formas de violência simbólica e institucional.

Nesse contexto, o nome social ultrapassa a condição de procedimento burocrático e assume o estatuto de marcador de cidadania, pois sua efetivação ou negação revela quais corpos são legitimados e quais permanecem submetidos a mecanismos de regulação, vigilância e invisibilização (BENTO, 2011; CORRÊA, 2017).

4.8.5. Banheiros, circulação e espaços que produzem (in)segurança

A UnB ainda não implementou banheiros neutros ou sem demarcação de gênero, apesar de essa medida ter sido aprovada pela Câmara de Direitos Humanos em 2022. Essa demanda aparece de forma recorrente nos relatos dos(as) interlocutores(as). Embora a universidade tenha avançado em políticas normativas, como o uso do nome social (Resolução CAD n.º 54/2017) e, mais recentemente, as cotas para pessoas trans na graduação (Resolução CEPE n.º 110/2024), a infraestrutura física permanece aquém das necessidades cotidianas dos estudantes.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que a instituição amplia o acesso, mantém lacunas estruturais que afetam diretamente a sensação de segurança, dignidade e permanência. Essa contradição é central para compreender como tecnologias institucionais, físicas, administrativas e simbólicas operam de maneira desigual sobre corpos trans e não binários.

Como argumenta Bento (2006; 2011; 2017), as instituições não apenas regulam práticas, mas também produzem vigilância, constrangimento e normalização por meio de seus espaços, rotinas e omissões. No caso dos banheiros, esse funcionamento se torna particularmente evidente nas experiências relatadas pelos interlocutores.

Ícaro, pessoa não binária da graduação, expressa em um gesto corporal a dimensão material desse problema ao afirmar: *“Tem dia que eu deixo de beber água pra não precisar usar o banheiro.”* Sua fala evidencia como a falta de espaços seguros impacta diretamente a saúde e o bem-estar, produzindo estratégias de autocontenção.

Marcela Bitencourt, mulher trans e mestranda em Letras, descreve o banheiro como um espaço permeado por tensão e pela necessidade constante de justificar sua presença: *“Banheiro sempre foi um momento tenso. Aqui na UnB eu tento usar o feminino, que é o que faz sentido pra mim, mas eu fico sempre meio alerta. (...) Quando falaram do banheiro sem gênero, eu pensei: ‘Nossa, talvez eu consiga entrar sem ficar ensaiando na cabeça o que vou responder se alguém me olhar torto.’”* Seu relato evidencia como a regulação binária dos espaços exige um trabalho contínuo de atenção, vigilância e adequação.

Gabe, homem trans do curso de Saúde Coletiva, aponta outra dimensão do problema ao refletir sobre a forma como corpos em transição são lidos nos banheiros. Ele afirma: *“Eu não gosto de usar o masculino porque eu ainda tô naquele processo*

de hormonização, minha aparência nem sempre é lida do jeito que eu sou. Já teve vez que entrei e senti os caras pararem, sabe?” Para ele, o banheiro masculino se torna um espaço de exposição e suspeita, reforçando expectativas normativas baseadas em estereótipos de gênero.

Tomados em conjunto, esses relatos demonstram que a ausência de banheiros neutros não se restringe a uma questão de infraestrutura. Ela produz desigualdades, expõe pessoas a situações de desconforto e reforça dinâmicas de vigilância e constrangimento. Nas falas, a existência de um banheiro neutro aparece como a possibilidade de utilizar o espaço sem a necessidade de justificar quem se é, o que evidencia como os banheiros organizam quem pode circular com tranquilidade e quem precisa reiteradamente explicar sua presença.

Essa compreensão também é compartilhada por Rios e Resadori (2015) e por Silva (2023), ao analisarem os banheiros como espaços privilegiados de regulação dos corpos, produção de vigilância e atualização cotidiana da cisheteronormatividade em instituições educacionais

A ANTRA (2023), em sua Nota Técnica sobre Direitos Humanos e o Direito dos Banheiros, afirma que impedir o uso do banheiro conforme a identidade e a expressão de gênero gera impactos diretos na saúde física e mental.

A negação do acesso leva muitas pessoas trans e travestis a evitar banheiros públicos e a reter urina e fezes por longos períodos, inclusive durante o trabalho, aumentando o risco de doenças do trato urinário. Algumas reduzem a ingestão de água para evitar o uso de sanitários fora de casa, prática que pode agravar quadros urinários e renais. Esse movimento se conecta à noção de “expulsão involuntária” de Andrade (2012), que descreve como práticas institucionais empurram pessoas trans para fora de espaços educacionais ou reduzem sua participação plena.

O documento destaca ainda um estudo da Universidade da Califórnia, segundo o qual 54% das pessoas trans entrevistadas relataram problemas de saúde relacionados à dificuldade de acesso a banheiros públicos, como infecções urinárias graves e pedras nos rins. O estudo aponta também que 60% dos estudantes trans foram obrigados a usar banheiros ou vestiários que não correspondem ao gênero que vivem e que cerca de 70% enfrentaram situações de ofensa ou violência nesses espaços. Esses dados indicam que a garantia de acesso seguro a banheiros é também uma questão de saúde pública (ANTRA, 2023).

As falas dos interlocutores confirmam essa dinâmica. O mapeamento institucional já havia indicado que a maioria das pessoas trans e não binárias da UnB prefere banheiros neutros ou sem demarcação de gênero, e as entrevistas aprofundam esse dado ao revelar sentimentos de medo, vigilância e exposição ao usar banheiros masculinos ou femininos.

Assim, o banheiro aparece como tecnologia de gênero que produz desigualdade (LAURETIS, 1994) e como dispositivo disciplinar que reinscreve normas cisgêneras, afetando diretamente a permanência e o bem-estar dos estudantes. O desconforto relatado, em diálogo com os dados apresentados pela ANTRA, evidencia que o acesso aos banheiros constitui um dos espaços em que a experiência universitária de pessoas trans se vê mais fortemente atravessada por tensões relacionadas ao reconhecimento identitário e à segurança.

A estratégia de reduzir a ingestão de líquidos, mencionada por Ícaro, demonstra que essas tensões extrapolam o campo simbólico e atingem diretamente a saúde física. A retenção prolongada de urina pode causar dor, mal-estar e infecções urinárias.

Riley, pessoa não binária, descreve a antecipação constante dessa situação: *“Eu sempre calculo se vai ter alguém lá dentro. Se acho que vai ter movimento, eu seguro até o fim da aula.”* Ramon reforça esse padrão ao relatar que altera seus trajetos na universidade: *“Eu evito certos prédios. Já sei onde é mais tranquilo.”* Esses relatos evidenciam que a ausência de banheiros sem demarcação de gênero reorganiza rotinas, percursos e até a relação com o próprio corpo.

A universidade deixa de ser apenas espaço de estudo e passa a ser também um lugar de administração do risco, marcado por olhares tortos, constrangimentos, abordagens hostis ou violências simbólicas (BOURDIEU, 2002; RIOS; RESADORI, 2015; ANTRA, 2024).

Esse quadro se agrava quando se observa que, apesar da aprovação das cotas para pessoas trans em 2024, a discussão sobre banheiros neutros permanece estagnada. A instituição avança no ingresso, mas não assegura condições concretas de permanência, produzindo um descompasso entre reconhecimento formal e experiência vivida.

A trajetória interrompida dessa política também revela um padrão de disputas e retrocessos, marcado por decisões aprovadas, grupos de trabalho fragilizados pela

ausência de representantes de setores estratégicos, suspensão do processo em 2022 diante de conflitos ideológicos e sua posterior paralisia no âmbito institucional.

Embora a pauta tenha sido retomada pelo DCE, pelo Coletivo UnB Trans e por outros grupos estudantis em 2024, ela segue sem implementação, o que evidencia o caráter incompleto das políticas de inclusão. Nesse contexto, os banheiros emergem como uma tecnologia de gênero central, um dispositivo que tanto pode reproduzir exclusões quanto possibilitar reconhecimento e dignidade. No caso da UnB, a ausência de avanços concretos mostra que acessar a universidade não é o mesmo que pertencer a ela.

4.8.6. A trajetória interrompida dos banheiros agêneros na UnB: decisões, retrocessos e disputas

Como já sinalizado no tópico anterior, embora a pauta dos banheiros agêneros esteja presente há anos na UnB, sua implementação tem sido marcada por avanços pontuais e sucessivos retrocessos. A reivindicação emerge de coletivos LGBTQIA+ e de membros da comunidade universitária, especialmente pessoas trans e não binárias, que demandavam espaços sem demarcação de gênero como condição de segurança, dignidade e reconhecimento (ANTRA, 2020; 2024; 2025).

A proposta chegou à administração superior e foi analisada pela Câmara de Direitos Humanos (CDH), que aprovou a instalação dos banheiros ainda em 2022. Com essa decisão, a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) passou a organizar um Grupo de Trabalho (GT) encarregado de elaborar um projeto institucional e mapear possibilidades de implementação. No entanto, o processo encontrou obstáculos logo na fase inicial.

Diversos setores da universidade não indicaram representantes para compor o GT, justificando a recusa pela falta de pessoal disponível. A ausência de unidades importantes fragilizou a composição intersetorial e retardou etapas fundamentais, evidenciando que políticas de diversidade, mesmo quando aprovadas, dependem de engajamento institucional efetivo para se materializarem.

Em um dos retornos registrados no processo sei eletrônico (SEI), uma unidade estratégica afirmou: *“(...) não vislumbramos necessidade imediata em participar da comissão sugerida pelo Memorando. Esta posição é reforçada pelo fato de que a unidade participa atualmente de inúmeras comissões, além das incumbências relacionadas ao Plano de Obras vigente.”*

Essa resposta evidencia como parte da estrutura administrativa da UnB ainda trata a pauta como secundária frente a outras prioridades, revelando, no cotidiano, os limites institucionais para o enfrentamento das tecnologias de gênero que regulam o acesso e a permanência de pessoas trans nos espaços da universidade.

A fragilidade do processo se agravou após um episódio de violência que reacendeu disputas ideológicas sobre banheiros e identidade de gênero. Inserida em um contexto nacional de forte polarização e disseminação de desinformação, a administração superior decidiu suspender temporariamente os debates, medida que acabou prolongada.

A Nota Técnica da ANTRA (2023) demonstra como a controvérsia em torno do uso de banheiros por pessoas trans se intensificou durante a campanha eleitoral de 2022, quando circulou a fake news de que Lula, caso eleito, implantaria banheiros sem gênero nas escolas. Essa narrativa reativou um ciclo de pânico moral semelhante ao utilizado em disputas anteriores, como “ideologia de gênero”, “kit gay” e a “mamadeira de pir*ca”, mobilizando setores conservadores que passaram a tratar “banheiros unissex” como ameaça às mulheres cis e às crianças.

A ANTRA observa que, embora sem qualquer lastro factual, essa retórica embasou a apresentação e a aprovação de projetos de lei para proibir banheiros multigênero, mesmo inexistindo iniciativas reais de implementá-los nas escolas. A circulação coordenada dessa desinformação funcionou como estratégia eleitoral que, ao reforçar estigmas e legitimar discursos discriminatórios, aprofundou a vulnerabilidade de pessoas trans, travestis e não binárias. Ao lembrar que banheiros unissex são amplamente utilizados em aviões, ônibus e empresas sem gerar conflitos, a ANTRA evidencia que o problema não está nos banheiros, mas no uso político da transfobia como instrumento de disputa pública.

Em 2024, o tema retornou à agenda institucional da UnB, impulsionado pela mobilização estudantil e pelo contexto de aprovação das cotas para pessoas trans. Representantes estudantis retomaram o diálogo com a Reitoria, que se comprometeu a avançar no tema e iniciou a elaboração de um projeto-piloto em parceria com estudantes e setores técnicos.

Apesar dos esforços recentes, o histórico mostra que a implementação dos banheiros agêneros segue incompleta, atravessada por disputas políticas, descontinuidades administrativas e resistências internas. A demanda, entretanto, permanece atual e tende a se intensificar com o ingresso ampliado de pessoas trans

na universidade, reforçando a necessidade de retomar o processo de forma articulada e estruturante. Até o momento em que esta dissertação está sendo escrita, o processo segue em ritmo lento e, até a presente data, ainda se encontra distante de sua efetiva concretização.

4.8.7. A aprovação das cotas trans e suas repercussões

Em 2024, a UnB aprovou cotas específicas para pessoas trans na graduação, por meio da Resolução CEPE n.º 110/2024, destinando 2% das vagas de cada curso a candidatos trans, travestis e não binários. A medida representa um marco histórico e simbólico, resultado de anos de mobilização de coletivos estudantis e movimentos sociais (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2024).

Vale salientar que nenhum dos interlocutores desta pesquisa ingressou por essa modalidade de cotas, pois sua aplicação ocorrerá apenas em 2026. Mesmo assim, suas percepções revelam entusiasmo cauteloso, sempre acompanhado da crítica central de que, sem políticas de permanência, a cota não se sustenta. Gabriel sintetiza: *“É uma conquista gigante, claro. Mas, sem permanência qualificada, a gente sabe que muita gente vai entrar e não vai conseguir ficar.”*

Riley reforça: *“Se não vier com permanência, vira só discurso, não política. Pra muita gente, cotas sem permanência é gambiarra legal mesmo.”* O argumento ressoa o que Bento (2017) discute ao problematizar políticas que ampliam o acesso, mas não as condições reais de continuidade acadêmica.

Durante a escrita desta dissertação, a UnB foi surpreendida por um novo capítulo, quando a Associação Matria¹⁵ ingressou com ação civil pública contra as cotas trans, alegando risco de fraudes e questionando sua legalidade. Segundo a advogada da entidade: *“As universidades não têm competência para criar novas categorias de cotas baseadas em critérios subjetivos.”*

A judicialização atualiza disputas morais e políticas sobre quem pode ser reconhecido como sujeito de direitos. Esse movimento dialoga com a crítica de Crenshaw (2002) à forma como o direito produz invisibilidades ao reconhecer apenas

¹⁵ A Matria - Associação de Mulheres, Mães e Trabalhadoras do Brasil, é uma associação suprapartidária sem fins lucrativos foi registrada em outubro de 2023 sob o CNPJ 52.872.940/0001-74, com sede em Joinville/SC. Embora se apresente como uma associação voltada inteiramente para a defesa das mulheres e crianças, a Matria vem demonstrando por meio de sua atuação pública que o seu real objetivo é retroceder nas decisões judiciais que asseguram direitos a comunidade trans, dentre eles o direito à autodeterminação de gênero (ADI 4275) e a criminalização da homotransfobia (ADO 26), e restringir direitos das pessoas trans (ANTRA, 2025).

determinadas experiências como legítimas, enquanto outras, especialmente as que emergem de marcadores interseccionais, permanecem desautorizadas ou insuficientemente compreendidas. É nesse contexto que emerge a sensação de desgaste expressa por Charlie: *“A gente luta anos pra uma política sair. Quando sai, já querem derrubar. Dá a sensação de que a gente nunca é suficiente pra justificar existir aqui.”*

4.8.8. Interseccionalidade, marcadores sociais e desigualdades territoriais

A análise das narrativas evidencia que o acesso e a permanência de estudantes trans são atravessados pelas articulações entre gênero, raça, classe e território. A interseccionalidade, conforme Crenshaw (2002), permite compreender como esses sistemas de opressão se entrelaçam e produzem desigualdades estruturais que não podem ser analisadas de forma isolada.

Entre os interlocutores, estudantes negros, como Gabe e Ramon, relatam experiências de vigilância e suspeição que atravessam tanto os espaços universitários quanto os deslocamentos cotidianos, em consonância com pesquisas sobre a racialização das masculinidades trans (PEÇANHA, 2018; SANTANA, 2019; SOARES, 2020).

Além disso, estudantes que residem em regiões administrativas distantes, como Samambaia, Recanto das Emas, Ceilândia, Sobradinho, enfrentam trajetos longos, insegurança e custos adicionais. Como relata Gabriel: *“Eu passo duas horas no ônibus. Na volta, já descí antes porque dois caras começaram a me encarar. A gente fica sempre ligado.”* Riley acrescenta: *“Chegar no Recanto depois das 22h dá ansiedade. Ser negra, não binária e morar longe... tudo isso pesa junto.”* Esses elementos reforçam que permanência não se restringe a políticas internas, envolvendo também transporte, segurança pública e condições socioeconômicas mais amplas.

4.8.9. Heteroterrorismo, normatividade e potencialidades institucionais

O conceito de heteroterrorismo, formulado por Bento (2011), permite compreender como tecnologias discursivas e institucionais, acionadas desde o nascimento e reforçadas ao longo da trajetória educacional, organizam um regime de vigilância e coerção que ajusta corpos às expectativas cisheteronormativas

Embora inicialmente desenvolvido no contexto escolar, esse regime também opera no ensino superior, onde sistemas administrativos, normas de registro, práticas docentes e rotinas institucionais seguem regulando quais corpos são reconhecidos como legítimos. Trata-se de um projeto social que produz e regula “corpos normais”, operando por meio de mecanismos de apagamento, silenciamento e punição das dissidências de gênero.

As entrevistas mostram que essa regulação aparece não como um evento isolado, mas como uma experiência contínua ao longo das trajetórias acadêmicas. Marcela expressa como a normatividade universitária atravessou sua vivência na graduação: *“Durante a graduação inteira, eu reprimi tudo. Fingia uma vida que não era minha. A transição foi uma urgência que eu fui adiando, e isso custou minha saúde mental. Mas eu dizia pra mim mesma: termina primeiro, garante o diploma, depois você se reconstrói”*.

Em uma direção semelhante, Taylor destaca o peso de adiar sua própria afirmação como pessoa não binária para garantir permanência e continuidade acadêmica: *“Tive que segurar minha transição. [...] Me machucou muito, sabe? Mas eu ficava pensando: ‘é o preço que eu tenho que pagar, né, pra conseguir chegar no mestrado’.*” Esses relatos evidenciam como a coerção normativa atua de forma silenciosa, moldando escolhas, adiando processos identitários e impondo caminhos considerados possíveis no interior da universidade (LACERDA; ALMEIDA, 2021).

Gabriel também ressalta como a inteligibilidade de gênero é negociada no cotidiano institucional, mostrando que o reconhecimento do próprio gênero emerge em tensionamento direto com normas vigentes: *“Eu sou um homem trans, né, mas não foi sempre fácil nomear [...] Quando descobri que ser trans era uma possibilidade real [...] foi como respirar depois de muito tempo sufocando.”* A fala explicita como a inteligibilidade de si, elemento central na teoria de Bento e na noção de heteroterrorismo, é negociada frente a um contexto que regula as possibilidades de existir.

No entanto, conforme discutido no processo de qualificação, é necessário evitar leituras totalizantes que retratem a universidade exclusivamente como espaço de violência. Se, por um lado, a UnB reproduz desigualdades por meio de normas administrativas, sistemas institucionais e práticas cotidianas que reafirmam a cisnormatividade, como o uso compulsório do nome civil, a ausência de banheiros agêneros e a falta de fluxos claros para garantia de direitos, por outro, constitui

também um espaço de disputa, criação e invenção de si (MOIRA, 2017; SARTORI, 2022).

As narrativas revelam, nesse sentido, a importância de docentes sensíveis às questões de gênero, projetos de extensão, monitorias, coletivos estudantis e redes informais de apoio como dispositivos que tensionam o heteroterrorismo, criando brechas de reconhecimento, segurança e pertencimento.

Os dados do mapeamento institucional de 2025 reforçam essa ambiguidade. Embora a maioria das pessoas trans da UnB avalie a instituição como acolhedora, persistem lacunas importantes, tais como fragilidades na assistência estudantil, dificuldades de circulação no campus e barreiras simbólicas e materiais que atravessam a vida acadêmica. Políticas como o nome social e as cotas trans funcionam como marcos relevantes de reconhecimento, mas ainda carecem de atualização, articulação intersetorial e efetividade no cotidiano dos estudantes.

A análise das trajetórias biográficas evidencia, assim, que a universidade opera simultaneamente como tecnologia de gênero e como espaço de possibilidades. Se o heteroterrorismo se expressa nos dispositivos que regulam corpos e subjetividades, a agência das pessoas trans, exercida nas estratégias de permanência, nas redes de apoio e nas disputas por legitimidade, tensiona essa lógica e produz novas formas de existir na instituição.

Isso revela que o acesso ao ensino superior para essa população está intrinsecamente ligado às condições de permanência e pertencimento. A consolidação de políticas inclusivas demanda, portanto, não apenas normativas avançadas, mas sua efetiva tradução em práticas institucionalizadas que promovam acolhimento, dignidade e condições concretas de vida acadêmica.

4.9. Entre a militância e o cansaço político

4.9.1. Violência estrutural e sentidos da militância

As reflexões apresentadas neste tema baseiam-se na análise desenvolvida por Baeré e Zanello (2024). Os autores discutem a dura realidade enfrentada pela população trans no Brasil e destacam que o país segue figurando, em relatórios internacionais (TRANSGENDER EUROPE, 2021) e em documentos produzidos pelo próprio movimento social (BENEVIDES, 2022; REDE TRANS BRASIL, 2020), como aquele que mais assassina pessoas trans no mundo.

Segundo os autores, a cultura brasileira, estruturada em padrões patriarcais, sexistas e LGBTQIA+fóbicos, produz uma transfobia disseminada no cotidiano, que restringe o exercício pleno da cidadania e afeta profundamente a saúde psíquica dessa população.

Ao considerar esses impactos na saúde mental, Baéré e Zanello (2024) analisam ainda como determinadas dinâmicas internas do movimento social podem contribuir para processos de sofrimento psíquico. Eles demonstram que alguns contextos da militância podem funcionar como gatilhos de tensão e desgaste emocional e que as relações interpessoais, frequentemente atravessadas por histórias de violência e exclusão, dificultam a construção de ambientes coletivos mais estáveis, acolhedores e promotores de bem-estar (BAERÉ E ZANELLO, 2024).

Nesse sentido, a militância se configura como um espaço atravessado por paradoxos. Ao mesmo tempo em que produz sentido, pertencimento e fortalecimento coletivo, também pode gerar desgaste e processos de adoecimento.

O engajamento político é compreendido, pelos autores, como uma forma de afirmação da existência e da dignidade, especialmente em contextos nos quais a presença de pessoas trans e não binárias é permanentemente tensionada. Conforme analisam Baéré e Zanello (2024), estar nesses espaços, muitas vezes marcados por hostilidade e sobrecarga emocional, constitui um gesto de resistência que sustenta a continuidade da luta, ainda que não esteja isento de custos subjetivos, e contribui para a produção de transformações sociais.

4.9.2. Cansaço político e trabalho emocional

Por outro lado, a permanência contínua em um campo de enfrentamentos exige um investimento emocional e físico intenso. O cansaço se acumula diante da necessidade recorrente de reafirmar a própria identidade e de explicar, repetidamente, a transfobia e a não binariedade, processo que pode produzir esgotamento e sofrimento psíquico.

Alguns interlocutores narraram esse desgaste de forma direta. Nas palavras de Riley: *“Eu parei de militar pra sobreviver. A militância me dava sentido, mas também me adoecia.”* Gabe, por sua vez, menciona o peso da expectativa constante de representatividade: *“Tem hora que cansa ser o exemplo, o porta-voz, a pessoa que tem que explicar tudo. Eu só queria fazer meu curso em paz.”*

Outras falas reforçam a mesma tensão entre engajamento e exaustão. Marcela descreve a cobrança permanente que sentia dentro e fora dos espaços organizados: *“Tinha dia que eu já chegava cansada antes mesmo da reunião começar. Parecia que eu tinha que estar sempre pronta, sempre forte. Uma hora isso pesa, né.”* Ícaro, que se aproximou de coletivos estudantis nos primeiros semestres, comenta: *“Eu fui me afastando porque não dava mais conta. Eu gosto do coletivo, mas não consigo viver num lugar onde tudo vira conflito o tempo inteiro. Eu precisava respirar.”*

Esses relatos indicam que o cansaço não se restringe a um mal-estar individual, mas se produz nas condições cotidianas em que a militância é exercida. A expectativa de estar sempre disponível para reuniões, escutas, formações e mediações institucionais, aliada ao acúmulo de tarefas políticas e à recorrente responsabilização de pessoas trans por “explicar” suas existências, transforma o engajamento em um trabalho emocional contínuo e, por vezes, exaustivo.

4.9.3. Autocuidado, afastamento e redistribuição do trabalho político

Embora a militância abra caminhos de sobrevivência coletiva, ela implica um custo individual elevado. Por isso, práticas de autocuidado e afastamento temporário têm sido compreendidas como estratégias legítimas de resistência, sobretudo quando a militância é vivida como uma tarefa permanente, da qual não é possível se desvincular sem culpa (LINS; MESQUITA, 2020; BAERÉ; ZANELLO, 2024).

Marcela sintetiza essa mudança de postura ao afirmar: *“Aprendi que me afastar também é militância. Cuidar de mim é o que me mantém viva pra continuar lutando quando der”.*

O quarto tema, *Entre a militância e o cansaço político*, expressa, portanto, esse paradoxo vivido por muitas pessoas trans e não binárias que, ao mesmo tempo em que reconhecem a importância da militância e da visibilidade, sentem-se exauridas pela sobrecarga emocional e pela expectativa constante de representatividade. As narrativas revelam um deslocamento entre o engajamento político coletivo e a necessidade muitas vezes de autopreservação, marcando uma tensão entre lutar para existir e existir sem precisar lutar o tempo todo, conforme analisam Baeré e Zanello (2024).

A análise deste tema evidencia que o cansaço político não decorre apenas da fadiga individual, mas da distribuição desigual do trabalho afetivo e educativo nos

espaços universitários. Espera-se que pessoas trans e não binárias sejam, simultaneamente, agentes de mudança e símbolos de resistência, o que produz um ciclo de exposição permanente. Em resposta, práticas de silêncio, afastamento estratégico, cuidado pessoal e engajamento seletivo surgem como modos de sustentar a própria continuidade.

Ao iluminar a ambiguidade entre militância e esgotamento, esse tema revela dimensões afetivas e éticas do engajamento político. A militância aparece, assim, não apenas como instrumento de transformação social, mas também como campo de vulnerabilidade, exigindo da universidade políticas que reconheçam o cuidado, o descanso e a redistribuição do trabalho político como parte da própria luta por justiça (BAERÉ E ZANELLO, 2024).

4.10. Juventudes trans e projetos de futuro

4.10.1. A universidade como ampliação de horizontes

O quinto tema, *Juventudes trans e projetos de futuro*, mostra que a experiência universitária interfere diretamente na forma como as pessoas entrevistadas passam a pensar seus caminhos e expectativas. Para elas, chegar à UnB não significa, necessariamente, segurança ou estabilidade, mas a abertura de novas possibilidades de vida, ainda que atravessadas por incertezas, medos e disputas por permanência e reconhecimento.

A universidade aparece, dessa forma, como um espaço que amplia horizontes, mas não de maneira automática. Ao mesmo tempo em que permite imaginar novos projetos, também expõe o risco constante de interrupção desses percursos. Marcela expressa essa mudança ao afirmar: *“Quando entrei na UnB, eu entendi que podia sonhar de novo. Quero ser professora pra mudar o jeito como olham pra gente.”*

A fala revela que o ingresso na universidade reabre a possibilidade de sonhar, articulando o projeto individual ao desejo de transformação social. No entanto, esse processo é marcado por inseguranças. Ícaro traduz essa ambivalência ao dizer: *“Meu maior medo é não conseguir chegar até o final, mas também é isso que me move. Eu quero mostrar que dá pra ficar.”*

Gabe relata uma ampliação gradual de expectativas acadêmicas ao afirmar: *“Eu nunca pensei em fazer pós-graduação, mas agora eu penso. Parece que o futuro*

ficou um pouquinho mais perto, sabe?” Já Ramon aponta uma mudança ainda mais profunda na forma de se perceber: *“Antes da UnB, eu só pensava em sobreviver. Hoje eu penso em ter uma carreira, ter independência. É diferente.”* As falas indicam uma passagem da lógica da sobrevivência para a possibilidade de projetar autonomia e continuidade (MOIRA, 2017).

Os projetos de futuro, no entanto, não aparecem como trajetórias garantidas. O desejo de ser professora, pesquisador, artista ou atuar nas áreas da tecnologia e das engenharias é atravessado pela preocupação em não abrir mão da própria identidade. Taylor explicita essa tensão ao afirmar: *“Meu sonho é ocupar outros espaços, mas sem deixar de ser quem eu sou. Não quero ter que esconder nada pra caber.”* Charlie reforça esse ponto ao dizer: *“Eu quero me formar e trabalhar com engenharia, mas sem abrir mão de viver do meu jeito. Não quero que o mercado me engula.”* As falas sinalizam que projetar o futuro envolve disputar espaços profissionais sem aceitar o apagamento de si (SOARES, 2020).

Pensar o futuro também significa lidar com limites mais amplos. Riley reconhece as dificuldades impostas pelo contexto social e político brasileiro ao afirmar: *“Eu sei que o país é difícil pra gente, mas, mesmo assim, eu tento acreditar que tem um lugar pra mim lá na frente.”* O futuro aparece, assim, menos como promessa e mais como tentativa, construída em meio às incertezas e apoios possíveis (BOFFI; SANTOS, 2023).

Dialogando com a literatura sobre juventudes (Dayrell, 2003; Sposito, 2010; Feixa, 1998; Reguillo, 2000), observa-se que a universidade é um espaço importante para a construção de projetos de vida. No caso das juventudes trans e não binárias, esse processo ocorre em condições marcadas por desigualdades e insegurança, o que faz com que imaginar o futuro seja, em si, um gesto político (BENEVIDES, 2022).

Dessa forma, falar de projetos de futuro não significa apenas expressar desejos individuais, mas afirmar a possibilidade de continuidade dessas vidas no presente. Para essas juventudes, imaginar o amanhã é também disputar o direito de existir hoje, na universidade e fora dela (SCOTE, 2017; LIMA, 2020).

4.11. Síntese dos temas e considerações analíticas

A partir dos cinco temas apresentados (*Reconhecimento e pertencimento na universidade, Barreiras e estratégias de permanência, Políticas institucionais e*

tecnologias de gênero, Entre a militância e o cansaço político e Juventudes trans e projetos de futuro), permite-se compreender que as trajetórias de pessoas trans e não binárias na Universidade de Brasília são atravessadas por tensões persistentes entre reconhecimento e exclusão, visibilidade e invisibilidade, engajamento e esgotamento.

As experiências analisadas evidenciam que o acesso e a permanência na universidade não se reduzem a normas e estruturas administrativas, mas envolvem também modos de se perceber, negociar pertencimento e dar sentido à própria presença no espaço universitário. As narrativas indicam que as políticas institucionais da UnB, especialmente aquelas relacionadas ao uso do nome social, às cotas trans e ao mapeamento da população trans, representam avanços importantes no reconhecimento dessa população.

No entanto, tais iniciativas ainda se mostram insuficientes diante das formas cotidianas de cisnormatividade que atravessam os cursos, os serviços, os sistemas administrativos e os espaços físicos da universidade. Ao mesmo tempo, as histórias de resistência, adaptação e reinvenção revelam que as pessoas trans e não binárias não apenas ocupam a universidade, mas também a tensionam e a transformam, fazendo dela um espaço permanentemente em disputa (LAURETIS, 1994; BENTO, 2006, 2011; MOIRA, 2017).

Dessa forma, os temas identificados articulam dimensões individuais, institucionais e políticas, contribuindo para ampliar a compreensão sobre o que significa existir e permanecer em um espaço historicamente marcado por hierarquias de gênero e de saber (BENTO, 2011; ANDRADE, 2012; ANTRA, 2024).

As trajetórias trans na UnB não se apresentam apenas como narrativas de superação individual, mas como experiências que questionam a própria organização da universidade e abrem brechas para outros modos de estar, aprender e produzir conhecimento nesse espaço (LAURETIS, 1994; BENTO, 2011).

Encerrar a análise dessas narrativas é reconhecer que elas não se esgotam neste capítulo. As trajetórias apresentadas correspondem a apenas uma parte das múltiplas formas de ser e estar na universidade enquanto pessoa trans ou não binária. Ainda assim, ao evidenciar tensões, conquistas e estratégias de permanência, os temas analisados demonstram que a experiência universitária constitui também um espaço de elaboração política e afetiva, no qual o reconhecimento não é dado de antemão, mas construído no cotidiano.

Em suma, a análise permitiu compreender que a Universidade de Brasília

enquanto tecnologia de gênero, produz tanto exclusões quanto possibilidades de reinvenção. As vozes que atravessam este capítulo não se restringem à descrição de experiências vividas, mas evidenciam limites e potencialidades das práticas institucionais, dos fluxos administrativos e das políticas de inclusão atualmente existentes. É a partir dessas experiências situadas que se pode refletir sobre condições mais efetivas de permanência e reconhecimento no espaço universitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo compreender como se constituem as trajetórias biográficas e educacionais de jovens trans, travestis e não binários da Universidade de Brasília (UnB), analisando de que maneira esses percursos se articulam com o acesso e a permanência no ensino superior.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que o ingresso na universidade não pode ser compreendido como um acontecimento isolado na vida dessas pessoas, mas como parte de um processo mais amplo, marcado por desigualdades estruturais, experiências de violência institucional e disputas contínuas por reconhecimento.

Os achados desta pesquisa indicam que a percepção de acolhimento institucional relatada por parte das pessoas trans e não binárias na UnB não se opõe às experiências de violência institucional analisadas ao longo do trabalho. Ao contrário, ambas coexistem e revelam um acolhimento relativo, atravessado por limites estruturais que continuam a produzir exclusões no cotidiano universitário.

Nesse sentido, a Universidade de Brasília se configura como um espaço marcado por contradições: ao mesmo tempo em que reproduz desigualdades e impõe barreiras materiais, simbólicas e administrativas, especialmente no que se refere ao uso do nome social, ao acesso a banheiros e às políticas de permanência, também aparece como um espaço que possibilita o acesso ao ensino superior e a retomada de trajetórias educacionais frequentemente interrompidas por processos de expulsão escolar, familiar e social.

Os dados empíricos e as narrativas analisadas mostram que, para estudantes trans, o acesso ao ensino superior só se efetiva quando acompanhado de condições concretas de permanência. Elementos como o acesso à assistência estudantil, a possibilidade de circulação segura nos espaços da universidade e a existência de fluxos institucionais que garantam o uso do nome social aparecem como fatores decisivos para a continuidade dos percursos acadêmicos. Sem essas condições, o ingresso tende a se converter em permanência precária ou em novas formas de exclusão.

A articulação entre os dados empíricos e o referencial teórico permitiu compreender a universidade como uma tecnologia de gênero, nos termos propostos por Teresa de Lauretis. Os dispositivos institucionais analisados nesta pesquisa, como registros administrativos, normas internas, fluxos burocráticos, políticas afirmativas e

a organização dos espaços físicos, operam classificações e produzem efeitos concretos sobre as identidades de gênero, como evidenciado na análise empírica desenvolvida. Esses mecanismos tanto podem reafirmar a cisnormatividade quanto abrir brechas para o reconhecimento institucional, evidenciando que a universidade participa ativamente da produção de pertencimento, inteligibilidade e exclusão.

Essa ambivalência aponta que a instituição não deve ser compreendida apenas como cenário de reprodução das exclusões, mas como um campo de disputas políticas, no qual avanços institucionais parciais coexistem com limites estruturais ainda não superados.

O mapeamento institucional da população trans da UnB, realizado em 2025, constitui uma contribuição central desta pesquisa. Ao produzir dados inéditos sobre a presença, os vínculos e as demandas de pessoas trans, travestis e não binárias na universidade, o mapeamento responde a uma lacuna histórica de informações institucionais e oferece subsídios concretos para o planejamento e o aprimoramento de políticas públicas voltadas a esse público.

Como demonstrado na análise dos dados do mapeamento institucional, especialmente no que se refere à distribuição dos vínculos, ao uso do nome social e às preferências por banheiros, trata-se de um instrumento que desloca o debate do campo da suposição para o da evidência empírica, possibilitando leituras mais situadas sobre acesso, permanência e acolhimento na UnB.

As entrevistas em profundidade revelaram trajetórias atravessadas por violências institucionais, mas também por formas complexas de negociação, agência e construção de pertencimento no cotidiano universitário. As narrativas analisadas evidenciam escolhas táticas, redes de apoio formais e informais e estratégias de permanência produzidas em meio às normas de gênero que atravessam a universidade.

Esses achados permitem compreender que as trajetórias educacionais de jovens trans não se reduzem a experiências de exclusão, mas envolvem processos ativos de adaptação, resistência e reinvenção no interior da instituição, com impactos diretos na construção de seus projetos de vida pessoais, sociais e profissionais.

No que se refere às políticas institucionais, os dados analisados indicam que iniciativas como a criação da Secretaria de Direitos Humanos, a aprovação das cotas para pessoas trans e a regulamentação do uso do nome social representam avanços relevantes no reconhecimento formal dessa população.

No entanto, a pesquisa evidencia que a ausência de políticas específicas e estruturadas de permanência mantém uma distância significativa entre o ingresso e a continuidade acadêmica. Essa lacuna repercute diretamente nas condições de vivência universitária e reforça a necessidade de ações que articulem, integradamente, acesso, acolhimento institucional e condições materiais de permanência acadêmica.

Além disso, esta pesquisa apresenta limites que precisam ser reconhecidos. O número de entrevistas realizadas, embora suficiente para os objetivos propostos, não abarca a totalidade das experiências trans na universidade.

Ademais, a predominância de estudantes de graduação entre as pessoas interlocutoras aponta para a necessidade de investigações futuras que aprofundem as trajetórias de pessoas trans na pós-graduação, bem como de docentes e técnicos administrativos. Estudos longitudinais e comparativos entre instituições de ensino superior também podem contribuir para ampliar a compreensão sobre os efeitos das políticas afirmativas e das tecnologias de gênero na experiência universitária.

Por fim, ao articular narrativas de vida, dados institucionais e referencial teórico crítico, esta dissertação reafirma a universidade pública como um espaço de disputas, atravessado por contradições e possibilidades de transformação. Reconhecer os limites da Universidade de Brasília não implica desconsiderar seus avanços, assim como apontar suas potencialidades, não significa ignorar suas falhas. As trajetórias analisadas mostram que garantir o direito à educação para pessoas trans, travestis e não binárias exige ir além do acesso formal, assegurando condições reais de permanência, reconhecimento e dignidade, para que a universidade possa cumprir, de modo mais consistente, seu papel social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 37-72.
- ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n.2, p. 513-523, maio/ago. 2012.
- AMARAL, Marília dos Santos *et al.* "Do travestismo às travestilidades": uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 301-311, 2014.
- ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 279 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.
- ARÁN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, p. 49-63, jan./jul. 2006.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Nota técnica sobre direitos humanos e o direito dos banheiros: vencendo a narrativa do apartheid de gênero que impede as pessoas transgêneras do acesso à cidadania no uso dos banheiros e demais espaços segregados por gênero**. Brasil: ANTRA, 2023.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília: ANTRA, 2024.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Nota técnica sobre ações afirmativas para pessoas trans e travestis e o enfrentamento da transfobia no contexto da educação superior**. Brasília: ANTRA, 2025.
- BAÉRE, Felipe; ZANELLO, Valeska. Saúde mental na militância trans: lutas entre a representatividade e a sobrevivência. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 15, n. 23, 2024.
- BAILEY, J. Michael. What is sexual orientation and do women have one? In: HOPE, D. A. (ed.). **Nebraska symposium on motivation**: v. 54. Contemporary perspectives on lesbian, gay, and bisexual identities. Nova York: Springer, 2009. p. 43–63.
- BAILEY, J. Michael *et al.* Sexual orientation, controversy, and science. **Psychological Science in the Public Interest**, v. 17, n. 2, p. 45–101, 2016.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 143, p.12-21, jan./abr., 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENEVIDES, Bruna. (org.). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2021

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109 p.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2024

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Editora Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.19, n. 2, p. 549-559, maio/ago. 2011.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2014.

BENTO, Berenice. **Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BOFFI, Letícia C.; SANTOS, Manoel Antônio dos. Da transfobia ao racismo: experiências de transição de homens transexuais negros. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 34, 2023.

BOITO, Armando. Neofascismo e neoliberalismo no Brasil do governo Bolsonaro. **Observatorio Latinoamericano y Caribeño**, Buenos Aires, v.4, n. 2, p.8-30, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e

dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2013].

BRASIL. **Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, [s.l.], v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. (Mis)conceptualising themes, thematic analysis, and other problems with Fugard and Potts' (2015) sample-size tool for thematic analysis. **International Journal of Social Research Methodology**, Reino Unido, v. 19, n. 6, p. 739-743, 2016.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Evaluating and reviewing TA research: A checklist for editors and reviewers**. Auckland: The University of Auckland, 2017.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Thematic analysis: a practical guide**. London: SAGE Publications, 2021.

BUTLER, Judith; **Gender trouble: feminism and the subversion of identity: Gender trouble**, v. 3, n. 1, p. 3-17, 1990.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003.

BUTLER, Judith. Alianças queer e política anti-guerra. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 11, n. 16, 2017.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019a.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: n-1 Edições, 2019b.

BYRNE, David. A worked example of Braun and Clarke's approach to reflexive thematic analysis. **Quality & Quantity**, [s. l. v. 55, n. 3, p. 1245–1263, 2021.

CAETANO, Morgan Franzoni. **Estudos não-binários: mapeamento de uma década de publicações sobre não-binariedade de gênero no Brasil**. 2024. 345 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

CASTRO, Roney Polato de; REIS, Neilton dos. Romper binários de gênero e sexualidade: ensaiar uma educação não-binária. **Revista Margens Interdisciplinar: Abaetetuba**, v. 11, n. 17, p. 108-124, dez. 2017.

CIDADE, Maria L. R. **Nomes (im)próprios: Registro civil, norma cisgênera e**

racionalidades do Sistema Judiciário. 2016. 199 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CORREA, Crishna Mirella de Andrade. **Subjetividades em trânsito**: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do Sul do Brasil. 2017. 379 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social: construindo modos de ser e de se relacionar no mundo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40–52, set./dez. 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DENZIN, Norman K. **The research act**: a theoretical introduction to sociological methods. 2. ed. Nova York: McGraw-Hill, 1978.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FEIXA, Carles. **De jóvenes, bandas y tribus**: antropología de la juventud. Barcelona: Ariel, 1998.

FELIPE, Jane. Educação sexual na escola: por onde começar? In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 45–68.

FELIPE, Jane; BELLO, Miriam. **Gênero, sexualidade e educação**: dilemas e desafios. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 389–402, 2014.

GALUPO, M. P. *et al.* Conceptualization of Sexual Orientation Identity Among Sexual Minorities: Patterns Across Sexual and Gender Identity. **Journal of Bisexuality**, [s. l.], v. 14, n. 3-4, p. 433-456, 2014.

GRUPO DIGNIDADES; UNAIDS Brasil. **Vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros no ambiente escolar brasileiro**. Brasília: UNAIDS

Brasil; Grupo Dignidaeds, 2021.

HARAWAY, Donna. The science question in feminism. **Feminist studies**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminino eo privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2.ed. Brasília: Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional – EDA/FBN, 2012.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Revista Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, v. 1, n. 1, p. 145-165, 2007.

KULICK, Don. **Travesti**: sex, gender, and culture among Brazilian transgendered prostitutes. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

KVALE, Steinar. **InterViews**: an introduction to qualitative research interviewing. Thousand Oaks: Sage Publications, 1996.

LACERDA, M. C.; ALMEIDA, G. Exclusão “da” e “na” educação superior: os desafios de acesso e permanência para a população trans. **Em Pauta**: revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 232-247, 1 sem, 2021.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LIMA, Ariel de Oliveira. **Sob o prefixo trans**: etnografia, transgeneridade e educação em coletivos políticos e programas de extensão. 2021. 260 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

LIMA, Tatiane. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 76, p. 70-87, 2020.

LINS, C. C.; MESQUITA, M. R. A compreensão da política por militantes do movimento trans alagoano. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 251-269, 2020.

LIONÇO, Tatiana. A psicologia entre a patologização e a despatologização das identidades trans. In: SOUSA, Ematuir Teles; AMARAL, Marília dos Santos; SANTOS, Daniel Kerry (Org.). **Psicologia, travestilidades e transexualidades**: compromissos ético-políticos da despatologização. Florianópolis: Tribo da Ilha Editora, 2019. p. 43-56.

LÓPEZ GÓMEZ, I.; LUCAS PLATERO, R. ¡Faltan palabras! Las personas trans* no

binarias en el Estado español. **Revista Ex æquo**, Lisboa, n. 38, p. 111-127, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-75, jul./dez. 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-559, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guaciara Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 9-22, maio/ ago. 2008.

LOURO, Guaciara Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARINHO, Silvana. Juventude(s) trans: subjetividades e corporalidades possíveis no mundo do trabalho? **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 38, p. 111–132, 2017.

MATSUNO, Em; BUDGE, Stephanie L. Non-binary/genderqueer identities: a critical review of the literature. **Current Sexual Health Reports**, [s. l.], v. 9, p. 116–120, 2017.

MEDRADO, Andreone Teles. **O nojo e a sexualidade humana**: orientação sexual, identidade de gênero e sociosexualidade. 2024. 227 f. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

MELLO, Yasmin Teixeira; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Inserção, reconhecimento e visibilidade de pesquisadoras/es trans no meio acadêmico e científico. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 7, n. 27, p. 227-247, 2021.

MENDES, Thiago Meneses de Castro. **A homofobia na Universidade de Brasília**: discriminação, expressões e representações entre estudantes. 2012. 75f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília.

MEYER, Dagmar Estermann. Educação e gênero: políticas públicas e práticas pedagógicas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy (org.). **Gênero e educação**: teoria e política. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 11–41.

MEYER, Dagmar Estermann. Corpos, diferenças e educação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 23, p. 163–185, jul./dez. 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Técnicas de pesquisa: entrevista e observação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 57–88.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.

Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

MOIRA, Amara. O cis pelo trans. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, jan./abr. 2017.

MONTOYA, N. P. M. ¿Qué es el estado del arte? **Ciencia Tecnologia para la Salud Visual Ocular**. Bogotá, n. 5, p. 73-75, 2005.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira de. **Modos de educar entre jovens transvestigêneres**: cartografias desejanter na universidade. 2023. 130 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

PAIS, José Machado. Jovens «arrumadores de carros» - a sobrevivência nas teias da toxicodependência. **Análise social**, Lisboa, v. 36, n. 158/159, p. 373-398, 2001.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. **Visibilidade trans pra quem?** Parte II – um olhar transmasculino negro. Negros Blogueiros, 2018.

PEREIRA, Rosana da Silva. Eles gritam pelo golpe. Nós gritamos pela re-sistência: análise da caminhada pelas políticas públicas de ação afirmativa no Ensino Superior e a imersão na onda conservadora atual do Brasil. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 17– 21, 2020.

PROUDFOOT, K. Inductive/Deductive Hybrid Thematic Analysis in Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods Research**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 308-326, 2023.

REDE TRANS BRASIL. **Transfobia**: a pandemia que o Brasil ainda não extinguiu e o isolamento social que conhecemos. Monitoramento: Assassinatos, Suicídios e Mortes Brutais de Pessoas Trans no Brasil - dossiê, 2020.[S. l.]: Rede Trans Brasil, 2020;

REGUILLO, Rossana. **La construcción social del miedo**: narrativas y prácticas juveniles. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2000.

RIOS, Roger R.; RESADORI, Alice H. Direitos humanos, transexualidade e “direito dos banheiros”. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 196-227, 2015.

SAHD, Fábio Bacila. Neofascismo no Brasil? Posições em debate entre 2018 e 2020. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 17, n. 34, p. 257-280, 2021.

SANTANA, Bruno. Pensando as transmasculinidades negras. *In*: RESTIER, Henrique; SOUZA, Renata Malungo (org.). **Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades**. São Paulo: Ciclo Contínuo, 2019. p. 95-104

SANTOS, Adriana Lohanna dos. **Formação das pessoas transexuais na**

Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico. 2017. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SARTORI, Thiago Luiz. Educação, direitos humanos e políticas afirmativas: acesso e permanência do estudante trans no ensino superior. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 15, n. 46, p. 261–275, 2022.

SAVIN-WILLIAMS, R. C.; VRANGALOVA, Z. Psychological and physical health of mostly heterosexuals: a systematic review. *The Journal of Sex Research*, [s. l.], v. 51, n. 4, p. 410–445, 2014.

SCOTE, Fausto Delphino. **Será que temos mesmo direitos a universidade?** O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior. 2017. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2017

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SEIDMAN, Irving. **Interviewing as qualitative research:** a guide for researchers in education and the social sciences. 4. ed. New York: Teachers College Press, 2013.

SEVERO, Denise Osório. Impactos da ascensão dos movimentos de extrema-direita sobre os direitos humanos no contexto do Brasil: uma proposta de matriz de análise. **REIS: Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, Rio Grande, v. 9, n. 2, p. 157-176, 2020.

SILVA, Hélio. **Travesti:** a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

SILVA, R. C. **(TRANS)formando no Ensino Superior:** trajetórias de estudantes travestis e transexuais na Universidade Federal de Uberlândia. 2022. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. .

SILVA, Charlie Bellow de Oliveira Pimentel et al. Permanência de pessoas não binárias e transexuais no ensino superior: um debate sobre as políticas públicas. [S. l.: s. n.], 2023.

SOARES, Matilde da Costa Moraes. **“Homens de verdade”:** (des)construção de masculinidades de homens trans. 2020. 102 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2020.

SOUZA, L. K. de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação

coletiva na cidade. **Tempo Social**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 135–152, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Selected subaltern studies**. Oxford University Press, 1988

TEIXEIRA, P. M. M. Estados da Arte: aparando arestas na compreensão dessa modalidade de pesquisa. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 29, e23034, p. 1-16, 2023

TELES, Noah Emanuel Brito. **Instituições de ensino superior como agentes de mudanças para transições sociais em diversidade sexual e de gênero**. 2025. 242 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025.

TORRES, Daniela Barros; VIEIRA, Luciana Fontes. As travestis na escola: entre nós e estratégias de resistência. **Quaderns de Psicologia**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 45–58, 2015.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). **Trans murder monitoring 2021**. [S. l.]: TGEU, 2021.

VALENTOVA, Jaroslava V.; VARELLA, Marco A. Sexual orientation and human sexuality. *In*: SHACKELFORD, T. K.; WEEKES-SHACKELFORD, V. A. (eds.). **Encyclopedia of Evolutionary Psychological Science**. Cham: Springer International Publishing, 2016. P. 1-13.

VEENSTRA, Gerry. Race, gender, class, and sexual orientation: intersecting axes of inequality and self-rated health in Canada. **International Journal for Equity in Health**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 1-11, 2011.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIANA, M.G. **Corpos translúcidos**: a potência das experiências das transfemininas e suas trajetórias para o acesso e permanência no mercado de trabalho. 2024. 175 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho de Administração. **Resolução CAD nº 54, de 13 de novembro de 2017**. Regulamenta o uso do nome social na Universidade de Brasília, assegurando esse direito a servidoras e servidores, estudantes e demais integrantes da comunidade universitária, cujo nome de registro civil não reflita sua identidade de gênero. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPE nº 110, de 2024**. Dispõe sobre a política de cotas para pessoas trans na graduação da Universidade de Brasília. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2024.

XAVIER, Thaís Pimentel de Oliveira. **Direito das pessoas trans à educação no município de São Paulo**: histórias de abjeção, exclusão e resistência. 2020. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R.G.; BENEVIDES, B. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, p. 1-12, 2020.

ANEXO I — PARECER CONSUBSTANCIADO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: TRAJETÓRIAS BIOGRÁFICAS E EDUCACIONAIS: O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR DE PESSOAS JOVENS TRANS E TRAVESTIS DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)

Pesquisador: CAIO HENRIQUE INACIO FERREIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 88213425.9.0000.5540

Instituição Proponente: Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.674.518

Apresentação do Projeto:

Projeto de Mestrado profissional do Programa de Políticas Públicas para Infância e Juventude do CEAM da Universidade de Brasília.

Busca compreender a complexidade das trajetórias de indivíduos trans, travestis e não-binários na universidade.

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, permitindo uma compreensão profunda das experiências vivenciadas pelos estudantes trans, travestis e não-binários no ensino superior.

A amostra será composta por no mínimo 10 estudantes trans, travestis e não-binários da UnB que ingressaram na universidade entre 2020 e 2025. A técnica de amostragem utilizada será a bola de neve e o instrumento principal de coleta de dados será a entrevista narrativa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as trajetórias biográficas e educacionais de jovens trans, travestis e não-binários da Universidade de Brasília, destacando os desafios enfrentados e as possibilidades que surgem no contexto de seus projetos de vida.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA -
UNB



Continuação do Parecer: 7.674.518

Outros	Carta_revisaoetica.docx	22/04/2025 15:42:46	CAIO HENRIQUE INACIO FERREIRA	Aceito
Outros	lattes_caio.pdf	22/04/2025 15:42:14	CAIO HENRIQUE INACIO FERREIRA	Aceito
Outros	curriculo_lattesorientador.pdf	22/04/2025 15:41:18	CAIO HENRIQUE INACIO FERREIRA	Aceito
Outros	instrumento_coleta_dados.docx	22/04/2025 15:39:17	CAIO HENRIQUE INACIO FERREIRA	Aceito
Outros	Carta_encaminhamento.pdf	22/04/2025 15:38:39	CAIO HENRIQUE INACIO FERREIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_projeto_caio_inacio.pdf	22/04/2025 15:25:22	CAIO HENRIQUE INACIO FERREIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 27 de Junho de 2025

Assinado por:
André Ribeiro da Silva
(Coordenador(a))

ANEXO II — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: “Trajetórias educacionais e biográficas de jovens trans e travestis da Universidade de Brasília” de responsabilidade de Caio Henrique Inácio Ferreira, mestrando do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude do CEAM da Universidade de Brasília. O objetivo desta pesquisa é analisar as trajetórias biográficas e educacionais de jovens trans, travestis e não-binárias da Universidade de Brasília, destacando os desafios enfrentados e as possibilidades que surgem no contexto de seus projetos de vida. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade em participar da pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como: entrevistas, observações e arquivos de gravação em áudio, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

A coleta das informações será realizada por meio de entrevistas e observações. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Existe o risco mínimo de desconforto ao participante em abordar temáticas sobre corpo, gênero e sexualidades, ser gravado ou filmado e, disponibilizar seu tempo para a participação das etapas da pesquisa. Esse risco será atenuado pelo sigilo e pelos benefícios diretos e indiretos da pesquisa. Todo o procedimento de pesquisa descrito obedecerá rigorosamente a critérios éticos estabelecidos pela legislação vigente que regulamenta a pesquisa com seres humanos e contará com o apoio institucional da Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária - DASU da UnB.

Espera-se com esta pesquisa: (a) realizar um mapeamento ampliado das trajetórias educacionais e biográficas de estudantes trans e travestis da Universidade de Brasília, especialmente em relação às práticas de resistências nos espaços educativos; (b) subsidiar formulações teórico-metodológicas para a proposição de políticas públicas na perspectiva do acolhimento e do respeito às diferenças.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer

penalidade ou perda de benefícios. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 992556808 ou pelo e-mail: caioinaciodias@gmail.com.

Os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de entrevistas individuais ou coletivas nas quais as informações construídas serão compartilhadas, podendo ser publicadas posteriormente na comunidade científica. Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/CHS. As informações com relação à assinatura do TCLE e/ou os direitos dos partícipes de pesquisa podem ser obtidas através do e-mail do CEP/CHS: cepchs@unb.br ou por telefone: 31071592. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável pela pesquisa e a outra com o você.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Brasília, xx de xxxxx de 2025.

ANEXO III — FORMULÁRIO DA PESQUISA DO MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

Mapeamento de Pessoas Trans, Travestis e Não-Binárias na Universidade de Brasília (UnB).

A pesquisa é uma iniciativa da Coordenação LGBTQIA+ da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Universidade de Brasília (UnB). O objetivo principal é mapear e estimar a presença de pessoas trans, travestis e não binárias nos diversos espaços da Universidade de Brasília (UnB), com vistas a subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas inclusivas. Entre as prioridades destacam-se a criação de banheiros neutros e o fortalecimento das políticas de cotas, visando à promoção da equidade e ao acolhimento dessa comunidade.

Mais do que coletar dados, a iniciativa busca assegurar que as informações obtidas sirvam de base para a elaboração de estratégias efetivas, capazes de atender às demandas e enfrentar os desafios vivenciados por essas pessoas no ambiente acadêmico.

A Coordenação LGBTQIA+ da SDH reafirma seu compromisso com a construção de um ambiente universitário que seja verdadeiramente inclusivo, seguro e respeitoso, assegurando que todas as pessoas possam se sentir valorizadas, acolhidas e representadas, independentemente de sua identidade ou expressão de gênero.

Por fim, a Coordenação LGBTQIA+ assegura que todas as informações coletadas no âmbito da pesquisa serão tratadas de forma ética, respeitando a privacidade e a confidencialidade dos participantes. Isso será garantido por meio da anonimização dos dados, que envolverá a remoção ou codificação de nomes, dados pessoais e quaisquer elementos que possibilitem a identificação das pessoas envolvidas. Além disso, as etapas da pesquisa serão conduzidas conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei n.º 13.709/2018, assegurando a segurança e o adequado tratamento das informações.

1. Você se identifica como pessoa trans, travesti, não binária, gênero fluido ou agênero?				
<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
2. Qual é a sua identidade de gênero?				
<input type="checkbox"/> Mulher trans	<input type="checkbox"/> Homem trans	<input type="checkbox"/> Travesti	<input type="checkbox"/> Pessoa não binária	<input type="checkbox"/> Outro
3. Qual tipo de banheiro você prefere utilizar no espaço universitário?				
<input type="checkbox"/> Masculino	<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Neutro/Unisex/Agênero		
4. Qual é o seu vínculo atual com a Universidade de Brasília (UnB)?				
<input type="checkbox"/> Estudante de graduação	<input type="checkbox"/> Estudante de pós-graduação	<input type="checkbox"/> Servidor(a) técnico-administrativo(a)	<input type="checkbox"/> Docente	
5. Em qual curso, unidade acadêmica ou setor administrativo você possui vínculo?				
(Pergunta aberta)				
6. Como você avalia o nível de inclusão e acolhimento da Universidade de Brasília para pessoas trans, travestis, não binárias, gênero fluido ou agênero?				

<input type="checkbox"/> Muito acolhedor	<input type="checkbox"/> Acolhedor	<input type="checkbox"/> Pouco acolhedor	<input type="checkbox"/> Nada acolhedor
7. Você utiliza nome social no âmbito da Universidade de Brasília?			
<input type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não	

ANEXO IV – INSTRUMENTO DE GERAÇÃO DE DADOS

(ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA)

Eu, Caio Henrique Inácio Ferreira, mestrando do Programa de pós-graduação em Políticas Públicas para Infância e Juventude, estou realizando uma pesquisa cujo tema é: “Trajetórias educacionais e biográficas de jovens trans e travestis da Universidade de Brasília. **O objetivo desta pesquisa é analisar as trajetórias biográficas e educacionais de jovens trans e travestis da Universidade de Brasília, enfatizando os seus desafios e as possibilidades em seus projetos de vida.**

Sua participação envolve responder algumas questões. Quanto a publicação dos resultados da pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

DADOS SOCIOECONÔMICOS E DE IDENTIDADE

1. Qual a sua identidade de gênero?
2. Qual a sua orientação sexual?
3. Como você se identifica racialmente?
4. Qual a sua idade atual?
5. Em qual curso você está matriculado na UnB?
6. Você é participante da Assistência Estudantil?
7. Como foi o seu contexto familiar durante a sua trajetória educacional (apoio, rejeição, indiferença)?

EXPERIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

1. Como foi sua experiência no ensino médio em relação à sua identidade de gênero?
2. Como foi para você como pessoa trans o processo seletivo para o ensino superior?
Durante o processo seletivo para o ensino superior (ENEM, Vestibular, PAS) houve alguma dificuldade específica relacionada à sua identidade de gênero (uso do nome social, documentos, etc.)?
3. Você teve acesso a algum tipo de apoio institucional ou de coletivo durante a preparação para ingressar na universidade?

VIVÊNCIA NA UNIVERSIDADE E PROJETOS DE VIDA?

1. Como você descreve sua experiência na UnB em termos de acolhimento em relação à sua identidade de gênero? Teve alguma sensação de conquista? O que sentiu ao chegar na universidade?
2. Você já enfrentou situações de discriminação ou preconceito por parte de colegas de curso, professores ou servidores da universidade? Se sim, poderia descrever como isso afetou sua trajetória acadêmica?
3. Como você percebe e vivencia os espaços e as políticas da universidade em relação à sua identidade de gênero?

APOIO E REDES DE SOLIDARIEDADE

1. Você faz parte de algum coletivo ou grupo de apoio LGBTQIA+ na universidade? Qual a importância desses grupos na sua trajetória?
2. Que tipo de suporte institucional (psicológico, financeiro, acadêmico) você já recebeu na universidade? Esses recursos foram suficientes para suas necessidades?

DESAFIOS E SUPERAÇÕES

1. Quais foram os principais desafios que você enfrentou durante sua trajetória educacional, especialmente relacionados à sua identidade de gênero?
2. Como esses desafios impactaram seu desempenho acadêmico e pessoal?
3. O que poderia ser feito para que a vivência de pessoas trans na universidade fosse mais acolhedora, segura e digna? Você teria mais alguma questão que gostaria de abordar e que eu não tenha abordado?

Agradeço por sua colaboração em minha pesquisa de Mestrado.

Caio Henrique Inácio Ferreira